



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 6

I Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 17 de janeiro de 2017

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Graça Silva (substituída no decorrer da sessão pela Deputada Bárbara Chaves) e Deputado Jorge Jorge*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 04 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, passou-se à [Verificação de poderes dos Srs. Deputados Isabel Maria Rodrigues Almeida Correia e Arnaldo Branco Raposo Amaral.](#)

Após a leitura do relatório da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho pela Sra. Deputada Bárbara Chaves (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade.

De seguida, a Sra. Presidente fez a leitura de um [Voto de Pesar conjunto relativo ao falecimento de Mário Soares.](#)

Usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), João Corvelo (*PCP*), António Marinho (*PSD*), André Bradford (*PS*), as Sras.

Deputadas Zuraida Soares (*BE*), Graça Silveira (*CDS-PP*), bem como o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

Após a aprovação por unanimidade, a Câmara, de pé, fez um minuto de silêncio.

De seguida, entrou-se na Agenda da Reunião com a [Sessão de perguntas ao Governo Regional com resposta oral sobre “Resultados obtidos pelo sistema educativo açoriano no âmbito do PISA \(2015\) e nos rankings das escolas do ensino básico e secundário referentes ao ano letivo 2015/2016”](#), apresentada pela Representação Parlamentar do PPM.

Após as questões suscitadas pelos Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Paulo Mendes (*BE*), João Corvelo (*PCP*) e pelas Sras. Deputadas Graça Silveira (*CDS-PP*), Sónia Nicolau (*PS*) e Maria João Carreiro (*PSD*), usou da palavra para responder o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*).

Findo o debate, o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*) apresentou o [Recurso, para o Plenário da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, do despacho da Presidente, exarado a 8 de janeiro de 2017, com a referência S/34/2017, em que se informa o adiamento do período legislativo para o dia 17 de janeiro.](#)

Sobre este ponto da Agenda intervieram os Srs. Deputados André Bradford (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), António Marinho (*PSD*), João Corvelo (*PCP*) e a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*).

No seguimento da intervenção da Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*), usou da palavra para defesa da honra o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

Findas as intervenções, a Sra. Presidente usou da palavra para prestar esclarecimentos à Câmara sobre o assunto supracitado.

Submetido à votação, o recurso foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), André Bradford (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*) e a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*).

Por fim, iniciou-se o debate sobre a [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 1/XI – “Aprova o Plano de Gestão Hidrográfica dos Açores 2016/2021”](#).

Apresentado o diploma pela Sra. Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (*Marta Guerreiro*), usou da palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves (*PS*) e os Srs. Deputados Paulo Mendes (*BE*) e Alonso Miguel (*CDS-PP*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 36 minutos.

Presidente: Muito dia a todos.

Agradeço que ocupem os vossos lugares para que o Sr. Secretário da Mesa possa fazer a chamada.

Aproveito também a oportunidade para, aqueles que ainda não o pude fazer pessoalmente, vos desejar a todos um ano muito feliz e cheio de realizações pessoais e profissionais.

Sr. Secretário, faça o favor.

(Eram 10 horas e 04 minutos)

Secretário: Bom dia a todos.

Vamos então proceder à chamada.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Jorge Dionísio Bradford

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

João Paulo Ávila

João Vasco Pereira da Costa

José Manuel Gregório de Ávila

José António Vieira da Silva Contente

Manuel Alberto da Silva Pereira

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira

Maria da Graça Oliveira Silva

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto

Mário José Diniz Tomé

Miguel António Moniz Costa

Mónica Gomes Oliveira **Rocha**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Renata **Correia Botelho**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Sónia Cristina Franco **Nicolau**

Susana Goulart **Costa**

Partido Social Democrata (PSD)

António Manuel Silva **Almeida**

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**

Catarina Goulart **Chamacame Furtado**

César Leandro Costa **Toste**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Marco José Freitas da **Costa**

Maria João Soares **Carreiro**

Mónica Reis Simões **Seidi**

Paulo Henrique **Parece** Batista

Partido Popular (CDS/PP)

Alonso Teixeira Miguel

Catarina de Oliveira Cabeceiras

Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

Paulo José Maio Sousa Mendes

Zuraida Maria de Almeida Soares

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

João Paulo Valadão Corvelo

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputados.

Significa que temos quórum. Declaro aberta a sessão, pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados antes de entrarmos na Agenda da Reunião temos um ponto prévio referente à verificação de poderes da Sra. Deputada Isabel Correia e do Sr. Deputado Arnaldo Amaral.

Peço, por isso, à Sra. Relatora da CAPAT, a Sra. Deputada Bárbara Chaves, o favor de apresentar o relatório.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO E PARECER RELATIVO À VERIFICAÇÃO DE PODERES DOS CANDIDATOS À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES ISABEL MARIA RODRIGUES ALMEIDA CORREIA E ARNALDO BRANCO RAPOSO AMARAL

Capítulo I
INTRODUÇÃO

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 6 de janeiro de 2017, na delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores da ilha de São Miguel.

Da agenda da reunião constava a emissão de parecer relativo à verificação de poderes dos candidatos à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores Isabel Maria Rodrigues Almeida Correia e Arnaldo Branco Raposo Amaral.

Estiveram presentes os Deputados Francisco Coelho (Presidente), Bárbara Torres Chaves (Relatora), Catarina Chamacame Furtado (Secretária), Graça Silva, José Contente, Manuel Ramos e Pedro Moura do PS, Jaime Vieira, Luís Rendeiro e Paulo Parece do PSD, Alonso Miguel do CDS-PP, Zuraida Soares do BE e João Corvelo do PCP (que participa sem direito a voto).

Capítulo II
ENQUADRAMENTO JURÍDICO

Nos termos do disposto no artigo 5.º do Estatuto dos Deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo

Decreto Legislativo Regional n.º 19/90/A, de 20 de novembro, os Deputados podem requerer ao Presidente da Assembleia a sua substituição temporária por motivo relevante de ordem profissional.

Nos termos do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 4.º do citado Estatuto dos Deputados, o deferimento do requerimento de substituição temporária por motivo relevante determina a suspensão do mandato, a qual cessa pelo decurso do período de substituição ou pelo regresso antecipado do Deputado.

O n.º 1 do artigo 9.º do Decreto Legislativo Regional n.º 19/90/A, de 20 de novembro (Regime de Execução do Estatuto dos Deputados), estabelece que, em caso de vacatura “o deputado será substituído pelo primeiro candidato não eleito na respetiva ordem de precedência da mesma lista”. De acordo com o disposto no n.º 5 do mesmo dispositivo legal, a substituição de deputado, em caso de vacatura, depende de requerimento da direção do grupo parlamentar ou de órgão competente do partido ou, ainda, do candidato com direito a preencher o lugar vago.

Nos termos do disposto no artigo 70.º, n.º 2 do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, constitui competência da Assembleia Legislativa proceder à verificação dos poderes dos seus membros.

A verificação de poderes consiste na conferência da identidade do Deputado e na apreciação da regularidade formal do mandato, através da verificação da elegibilidade e de quaisquer incompatibilidades, tal como dispõe o artigo 8.º, n.ºs 1 e 2 do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovado pela Resolução n.º 15/2003/A, de 26 de novembro.

Nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 18/2016/A, de 6 de dezembro, os “assuntos constitucionais, estatutários e regimentais” e a “organização e funcionamento da Assembleia” são competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Capítulo III

VERIFICAÇÃO DOS PODERES DOS DEPUTADOS

Por ofício dirigido a Sua Excelência a Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em 23 de novembro de 2016, e na sequência da suspensão do respetivo mandato pelo Deputado Lúcio Manuel da Silva Rodrigues, ao abrigo do disposto na alínea h) do n.º 1 do artigo 101.º do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores, com efeito a 21 de novembro de 2016, da suspensão do respetivo mandato pela candidata Alexandra Isabel Neves Lopes Garcia e do exercício de funções do candidato Gui Manuel Machado Menezes como membro do XII Governo dos Açores (Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia), a Direção do Grupo Parlamentar do Partido Socialista comunicou que a vaga será preenchida pela candidata Isabel Maria Rodrigues Almeida Correia.

Compulsada a ata de apuramento geral do resultado da eleição para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores realizada a 16 de outubro de 2016, o mapa oficial de resultados e as listas definitivas de candidatos e considerando a ordem de precedência na respetiva lista, há que proceder à verificação dos poderes da candidata Isabel Maria Rodrigues Almeida Correia, a qual, nos termos das já citadas normas do

Estatuto dos Deputados deverá substituir o Deputado Lúcio Manuel da Silva Rodrigues.

A candidata Isabel Maria Rodrigues Almeida Correia não apresenta qualquer situação de inelegibilidade. Quanto à verificação de incompatibilidades, verifica-se que a candidata é técnica superior do Quadro de Pessoal da Ilha do Faial – Serviço Florestal do Faial, tendo suspenso essas funções a 21 de novembro de 2016, pelo que não se verifica qualquer situação de incompatibilidade.

De igual modo, a Comissão procedeu à Verificação dos Poderes do candidato Arnaldo Branco Raposo Amaral.

Por ofício dirigido a Sua Excelência a Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em 23 de novembro de 2016, e na sequência da suspensão do respetivo mandato pela Deputada Marta Cristina Moniz Couto, a qual se encontrava a substituir a Deputada Susana Goulart Costa, que requereu suspensão de mandato nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do citado Estatuto dos Deputados, assim como da comunicação para o mesmo efeito do candidato Bruno Miguel Correia Pacheco, ao abrigo do disposto na alínea h) do n.º 1 do artigo 101.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, com efeito a 21 de novembro de 2016, a Direção do Grupo Parlamentar do Partido Socialista comunicou que a vaga será preenchida pelo candidato Arnaldo Branco Raposo Amaral.

Compulsada a ata de apuramento geral do resultado da eleição para a Assembleia Legislativa realizada a 16 de outubro de 2016, o mapa oficial de resultados e as listas definitivas de candidatos, e considerando a ordem de precedência na respetiva lista, há que proceder à verificação dos poderes do candidato Arnaldo Branco Raposo Amaral, o qual, nos termos

das já citadas normas do Estatuto dos Deputados deverá substituir a Deputada Susana Goulart Costa.

O candidato Arnaldo Branco Raposo Amaral não apresenta qualquer situação de inelegibilidade. Quanto à verificação de incompatibilidades, verifica-se que o candidato é vereador a tempo inteiro da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, tendo suspenso as respetivas funções em 21 de novembro de 2016, pelo que não se verifica qualquer situação de incompatibilidade.

Capítulo IV

SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

Os **Grupos Parlamentares do PS, do PSD, do CDS-PP e do BE** consideram estar verificada a elegibilidade e que os candidatos supramencionados não estão em situação de incompatibilidade.

Capítulo V

CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, a Comissão de Assuntos Parlamentares Ambiente e Trabalho considera, por unanimidade, elegível os candidatos Isabel Maria Rodrigues Almeida Correia e Arnaldo Branco Raposo Amaral, e que os mesmos não estão em situação de incompatibilidade, concluindo que, podem assumir o mandato à data da suspensão do mandato do Deputado que substituem, ou seja, a 21 de novembro de 2016.

Em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 4.º do citado Regimento, o presente Relatório, depois de apresentado e discutido, é votado pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Ponta Delgada, 6 de janeiro de 2017

A Relatora, *Bárbara Torres Chaves*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Francisco Coelho*

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver inscrições.

Vamos então passar à votação do relatório.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O relatório de verificação de poderes foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Convidava então agora a Sra. Deputada Isabel Correia a ocupar o seu lugar. Seja bem-vinda a este Parlamento. Faço votos de um bom trabalho.

(Neste momento, a Deputada Isabel Correia ocupou o seu lugar na bancada e a Deputada Bárbara Chaves substituiu a Deputada Graça Silva na Mesa)

Sras. e Srs. Deputados, foi também deliberado em Conferência de Líderes prestarmos neste momento a devida homenagem à memória do antigo Presidente da República, Mário Soares, falecido no passado dia 7 de janeiro com a leitura e votação de um voto conjunto subscrito por todos

os partidos com assento neste Parlamento, apresentado por mim, ao que se seguirá a intervenção de cada uma das bancadas e do Governo.

Vou passar então à apresentação do voto que é apresentado por mim e subscrito por alguns partidos com assento nesta Assembleia.

Voto de Pesar pelo falecimento de Mário Soares

Mário Soares é uma personalidade incontornável da Democracia Portuguesa e da História de Portugal do século XX. Foi um vigoroso defensor da liberdade, da pluralidade de opiniões e da democracia, conceitos estes que marcaram todo o seu pensamento e ação política.

Demonstrou sempre um forte empenho no aprofundamento da democracia e da descentralização em Portugal, defendendo-as como realidades potenciadoras da unidade e do desenvolvimento.

Cedo iniciou o seu percurso político na luta ativa contra a ditadura do Estado Novo, integrando movimentos de oposição ao regime de Salazar, o que lhe custou várias detenções, acabando por ser deportado, sem julgamento, para São Tomé em 1968, onde permaneceu até 1970, quando Marcelo Caetano lhe permitiu o exílio em França.

Em 1972, editou o livro “Portugal Amordaçado”, uma obra de referência que testemunhava a sua luta política contra o salazarismo, mas que também apontava o rumo que Portugal deveria seguir e os principais eixos do seu pensamento político: a democracia parlamentar, a Europa e a descolonização.

Em 1973, durante o Congresso da Ação Socialista Portuguesa, que decorreu na Alemanha, participou na fundação do Partido Socialista

Português, sendo o seu militante número um, tendo sido eleito Secretário-Geral do partido, cargo que manteve durante quase 13 anos.

Após a Revolução do 25 de abril de 1974, regressou a Portugal para uma intensa atividade política: foi Ministro dos Negócios Estrangeiros durante os Governos Provisórios, foi Primeiro-Ministro e ainda Presidente da República.

Enquanto Primeiro Ministro, ultimou o processo de adesão de Portugal à então CEE, conduziu as negociações e assinou o Tratado de Adesão em 1985.

Como Presidente da República criou o conceito de Presidência Aberta: percorreu todo o país, deu voz às populações e aos problemas locais e alargou a todos os cantos do país a chamada política de proximidade, tendo revelado um elevado sentido de Estado, justiça e isenção, que contribuiu decisivamente para a normalidade do processo político e para o reforço da unidade entre todos os portugueses.

Mário Soares visitou por diversas vezes, o parlamento açoriano, tendo estado presente, enquanto Primeiro Ministro, logo na sua sessão inaugural, a 4 de setembro de 1976.

Como Presidente da República, regressou à Assembleia Legislativa em 1986 para a sessão comemorativa do décimo aniversário da autonomia regional. Por essa ocasião referiu e cito que “*se considera vinculado ao processo autonómico nas suas fases mais decisivas, quer como parlamentar quer como governante*”. Fim de citação.

Em 1989, durante uma visita de duas semanas pelas nove ilhas do arquipélago, descobriu e encantou-se pela paisagem natural dos Açores, pelas suas cores intensas, mas foi a paisagem humana, a “*alma açoriana*” como ele próprio referiu, que o cativou.

Considerou que culturalmente os Açores deram a Portugal alguns dos seus maiores valores e que a autonomia os soube rentabilizar e potencializar, num quadro democrático que só se enriquece com a assunção das diferenças, valorizando as identidades e a incontestável personalidade destas ilhas no contexto nacional.

Em 1990 voltou aos Açores, na qualidade de Presidente da República, para a inauguração do edifício sede do Parlamento Açoriano comprovando-se, mais uma vez, a vitalidade e a solidez das instituições autonómicas e dos seus parlamentos como fulcro da legitimidade democrática.

Afirmou na ocasião e cito *“as sociedades democráticas contemporâneas assentam a sua eficácia e o seu dinamismo na pluralidade e nas diferenças – das comunidades, das pessoas, das regiões, dos grupos e dos projetos. Nesse sentido, a experiência da autonomia regional constitui uma forma insubstituível de responsabilização dos cidadãos na gestão dos seus interesses e na realização das suas aspirações.”* Fim de citação.

Em 1995, regressou novamente à Assembleia Legislativa dos Açores para uma sessão solene comemorativa do primeiro centenário da promulgação do decreto de 2 de março de 1895. Nessa altura, afirmou e cito que *“a institucionalização das autonomias só foi possível, assim, em democracia, logo é essencialmente tributária do 25 de abril, e alimenta-se com a liberdade, o pluralismo político e a participação”* – (fim de citação), resumindo nesta breve frase os conceitos base do seu pensamento político.

Liberdade, palavra que se confunde com a sua própria vida, e que nós herdeiros deste país livre e democrático devemos honrar permitindo que o seu legado para um Portugal tolerante e solidário, para um Portugal

aberto ao mundo, seja transmitido às gerações futuras como garante dessa mesma liberdade, da justiça e da coesão nacional.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, propõe a aprovação deste Voto de Pesar pelo falecimento de Mário Alberto Nobre Lopes Soares, honrando a sua memória e apresentando respeitosas condolências à sua família e ao Partido Socialista.

Do presente Voto deverá ser dado conhecimento a Sua Excelência o Presidente da República, à Assembleia da República, ao Governo da República, ao Partido Socialista, à Fundação Mário Soares e à sua família.

Horta, Sala das Sessões, 17 de janeiro de 2017.

Os Líderes Parlamentares, *André Bradford, António Marinho, Artur Lima, Zúrida Soares e Paulo Estêvão*

(Aplausos da Câmara)

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Popular Monárquico é um dos subscritores deste Voto de Pesar que acabou de ser lido por Sua Excelência, a Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Nós valorizamos o percurso do Dr. Mário Soares enquanto combatente antifascista.

O papel que desempenhou durante este período de oposição ao Estado Novo em que teve, por diversas circunstâncias, preso e foi ameaçado.

Devo dizer que nesse percurso político de oposição ao Estado Novo estiveram também, em muitos momentos, presentes os fundadores do Partido Popular Monárquico. Estivemos, por exemplo, na candidatura de Humberto Delgado, como também os fundadores do Partido Popular Monárquico estiveram nas listas da oposição política ao Estado Novo no âmbito do marcelismo, ou seja, temos um longo percurso durante a ditadura ao lado do Dr. Mário Soares.

Devo dizer que valorizo esse percurso e que também valorizo o papel fundamental que o Dr. Mário Soares desempenhou após o 25 de Abril, um papel decisivo do ponto de vista da transição para um sistema democrático. Valorizo e o partido valoriza também esse percurso.

É óbvio que tivemos discordâncias, por exemplo, no âmbito do processo de descolonização em que discordámos das decisões que foram tomadas pelo Dr. Mário Soares nessa altura; ou também do próprio processo de integração na Comunidade Económica Europeia, da forma como foi feito, deixando a economia portuguesa desprotegida. São questões em que não estivemos de acordo.

Estivemos de acordo em relação ao percurso e à via para a democracia, para a conquista da democracia, para o nosso país.

Devo dizer também que em relação à autonomia dos Açores o Dr. Mário Soares tem um percurso que é conhecido, mas que é também diferente daquela que é a posição histórica do Partido Popular Monárquico, em que temos em relação à autonomia uma visão muito diferente da que teve o Dr. Mário Soares em relação ao aprofundamento da autonomia dos Açores e essa também é uma diferença marcante.

Devo dizer para terminar que, valorizando o percurso do Dr. Mário Soares e o papel muito importante e muito relevante no âmbito da criação

de um sistema democrático em Portugal e também de todo o período de oposição que o Dr. Mário Soares protagonizou durante o salazarismo, tenho uma perspetiva da história diferente daquela que é veiculada atualmente por muitos daqueles que opinaram sobre este assunto e que tomaram algumas decisões.

Tenho uma visão de que o herói é sempre o povo português, é um herói coletivo e que não há um pai da democracia. A democracia é algo que foi conquistada por todos os portugueses, por todos os portugueses que tinham obviamente essa pretensão de criar um sistema político diferente em relação àqueles que hegemonizavam a vida política e criaram um sistema político ditatorial.

Portanto, o herói é um herói coletivo. Esta criação de mitos e de heróis é própria do Estado Novo que tinha o pai da nação.

Eu penso que a personificação, a criação de heróis deste tipo é algo que o povo português não reconhece e da nossa parte nós reconhecemos e damos todo o protagonismo ao povo português. Este é que é o herói que nós reconhecemos: o povo português enquanto nação.

Devo dizer para terminar que esta perspetiva da história em nada desvaloriza o papel relevante, muito importante, que o Dr. Mário Soares desempenhou na história de Portugal.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Corvelo tem agora a palavra.

Deputado João Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, quero expressar as nossas condolências à família do Dr. Mário Soares, bem como ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Temos bem presente o seu combate à ditadura fascista e toda a sua intervenção em defesa daqueles que lutando contra a mesma conheceram a tortura e a prisão. O apoio dado aos presos políticos é justamente uma importante ação no combate e na denúncia do fascismo que importa salientar.

A sua intervenção política e os cargos desempenhados em democracia, nomeadamente de Secretário Geral do Partido Socialista, de Deputado Constituinte, de Deputado à Assembleia da República, de Deputado ao Parlamento Europeu, de Ministro, Primeiro Ministro, de Presidente da República e de Membro do Conselho de Estado são marcos relevantes naquilo que foi a intervenção política do Dr. Mário Soares no nosso País, sendo para nós de salientar o apoio que as Autonomias Político-Administrativas dos Açores e da Madeira, e nomeadamente a Autonomia Político-Administrativa da Região Autónoma dos Açores, sempre granjearam por parte do Dr. Mário Soares.

Não sendo esta a altura de acertar o dever e o haver das convergências e divergências que tivemos com o Dr. Mário Soares, não podemos deixar de referir, sob pena de estarmos a praticar um exercício de pura hipocrisia política, as profundas divergências que nos separaram e separam no tocante às políticas que protagonizou de combate a importantes conquistas do 25 de Abril, políticas estas que abriram portas a ajustes de contas das forças mais retrógradas com estas conquistas e ao longo dos anos foram sendo aprofundadas.

Estas foram, são e serão políticas que mereceram, merecem e merecerão sempre a nossa firme oposição e o nosso combate, tal como foram sempre as opções políticas que conduziram o nosso País à submissão aos

interesses que hoje nos comandam no seio da União Europeia e ao garrote que as suas políticas representam para o desenvolvimento do nosso País.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Para nós, PCP, assumir com clareza e verdade as divergências não nos limita na expressão das nossas condolências sendo certo que para nós este posicionamento de frontalidade e de verdade é parte integrante da nossa luta incessante pela democracia política, económica, social e cultural, pela soberania nacional, pelos valores de Abril e pelo Socialismo.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem agora a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda subscreveu e associa-se convictamente a este Voto de Pesar, porque no nosso entendimento Mário Soares foi, é e será uma figura marcante na política portuguesa desde meados do século XX até aos nossos dias.

Revemo-nos no seu trajeto de combate pela liberdade e pela democracia e revemo-nos também na luta pela liberdade não querendo deixar de acentuar fundamentalmente o seu combate pela liberdade coletiva e pelas liberdades individuais.

A sua postura nestas áreas é um legado pessoal que nós agradecemos e também é verdade que a luta do Bloco de Esquerda pelas liberdades e direitos coletivos e individuais são uma forma de honrar o legado de Mário Soares. São várias e significativas as lutas expressas numa parte importante da sua vida: no combate ao fascismo, na candidatura de

Humberto Delgado, na defesa dos presos antifascistas, na luta pela liberdade confiscada. É, portanto, uma figura importante e incontornável neste tipo de combates.

Mário Soares soube ser universalista, porque sempre entendeu que não há nenhum povo livre que oprima outros povos, daí o seu papel relevante na luta anticolonialista que não é dissociável da sua luta pela liberdade. Esta tarefa abraçou-a até ao fim, mesmo quando se tratou da libertação de Timor, por exemplo.

Prestar homenagem a uma figura desta estirpe não é sinónimo de esconder divergências de percursos, divergências sérias e profundas. É antes assumir que do nosso ponto de vista Mário Soares no seu percurso político umas vezes esteve com a direita na luta contra a esquerda e outras vezes esteve com a esquerda na luta contra a direita, mas o seu verdadeiro legado é sem dúvida a luta pelas liberdades, é a luta anticolonialista, é a luta na defesa por um estado de direito e estas são lutas indissociáveis da democracia e das liberdades e nestes combates nós juntamo-nos a ele. Por isso, estivemos juntos na luta contra a invasão do Iraque, estivemos juntos na luta pela defesa da Constituição Portuguesa numa visão abrangente da democracia, como seja na defesa do sistema público de saúde e no sistema público de educação.

Tal como Mário Soares foi na sua vida política frontal, o Bloco de Esquerda/Açores não escamoteia o tributo devido à sua figura, frontalidade bem demonstrada (cremos nós) por Catarina Martins e Pedro Filipe Soares no tributo prestado a tão relevante figura da nossa sociedade.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Efetivamente Mário Soares é sem dúvida uma figura marcante na luta pela democracia e pela liberdade contra o fascismo, uma herança que todos os portugueses hoje podem celebrar.

A forma como exerceu, num estilo peculiar, o cargo da Presidência da República inaugurando uma forma de fazer política de proximidade fazem, efetivamente, de Mário Soares uma figura que será sempre lembrada da maneira como exerceu política em Portugal, razão pela qual o CDS se associou a este Voto de Pesar.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Consideramos que o Dr. Mário Soares é efetivamente uma das personalidades mais marcantes da história contemporânea de Portugal, uma das referências do século XX português e ao longo da sua vida, que foi multifacetada, deixou uma marca profunda em todos cargos, até de natureza profissional, mas essencialmente de natureza política pelos quais foi passando e merecem relevância, merecem destaque naturalmente os dez anos em que exerceu as funções de Presidente da República Portuguesa, ou os três governos constitucionais a que presidiu como Primeiro Ministro de Portugal e naturalmente, situando-nos em campos políticos distintos, nem sempre se verificou connosco a coincidência de

ideias e de suposições relativamente a determinadas matérias. É perfeitamente normal que isso se passe, é isso que se passa em democracia. É, aliás, o que se passa neste Parlamento.

Mas há dois aspetos distintos que aliás já foram relevados por aqueles que me antecederam que efetivamente dão uma nota de diferença relativamente ao Dr. Mário Soares e que caracterizam, no fundo, essa personalidade importante da vida política portuguesa: o facto de ter pugnado pela defesa das liberdades e o facto de ter participado ativamente na construção da democracia portuguesa que hoje vivemos. Fê-lo em momentos distintos: fê-lo antes do 25 de Abril quando foi necessário com coragem, coragem com que ele próprio se posicionou, na luta contra o Estado Novo e na defesa das liberdades durante o Estado Novo; também o fez logo a seguir ao 25 de Abril aquando da deriva em termos da esquerda radical que pretendia regressar, no fundo, e contrariar o espírito que era o espírito com que tinha sido construído o 25 de Abril e aí também o Dr. Mário Soares se afirmou convictamente na defesa das liberdades e pela construção da democracia e fê-lo num facto tão importante quanto é aquele que nos condiciona hoje em dia, que é o facto de ter sido um dos defensores da construção europeia que, aliás, depois protagonizou com a assinatura do tratado em 1986, portanto, nesses momentos distintos.

Portanto, o Dr. Mário Soares é naturalmente merecedor do tributo que lhe prestamos e do facto também de termos subscrito este voto que aqui se encontra presente.

Uma última questão que nos parece dever ser relevada é o facto de efetivamente o Dr. Mário Soares ser um democrata de corpo inteiro. Foi efetivamente um democrata de corpo inteiro, alguém que tinha

convicções muito fortes, que defendia até à exaustão as convicções que tinha, mas que tinha em simultâneo algo que era absolutamente essencial e infelizmente nem sempre prosseguido por muitos ao longo dos últimos anos. Era uma pessoa tolerante, era uma pessoa de espírito aberto e era uma pessoa que sabia construir consensos e chegar a soluções consensuais tendo em vista a construção de algo que era do interesse nacional no seu caso.

Por isso mesmo, pela figura de democrata, pela figura de grande defensor das liberdades e de grande papel na construção da democracia portuguesa é merecedor deste tributo. Portugal deve-lhe muito e naturalmente para além de subscrevermos o voto o PSD, obviamente, votá-lo-á favoravelmente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado André Bradford.

Deputado André Bradford (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo: A evocação, de forma solene e plural, do percurso cívico e político de Mário Soares, por ocasião do seu recente falecimento, é um tributo justo à memória de um dos pais fundadores da Democracia portuguesa e uma forma deste Parlamento, no prosseguimento da sua missão de representação dos valores do povo Açoriano, homenagear os valores da liberdade, da tolerância e da dedicação ao bem comum, que sempre nortearam a ação política de Mário Soares.

A forma convicta e desassombrada como sempre se bateu pela causa democrática, por uma sociedade livre, plural e aberta, no Portugal autoritário e intolerante de Salazar e Caetano, mas também no pós-25 de Abril, fazem de Mário Soares o exemplo mais perfeito do homem de

causas e convicções, em nome do interesse comum e na defesa dos direitos, liberdades e garantias, públicas e individuais.

Assumindo-se sempre como político, apesar de, como ele próprio escreveu, “ter exercido diversas profissões, de acordo com as circunstâncias do tempo e do lugar”, Mário Soares foi o principal agente da implementação e, logo em seguida, da consolidação do regime democrático que a todos nos reúne nesta casa e que nos obriga ao respeito mútuo, à tolerância e à fidelidade à nossa missão de sermos agentes do bem comum.

Dedicou a sua vida – não só a vertente política da sua vida, mas também a pessoal e familiar – à missão de fazer de Portugal uma “terra de liberdade”, onde ninguém pudesse ser perseguido, preso ou censurado por pensar e por dizer o que pensava.

Fê-lo, ao longo da sua vida, a partir de diferentes posicionamentos ideológicos, com avanços e retrocessos, que evoluíram no pós-Guerra para o socialismo democrático. Fê-lo, primeiro, contra o jugo salazarista, com risco da sua própria integridade física, da sua vida pessoal e familiar e da sua carreira. Fê-lo mais tarde, contra o outro lado do espectro político, quando os resistentes comunistas do salazarismo ameaçavam, em pleno processo revolucionário, transformar-se nos autoritários líderes de uma nova opressão.

Na fase quente da redefinição do xadrez político-partidário do pós-25 de Abril, quando a hegemonia das esquerdas parecia comprimir e ameaçar a afirmação da direita democrática, Soares percebeu a importância de um sistema que garantisse margem de implementação ao centro-direita e ao conservadorismo moderado, de modo a que a Democracia se fizesse sempre plena e irreversível.

Num contexto de instabilidade permanente, em que a fragilidade do processo democrático em curso se tornava notória a cada instante, Soares foi um dos principais avalizadores da resistência do ideal democrático e da sua concretização sem concessões. Participou inclusivamente em soluções governativas – pouco eficazes, é verdade – com as direitas sempre que isso significou reforçar a solidez do edifício democrático.

Paralelamente, desenhou a aproximação do novo Portugal democrático à Europa comunitária, como veículo de modernização do país, mas também como forma de reforçar externamente a validade da solução democrática portuguesa. Em 1989 quando esteve nos Açores, afirmou, a este propósito, “a Europa, que nos Açores tem a sua fronteira oeste mais extrema (e estou a citar), será, aliás, tanto mais rica e afirmativa quanto melhor souber garantir a diversidade e evitar qualquer tipo de uniformização ou de dissolução das diversas identidades em presença”. E tinha razão, como os tempos têm demonstrando.

Mais tarde, em 2008, defendeu a importância de colocar “a Região Autónoma dos Açores no mapa do pensamento sobre as relações internacionais e da estratégia atlântica”, e tinha razão! Na intervenção que fez no “I Fórum Açoriano Franklin Roosevelt”, reforçou que os Açores, “como ponte natural entre as duas costas do Atlântico - num Oceano que fala há muitos séculos português - ao refletir sobre a estratégia geopolítica e sobre o pensamento político democrático, estão a dar um contributo importante, atualíssimo e a tornar-se uma referência euro-Atlântica, singular, que não devemos menosprezar”, citei.

Acreditando na ‘grandeza’ de Portugal, percebeu, onde outros só viram riscos para a unidade e soberania nacionais, a importância de conformar a estrutura constitucional à geografia humana do país, participando ativa e

decisivamente, enquanto dirigente partidário, mas também como responsável governativo, na consagração constitucional da solução autonómica.

Foi um admirador confesso de alguns ilustres açorianos – como Antero de Quental e Natália Correia – mas foi também um apaixonado convicto pelas nossas ilhas, pelas nossas tradições, paisagens e gastronomia. Essa relação ficou patente nos 14 dias em que percorreu todas as ilhas dos Açores, tendo sido, então, o primeiro Presidente da República a pernoitar na ilha do Corvo.

Para nós, Grupo Parlamentar do Partido Socialista, Mário Soares foi também (e continuará a ser) uma referência ideológica e partidária - talvez a maior de todas - enquanto defensor do aprofundamento da Democracia nas suas dimensões económica e social, para que nos lembremos sempre que, como ele afirmou em 1976, “o socialismo não é uma abstração. Para nós, o socialismo é libertarmos este nosso povo da angústia do dia seguinte”.

Em todo o seu percurso político, Mário Soares foi pragmático sem deixar de ser profundamente ideológico, sempre na procura da forma mais eficiente de implementar o seu ideário e dar concretização às suas convicções. Como ele próprio se definiu, em entrevista concedida à jornalista e amiga Maria João Avillez, e vou citar, “Sou uma pessoa naturalmente conciliadora e dialogante. Como tal, negoceio até poder, com paciência, boa-fé e persistência. Mas quando me convenço que a situação está bloqueada e sinto que não é possível avançar, quando me vejo encostado à parede, ah, então aí luto. Luto até ao fim, sem tergiversações. Porque sou também, como sabe, um homem de convicções e de carácter, que conhece bem o caminho que deve percorrer.

Como se viu - contra o fascismo, contra o marcelismo, contra o gonçalvismo e por aí fora...”. Citei.

Mário Soares foi um resistente, um lutador, desafiou regras, foi ousado, apostou e, não tendo ganho sempre, ganhou no essencial – tornar Portugal uma Democracia sólida, plural e moderna. Portugal perdeu um dos seus maiores.

Antes de terminar gostaria de agradecer em nome do PS todas as mensagens de condolência que chegaram ao PS/Açores por ocasião do falecimento do Dr. Mário Soares, com uma referência especial (por estar aqui presente) a mensagem de condolências que a Sra. Deputada Zuraida Soares, em nome do Bloco de Esquerda, fez chegar ao nosso partido.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista presta, assim, a sua sentida homenagem a Mário Soares, um homem da Liberdade!

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e do Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

E para terminar passo a palavra, então, ao Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Um homem como Mário Soares não morre. Um homem como Mário Soares construiu um legado que nos motiva e inspira perpetuamente.

Um legado de liberdade e tolerância, onde a divergência e a diferença engrandecem e valorizam as instituições democráticas e a sociedade contemporânea. Um legado de coragem onde, numa luta profundamente

desigual de David contra Golias, nunca se vergou, nunca se acobardou, nunca desanimou e foi mesmo, nos momentos mais difíceis, um referencial de esperança e de luz para os desanimados e conformados com a escuridão da ditadura.

O legado da resistência e da persistência, da luta permanente e incessante pela liberdade e pela democracia. A luta de uma vida que conseguiu ganhar.

Portugal deve muito a Mário Soares, todos os portugueses, socialistas e não socialistas, democratas e saudosistas da 'velha senhora', todos devem muito a Mário Soares.

É injusto dizer ou afirmar que a Liberdade e a Democracia em Portugal se devem apenas à ação de Mário Soares; devem-se à ação de muitos. Mas é inquestionável o papel de Soares na liderança à oposição à ditadura pidesca de Salazar e de Marcelo Caetano.

Deve-se também a Soares o papel de moderação e de consolidação da nossa Democracia na transição do pós 25 de Abril de 1974, tendo um papel fundamental em evitar a deriva comunista que na altura seria nefasta para o futuro do nosso país.

Nesta evocação no Parlamento dos Açores também é justo relembrar que é sob a liderança de Mário Soares que o Partido Socialista, então maioritário na Assembleia Constituinte, aprova na Constituição o atual modelo de descentralização política, com as Autonomias Regionais, tão importante para os Açores e tão importante para as Açorianas e para os Açorianos.

O exemplo de vida de Mário Soares inspira-nos. Alguém que nem sempre foi consensual, amado por muitos, odiado por alguns, mas respeitado e considerado por todos. Alguém que nunca se calou, mesmo quando as

circunstâncias ou as conveniências da altura assim o aconselhavam. Alguém que nunca recuou. Mário Soares não impunha a paz dos vencedores, construía sempre a paz com os vencidos.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: O extraordinário sociólogo Max Weber escreveu que são necessárias três condições essenciais para uma verdadeira vocação política: paixão, sentido de responsabilidade e capacidade de avaliação. Mário Soares tinha as três de sobra. E, pela sua vida, pelo seu exemplo, pela sua luta permanente, Mário Soares é a mais importante e a mais destacada personalidade portuguesa do século XX.

Como disse Eduardo Ferro Rodrigues nas cerimónias fúnebres de Mário Soares, “Mário Soares não foi apenas o militante número um do Partido Socialista, foi o militante número um da Democracia Portuguesa”.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Muito bem!

O Orador: É por isso que, nesta sessão evocativa, em nome do Governo dos Açores, enviamos as mais sentidas condolências à família, à Isabel e ao João, com a certeza de que, com a morte de Mário Soares, Portugal perdeu um dos seus maiores. Mas volto a dizer, um homem como Mário Soares não morre.

Viva a Liberdade, viva a Democracia, viva Mário Soares.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Vou então colocar à votação este Voto de Pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Guardemos, então, um minuto de silêncio.

(Neste momento, a Câmara, de pé, fez um minuto de silêncio)

Vamos, então, agora fazer um intervalo.

Regressamos às 11 horas e 30 minutos.

(Eram 10 horas e 56 minutos)

Presidente: Entramos agora na Agenda da Reunião.

(Eram 11 horas e 37 minutos)

O primeiro ponto é a **Sessão de perguntas ao Governo Regional com resposta oral sobre “Resultados obtidos pelo sistema educativo açoriano no âmbito do PISA (2015) e nos rankings das escolas do ensino básico e secundário referentes ao ano letivo 2015/2016”**.

Esta figura regimental foi requerida pela Representação Parlamentar do PPM e rege esta matéria os artigos 180.º e 181.º do Regimento.

A Conferência de Líderes decidiu que o tempo global para esta sessão de perguntas será de três horas e para cada objeto, que foi oportunamente distribuído por todos, cada grupo e representação parlamentar pode fazer duas perguntas.

Relativamente ao n.º 4, do artigo 181.º, também como tem sido habitual nesta figura regimental, a interpretação da Mesa é de que apenas o proponente tem direito a réplica.

Cada pergunta tem o tempo máximo de três minutos. O Governo Regional dispõe de cinco para a resposta e apenas na resposta à réplica é que o Governo dispõe de três minutos para a mesma.

Vamos então iniciar com a primeira pergunta: análise comparada dos resultados obtidos no PISA 2015 pelos sistemas educativos açoriano e nacional. É o primeiro objeto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando o PPM propôs aqui, nesta Casa, tendo sido aprovado por todos os partidos com exceção do PCP na altura, que os Açores participassem no PISA 2015 o objetivo era diagnosticar os nossos problemas e tentar encontrar uma estratégia para que os Açores pudessem resolver este conjunto de problemas e pudessem desenvolver políticas eficazes.

Quando eu vi a resposta do Sr. Secretário Regional às questões que lhe foram colocadas pelos jornalistas e a reação que teve em relação ao anúncio, à publicação dos resultados de 2015, eu não queria acreditar. Não queria acreditar!

Vejam bem! Os nossos resultados são estes: em ciências a Região Autónoma teve 470; a média nacional é de 501; a média da Região Autónoma é de 487. Estamos em último lugar.

(Neste momento, o Orador mostrou gráficos à Câmara)

Deputado Francisco César (PS): Há um problema com essa escala!

Deputado André Bradford (PS): Esses números não batem certo!

O Orador: Em leitura, a média nacional é de 498, por parte da média nacional; a Região Autónoma da Madeira tem 487 e aqui, em último lugar, a Região Autónoma dos Açores tem 470.

Em matemática a média nacional é de 492; a da Região Autónoma da Madeira é de 490 e a da Região Autónoma dos Açores, que é esta aqui, novamente o resultado mais baixo, é de 462.

Deputado Francisco César (PS): E em Israel? Essa escala ...!

O Orador: Vejam bem outro dado que aqui trago.

Em relação às nações peninsulares que têm sistemas educativos descentralizados no âmbito dos territórios com autonomia política e administrativa, vejam bem, em matemática, resultados de 2015 (estão aqui as regiões autónomas portuguesas e espanholas), os Açores no conjunto da Península Ibérica é o penúltimo. Só estamos atrás das Canárias.

Deputado Francisco César (PS): O senhor deve ter lutado bem com o excel para fazer essa escala!

O Orador: Mas em ciências, os Açores neste conjunto de territórios com autonomia, ...

Presidente: Sr. Deputado, tem de fazer a pergunta.

O Orador: ... somos os últimos e a mesma coisa sucede do ponto de vista ...

Deputado André Bradford (PS): Ele só tem ali mais uns cinco gráficos, Sra. Presidente!

O Orador: ... e a mesma coisa sucede do ponto de vista das ciências em que, de todos os territórios com autonomia, somos novamente os últimos e também, para terminar (e vou fazer a pergunta, Sra. Presidente) é muito importante que se veja, no âmbito das ciências, que foi o principal domínio avaliado, a nossa posição em 2006 estávamos a 11 pontos de diferença da média nacional e atualmente estamos a 31 pontos da média nacional. É esta a evolução do sistema.

O que é que o Sr. Secretário diz em relação a estes resultados?

Deputado José Contente (PS): O senhor não se meta em gráficos!

Presidente: Tem de fazer a pergunta, Sr. Deputado.

O Orador: Vou fazer a pergunta.

O que é que o Sr. Secretário diz?

“Estamos num patamar relativamente aceitável com a média de 470 pontos em ciências, matemática e leitura.”

O que lhe pergunto é: acha, Sr. Secretário, estas declarações aceitáveis?

Acha este tipo de declarações aceitáveis? Acha que isto não é uma ofensa à inteligência dos açorianos?

Deputado Francisco César (PS): Eu pagava para ver essa escala!

Deputado André Bradford (PS): Excesso de preparação! Os artefactos estragaram a pergunta!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses):**
Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:
Antes demais a expressão de um desejo: que desta sessão de perguntas brote discussão sobre a educação, porque é uma das nossas prioridades;
...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: ... que desta sessão de perguntas brote pensamento sobre a educação, porque é aquilo que mais importa; e que nesta sessão de perguntas oxalá a agenda política jamais se sobreponha à agenda escolar.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado André Bradford (PS): Já começou foi mal!

O Orador: Nesta sessão de perguntas fugirei à tentação do discurso delíco doce que oculta os problemas da educação.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Nesta sessão de perguntas oxalá que todos também abdicuem do discurso estéril da contestação que desvirtua os problemas da educação.

Sem falsa modéstia não deixarei, entretanto, de sublinhar um percurso de progresso educativo que já deu frutos, que dá frutos e que dará muitos mais frutos.

Deputado Francisco César (PS) e Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

O Orador: Depois de vencida a batalha da inclusão de todos na escola é preciso vencer a batalha da aprendizagem de todos na escola, fundamentalmente porque boa é a escola que consegue ensinar muito a todos e naturalmente que a ritmos diferenciados e a níveis diferenciados.

No consulado autonómico a construção de muitas mais escolas e a formação de muitos mais professores converteu os Açores na segunda região de Portugal com menor taxa de analfabetismo, 4.7%, apenas superada pela área metropolitana de Lisboa, 3.2%, números estes oficiais e retirados dos censos de 2011.

No futuro próximo acreditamos nos efeitos multiplicadores do ProSucesso que obstam à desistência de cada criança, que obstam à desistência de todas as crianças contra o abandono a favor do sucesso.

Porém, o anúncio desta sessão de perguntas e a formulação desta primeira pergunta denunciam que entre nós a contradição é quase total.

Eu, efetivamente, rejubilo com todos os progressos, por exemplo, com os resultados suficientes dos nossos alunos no PISA; por exemplo, com os resultados bons dos nossos alunos no TIMSS; por exemplo, com os resultados muitos bons, mesmo excelentes, dos nossos alunos no TIMSS Advanced.

Deputadas Renata Correia Botelho e Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: No seu conjunto tais resultados, mais do que uma justificação para uma iniciativa parlamentar, deveriam ser uma justificação para que todos os parlamentares desta Assembleia tributassem uma salva de palmas ao desempenho dos nossos alunos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas eu rejubilo também por muito menos, reconheço. Por exemplo, com as evidências do irrelevante, mesmo do sinistro ranking das escolas quando demonstra, por exemplo, que a Escola de Rabo de Peixe abandona o último lugar da listagem nacional subindo 28 posições;
...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso é graças ao Presidente da Junta!

O Orador: ... quando se sabe que as escolas das Flores e da Calheta de São Jorge, embora subtraídas da hierarquia nacional por falta de dimensão, são as campeãs da ascensão na lista de estabelecimentos escolares, facto que chamou a atenção da comunicação social nacional.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Estamos a falar do PISA!

O Orador: Ao invés, o Sr. Deputado Paulo Estêvão rejubila...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: Termino já.

... com todos os fracassos verdadeiros ou não. É por isso que nesta sessão de perguntas escolheu o PISA ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: ... e o insignificante ranking das escolas, ocultando intencionalmente o TIMSS e o TIMSS Advanced.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Para si, Sr. Deputado, quanto pior, melhor. Por outras palavras: a desgraça dos Açores é a sorte do PPM.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem! Muito bem!

O Orador: Mesmo assim persistiremos em puxar sempre os Açores para cima, apesar do PPM aparentemente preferir puxar os Açores para baixo. Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Era suposto haver uma resposta!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Para a réplica tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A questão que nós temos aqui é muito simples: é quem é que diz a verdade, quem é que se preocupa em melhorar o sistema e quem é que falsifica os dados e produz afirmações absolutamente falsas.

Deputado André Bradford (PS): Isso é gravíssimo!

O Orador: A questão é a seguinte, os dados são evidentes: o PISA é discutido em todos os parlamentos do mundo. Todos! É um teste da maior importância.

Deputado André Bradford (PS): É capaz de haver um ou outro ...!

O Orador: Eu estou na vida política há 21 anos.

Deputado Francisco César (PS): Aliás, é o mais antigo líder do país!

O Orador: Faço oposição ao Partido Socialista há 21 anos e estou há três legislaturas neste Parlamento. Estou a repetir sempre e estou a mostrar que as vossas políticas educativas são um desastre.

Os senhores aplaudiram aqui o Secretário da Educação que o que tinha para vos mostrar era isto: os Açores em último lugar a nível nacional, a nível da Península Ibérica. Uma descida brutal em relação à média nacional, afastámo-nos da média nacional, afastámo-nos da média da Madeira, inclusivamente, ...

Deputado André Bradford (PS): E da estratosfera!

O Orador: ... que ganhou um conjunto de pontos muito significativos, está perto da média nacional, enquanto nós nos afastamos cada vez mais.

Deputado José Contente (PS): O senhor tem 36 países abaixo!

O Orador: Há apenas, meus senhores, nove anos nós estávamos a 11 pontos. Hoje estamos a 31. Eu não fico contente com esta situação.

Mais que isso: o Sr. Secretário vem aqui responder a estas perguntas que o PPM lhe está a fazer para ser confrontado com a realidade, para ser confrontado com os dados, que é necessário alterar, porque eu considero que é possível. O nosso povo merece, os nossos alunos merecem, ...

Deputado José Contente (PS): O senhor vai ser conselheiro de 36 países!

O Orador: ... o nosso sistema educativo é capaz de passar do último lugar para os primeiros lugares a nível nacional e para os primeiros lugares a nível europeu.

Eu acredito no nosso potencial, mas não é escondendo o problema como o Sr. Secretário fez, dizendo que estes resultados (repito!) são relativamente aceitáveis.

Deputado José Contente (PS): Não escondemos problemas!

O Orador: É aceitável ficar em último lugar?

Eu não aceito. Não aceito esta situação, Sr. Secretário.

Portanto, o Sr. Secretário é aqui confrontado por parte do Parlamento com a verdade, com os factos e se não fosse aqui confrontado nesta sessão de perguntas ninguém o tinha confrontado na Região Autónoma dos Açores, o que mostra bem a ausência de massa crítica em muitos aspetos e também na área da educação ...

Deputado André Bradford (PS): Isso é um elogio para a bancada do seu lado!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... e o senhor aqui o que tem de explicar são os factos e os números e o senhor não os explicou, Sr. Secretário.

Faça o favor de fazer uma nova tentativa.

Deputado José Contente (PS): O senhor vai ter que explicar como é que temos 36 países abaixo! Vai ser conselheiro desses países!

Deputado Bruno Belo (PSD): Estão mais abaixo ou mais acima?

Deputado José Contente (PS): Mais abaixo!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, para responder, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses):**
Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Disse o Deputado Paulo Estêvão que o PISA é discutido no mundo em muitos areópagos. É verdade. Tal como o TIMSS, tal como o TIMSS Advanced também.

Disse que em matéria de PISA nós estávamos no último lugar. Obviamente que isso não é verdade.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É verdade!

O Orador: Procurarei, portanto, abordar ambas as questões.

Voltando à primeira, ao PISA e ao TIMSS.

Sobrevalorizar os resultados do PISA, sobrevalorizar a hierarquização dos rankings escolares quando propositadamente se ocultam os melhores resultados do TIMSS e os excelentes resultados do TIMSS Advanced ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não são nada excelentes!

Deputada Isabel Quinto (PS): Muito bem!

O Orador: ... é uma prova de desrespeito pela comunidade educativa dos Açores, pelos alunos que estudam, pelos professores que ensinam, pelas famílias que acompanham e pelos dirigentes que regulam as escolas.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: É, entretanto, com todos eles que contamos para a melhoria do sistema educativo e para o desenvolvimento do ProSucesso – Açores pela Educação – Plano Integrado de Combate ao Insucesso Escolar.

Com efeito, contra o espetáculo nacional um tanto patético, em que líderes ministeriais de hoje, de ontem, até de anteontem, se acotovelaram na busca das luzes da ribalta reivindicando a paternidade de todos, todos os progressos, nós preferimos (volto a repetir) destacar o papel da comunidade educativa, embora na intervenção de ministros, individualizemos, como é natural, ações de referência, mas necessariamente que num tempo longo, a começar talvez por Roberto Carneiro no termo dos anos 80, a prosseguir, por exemplo, com Marçal Grilo, David Justino, Maria de Lurdes Rodrigues, Isabel Alçada, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Nuno Crato!

O Orador: ... também (e porque não) Nuno Crato.

Mas na comunidade educativa e na comunidade educativa dos Açores não podemos deixar de relevar o papel de um grupo profissional muito importante: o papel dos professores que, mesmo vítimas da perda tradicional respeitabilidade social, mesmo sujeitos ao congelamento de carreiras, mesmo padecentes do envelhecimento da classe, ainda encontram a força e a motivação para galvanizarem a comunidade dos estudantes aprendentes.

Aliás, no âmbito da OCDE, Portugal é o país onde os professores são mais propensos à adaptação de conteúdos programáticos e à estrutura das próprias aulas, às necessidades, aos conhecimentos e às capacidades dos estudantes, especialmente para eles o nosso bem-haja.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: Terei de deixar para diante o que iria dizer a seguir relativamente aos resultados numéricos do PISA.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E respostas não há!?

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo: Sr. Secretário, tentar misturar os resultados do PISA com os resultados do TIMSS é que é um desrespeito pela inteligência dos Deputados desta Casa.

O Sr. Secretário sabe perfeitamente que o PISA, que é o Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes, avalia os conhecimentos e a capacidade de desempenho e a aplicação prática na vida do dia a dia desses conhecimentos de alunos de 15 anos, independentemente do nível de escolaridade que têm, porque é pressuposto que alunos de 15 anos tenham completado o ensino básico, ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem dito!

A Oradora: ... mas este pressuposto só é válido se efetivamente os alunos de 15 anos já tenham completado o ensino básico e não tenham ficado retidos no 7.º, no 8.º e no 9.º anos. Portanto, quando nós temos resultados do PISA tão maus como temos ...

Deputado José Contente (PS): Tão maus?!

A Oradora: ... aquilo que poderemos concluir é que se calhar os alunos açorianos que entraram neste teste afinal não lhes foi ministrado os conhecimentos equivalentes ao ensino básico completo, porque o TIMSS, como o senhor diz, avalia os conhecimentos de alunos que frequentam o

12.º ano, por exemplo, onde a Região teve uma avaliação boa, isto quer dizer que os alunos açorianos que conseguem chegar ao 12.º ano não são menos inteligentes que os outros europeus que são avaliados em igualdade de circunstâncias e que são avaliados apenas para conteúdos e não para desempenhos, ...

Deputado Francisco César (PS): Ninguém está a avaliar inteligências, Sra. Deputada!

A Oradora: ... ou seja, para a capacidade que têm de fazer uso desses conhecimentos em situações práticas e, portanto, não se confunda. Logo, a questão que eu lhe coloco é, Sr. Secretário: dos 1.544 alunos açorianos com 15 anos que participaram neste teste, quantos é que efetivamente já tinham completado o ensino básico, ou seja, que estavam no 9.º ou até já a frequentar o 10.º e qual a percentagem destes alunos que tinham ficado retidos e que ainda se encontram a frequentar o 7.º e o 8.º anos?

Porque aqui é que se vê efetivamente o efeito da retenção que o Sr. Secretário nega que exista na Região.

Muito obrigada.

Deputado Francisco César (PS): É o PISA do CDS!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses):**
Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estamos aqui numa conversa em hemiciclo, obviamente com a assistência de algum público e estaremos certamente a ser ouvidos, eventualmente vistos, por pessoas no exterior.

Convinha efetivamente clarificar o que é que se está aqui a discutir e nomeadamente clarificar o que é o TIMSS e o que é o PISA. Estamos fundamentalmente aqui a falar de três ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Já o fiz e julgo que o fiz com clareza! Queremos respostas! Numa sessão de perguntas não há respostas?

O Orador: ... aqui a falar de três ...

Deputado André Bradford (PS): Está nervosa!

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: Estamos aqui a falar de três programas de avaliação de alunos: o TIMSS, o PISA e o TIMSS Advanced.

O TIMSS avalia alunos do 4.º ano, no fim do ensino básico.

O PISA avalia alunos com 15 anos e porquê?

Com 15 anos porque começou no ano 2000 e no ano 2000 os alunos de 15 anos eram normalmente os alunos que em toda a Europa estavam a acabar a escolaridade obrigatória, daí a questão dos 15 anos ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Agora ensino básico!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E a resposta à pergunta?

O Orador: ... e temos o TIMSS Advanced que analisa, que avalia alunos do 12.º ano em matemática A e em física. É isto que aqui está em causa.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Já expliquei isso tudo!

O Orador: Por outro lado, convém chamar a atenção para um outro fator antes dos números (e irei a eles necessariamente): o TIMSS e o PISA possuem uma dignidade muito, muito semelhante.

Aliás, num dos jornais *Público* da primeira metade de dezembro, que não consigo agora, enfim, dizer propriamente o dia, Manuel Carvalho destacava e passo a citar: ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E a resposta? É um desrespeito pelo Parlamento!

O Orador: ... “Os resultados internacionais da avaliação TIMSS ou dos dados PISA como essenciais para o diagnóstico do ensino em Portugal.”

Presidente: Sr. Secretário, o seu tempo está a terminar.

O Orador: Na mesma altura a imprensa internacional reputava o TIMSS, o PISA e o TIMSS Advanced como os estudos mais importantes para o reconhecimento do estado da educação no mundo.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Isto é uma vergonha!

O Orador: Aliás, entre nós, é ao IAVE, Instituto da Avaliação Educativa, que compete a coordenação e a aplicação dos estudos internacionais sobre o desempenho dos estudantes, entre quais o TIMSS, o PISA e o TIMSS Advanced.

Por falta de tempo prosseguirei adiante noutra questão com os números da avaliação.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

A Sra. Deputada Graça Silveira pede a palavra para uma interpelação. Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O CDS não é partido proponente destas perguntas. Não tem direito a réplica. Eu coloquei questões muito claras, muito diretas, porque estes números não são publicados, só quem tem acesso a estes números é o Sr. Secretário, ou seja, dos alunos de 15 anos quantos é que estão no 7.º, no 8.º, no 9.º e no 10.º anos, ...

Deputado André Bradford (PS): Uma interpelação disfarçada!

A Oradora: ... uma pergunta muito clara a que o Sr. Secretário voltou o seu tempo de resposta para repetir a minha pergunta. Isto é inadmissível, Sra. Presidente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem! Por isso é que os alunos não têm boas notas: não respondem tal como o Governo!

Presidente: Sra. Deputada, fica registada a sua interpelação.

Vamos continuar esta sessão de perguntas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo: Não é possível de facto comparar o incomparável, afirmação aliás sustentada na própria contextualização dos resultados do PISA 2015 ao assumir que os resultados por NUTS III não deverão servir para realizar comparações entre as regiões, porque o teste PISA é de âmbito nacional com o objetivo de se efetuarem comparações internacionais e também devido a erros amostrais associados ao agrupamento da amostra por NUTS III.

Nós acrescentaríamos além destas razões o franco atraso da Região com origem na política colonialista preconizada pelo Estado Novo que minorizava os açorianos, fator que se expressou numa taxa de analfabetismo e de abandono escolar ainda mais grave comparativamente aos índices nacionais.

Reconhecemos o esforço feito pelos anteriores governos do PSD e do PS na Região que lançaram as bases para atingir um objetivo que tarda em ser concretizado, porque se desinveste cada vez mais na educação, quando deveríamos investir mais do nunca para compensarmos e ultrapassarmos décadas de atraso.

É reconhecido, aliás tanto na República, como na Região, que o pré-escolar desempenha um papel fulcral no sucesso educativo e foi apontado, aliás, como um dos fatores para os resultados atingidos pelo PISA a nível nacional. Compete agora também ao Governo Regional saber se também reconhece a importância do pré-escolar. Contudo, consideramos que o compromisso assumido de generalizar o acesso ao pré-escolar na Região no prazo de quatro anos é claramente insuficiente para compensar o nosso atraso.

Pergunta objetiva: está a Secretaria Regional da Educação e Cultura disposta a reduzir esse prazo para dois anos?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*):
Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Concordo com a argumentação despendida a título introdutório pelo Deputado Paulo Mendes quando atribui a culpa, pelo menos uma parte da culpa, a desempenhos de menor relevo no capítulo da educação a uma herança cultural e política antiga.

Todavia, deve fazer-se aqui uma chamada de atenção: o consulado autonómico, todo ele, tem sido já um período muito diferente e aí, se fosse este o objeto da pergunta, eventualmente viríamos a discordar sobre o investimento realizado, sobre o facto se é muito ou pouco avultado.

A questão concreta prende-se com o ensino pré-escolar. Nos relatórios destes estudos, no caso do PISA, no caso do TIMSS, aponta-se que a pré-escolarização é determinante na obtenção de bons resultados escolares no período subsequente. É verdade.

Nesse capítulo eu diria que a Região está no bom caminho e a Região está no bom caminho porque em 2015 a nossa taxa de frequência do pré-escolar era de 100% nos cinco anos e de 93% nos quatro anos. Na altura, estas duas taxas, a dos quatro e a dos cinco anos, eram as taxas mais elevadas do contexto nacional.

É certo que em 2015 estávamos com uma taxa de pré-escolarização aos três anos na ordem dos 63, 64%. Desejávamos efetivamente mais, mas os números de 2016 testemunham que essa subida já se verificou e em 2016 a pré-escolarização dos alunos de três anos já se cifrou nos 78%. Por isso, eu prevejo que efetivamente a breve trecho (nós definimos o período desta legislatura) alcancemos os nossos objetivos, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Quais são?

O Orador: ... até porque em 2016 com os 100% nos cinco anos, já 98% nos quatro anos, 78% nos três anos, já com esses números, nós inclusivamente ultrapassámos metas que há um ano atrás tínhamos definido no âmbito da implementação do ProSucesso para 2020-2021.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Para fazer uma pergunta tem a palavra agora o Sr. Deputado João Corvelo.

Deputado João Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Não podemos compreender as raízes profundas dos resultados obtidos pela Região no programa PISA, sem uma visão abrangente das causas do insucesso escolar. Entre elas, a estabilidade dos vínculos laborais dos professores é um aspeto de grande importância.

Temos muitos professores com um vínculo precário que não lhes garante a indispensável estabilidade no emprego, deixando-os perante uma enorme incerteza em relação à sua integração nos quadros e ao futuro da sua carreira.

Com a extinção dos três centros que existiam, a formação contínua de professores passou a estar a cargo das próprias escolas, mas estas não têm meios suficientes para a realizar.

Reduzir a precariedade na Administração Pública tem também de passar, forçosamente, pelo combate à precariedade dos docentes.

Assim, questiono, que medidas pretende o Governo Regional tomar, proximamente, em relação à precariedade dos docentes e em relação ao seu direito à formação contínua?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*):
Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado João Corvelo da Representação Parlamentar do Partido Comunista Português levanta aqui duas questões concretas e eu que tenho sido acusado de não responder concretamente às questões vou tentar fazê-lo.

Levanta a questão da precariedade do corpo docente e correlaciona essa precariedade com resultados eventualmente menos bons e fala, portanto, de uma outra questão, da formação do pessoal docente que é, aliás, matéria também de grande importância.

Vou começar pelo princípio, começo pela precariedade dos docentes.

Sr. Deputado, nos últimos anos através do lançamento de três concursos extraordinários em 2014, 2015 e 2016, que facultaram a abertura de 300 vagas, e através também dos concursos regulares que também facultaram a abertura de muitas mais vagas, nós fizemos um grande esforço para suprir, com professores do quadro, as necessidades permanentes do sistema educativo.

Claro que é verdade que permanecem contratados muitos e muitos docentes, mas simplesmente porque suprem necessidades transitórias do sistema educativo decorrentes da existência de muitos professores do quadro no exercício de missões temporárias: na política, na administração pública, nos conselhos executivos das diversas escolas onde estão cerca de 200, inclusivamente nas estruturas sindicais, também em programas pedagógicos que são naturalmente provisórios.

No futuro nós manteremos a mesma postura do passado e a postura é fundamentalmente esta: sempre que fizermos a identificação de uma necessidade permanente do sistema educativo suprida por um professor contratado, nós procederemos à abertura de uma vaga para o quadro, caso contrário obviamente que não o faremos.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mas como não fazem a verificação, nunca abrem vaga para o quadro!

O Orador: Esta é a forma mais justa, esta é a forma mais racional de gestão de recursos humanos, porque garante o número de professores indispensável ao funcionamento do sistema e porque evita uma praga que felizmente não temos entre nós, que pulula noutras paragens, que é a praga dos professores com horário zero. Esta é também a melhor forma de adequar, ou de assegurar, convenientemente a gestão do erário público, uma obrigação de qualquer Governo que mais do que protetor de

uma qualquer classe socioprofissional deve ser sobretudo (já o disse aqui por diversas vezes) um provedor dos contribuintes, ou seja, de todos nós. Esta é também a forma de conferir maior segurança profissional ao corpo docente e porquê?

Porque uma qualquer estratégia de indiscriminado acesso de contratados aos quadros traduz-se a prazo (o passado tem demonstrado isso) inevitavelmente num generalizado despedimento de professores do quadro.

Com segurança, isto é, sem implicações no futuro despedimento de professores o acesso de mais contratados aos quadros só é verdadeiramente viável por via de um artifício, mas esse artifício não se encontra ao alcance da Região, encontra-se sim ao alcance da República, concretamente através do acesso mais facilitado à aposentação dos professores mais antigos já desprovidos de algumas capacidades físicas e eventualmente até psicológicas para o exercício exigente da lecionação, esta sim, seria uma medida que abriria portas aos mais novos com uma dupla vantagem, ou seja, com alívio financeiro para o sistema e com a disponibilidade de um corpo docente ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: ... mais capaz de enfrentar as exigências da lecionação de hoje.

Mesmo a terminar diria o seguinte: é verdade que há pouco tempo atrás o Sr. Presidente do Governo anunciou para as carreiras gerais aquilo que nós fizemos nos últimos três anos para a carreira docente – a integração nos quadros de colaboradores com um determinado tempo de serviço que superem necessidades permanentes da administração pública.

Muito obrigado.

Infelizmente ficou de lado a parte da formação. Poderemos vir a ela.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Uma interpelação, Sra. Presidente, à Mesa.

Presidente: Para uma interpelação, tem a palavra então Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Uma interpelação no sentido ...

Eu estou um pouco perdido depois desta resposta do Sr. Secretário Regional.

Gostava de saber, Sra. Presidente, se a Sra. Presidente confirma que o objeto em discussão, sobre o qual estamos a fazer perguntas é: “Análise comparada dos resultados obtidos no PISA 2015 pelos sistemas educativos açorianos e nacional”?

É só isso, Sra. Presidente.

Deputado André Bradford (PS): É o problema das oposições!

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Oh! Se ele não responde é porque não responde, se responde...!

Presidente: Confirmo e também confirmo que a Mesa aceitou a pergunta que o Sr. Deputado João Corvelo fez nesta matéria correlacionando determinado aspeto ao nível da carreira docente com os resultados e, por isso, naturalmente também tive que dar possibilidade ao Sr. Secretário Regional para responder.

A Mesa de momento não tem mais inscrições para perguntas.

Sra. Deputada Sónia Nicolau tem a palavra.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. Secretária, Srs. Secretários:

É com gosto e com sentido de responsabilidade que o Partido Socialista debate o tema da educação, sabendo porém não utilizar resultados para olhar a educação através do debate, pelo debate político, mas sim pelo raciocínio, pela crítica e pela construção do sistema educativo dos Açores. São estes os princípios que nos norteiam.

Em segundo lugar, dizer que durante o ano de 2015 os Açores foram bastante abundantes no que diz respeito a resultados e a estudos internacionais.

Efetivamente os Açores foram avaliados numa franja estudantil relativamente ao PISA e os resultados que o Partido Socialista considera são resultados satisfatórios.

Os Açores foram avaliados no TIMSS do 4.º ano e foram resultados bons.

Os Açores foram avaliados no TIMSS do 12.º ano de matemática e de físico-química e foram resultados excelentes.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Estranhamente a oposição aqui não traz nenhuma palavra sobre os bons resultados dos alunos nos Açores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

A Oradora: Este é o resultado desde logo que nós temos. Isto porquê?

Um sistema internacional ...

Deputado Bruno Belo (PSD): A Sra. Deputada não morda a língua!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: Um estudo internacional, tal como o PISA, não avalia um sistema educativo regional.

Um estudo internacional como o PISA, Sra. Deputada, não avalia um sistema educativo regional.

Portanto, é nosso entendimento que qualquer estudo internacional, seja o PISA, seja o TIMSS, seja o TIMSS Advanced, não pode nunca avaliar um sistema educativo regional que é isto que aqui propõe o objeto apresentado pelo Sr. Deputado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

A Oradora: Quero com isto dizer que há uma certeza indesmentível, sem quaisquer resultados falsos como aqui foi aludido, que os Açores não são a última região do país no PISA.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ao contrário!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O PS é que avalia!

A Oradora: Está nos gráficos, está espelhado no relatório e mais!

Devo dizer que aquela que foi a coragem política do Governo dos Açores a se expor a uma sobre amostragem ...

Aliás, Sr. Deputado, e permita-me sabendo que esta figura regimental não permite à alusão direta, deixe-me que assim diga que foi o Sr. Deputado que no debate de 12 de fevereiro ... **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** É uma figura regimental que permite fazer perguntas à oposição!

(Aparte inaudível do Deputado Luís Maurício)

A Oradora: Tenho capacidade crítica para saber o que estou a dizer, Sr. Deputado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

A Oradora: Relativamente à sua intervenção dizer que foi o Sr. Deputado (e muito bem!) que definiu a coragem política do Governo ao aceder a estar entre as regiões do país que com mais escolas participaram.

Deputado Bruno Belo (PSD): E a pergunta!?

Deputado José Contente (PS): Vai ser conselheiro da Jordânia!

A Oradora: Com mais escolas participaram, contrariamente à Madeira. Portanto, a coragem política do Governo dos Açores, subscrita por si, nós também a subscrevemos.

Presidente: Tem de fazer a pergunta, Sra. Deputada.

A Oradora: Já faço a pergunta.

Para terminar, dizer, Sr. Deputado, que há uma certeza indesmentível repetindo que os Açores não são a última região do PISA a nível nacional.

Nós iremos participar neste debate ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Sra. Deputada, agradeço então que formule a pergunta, por favor.

A Oradora: Vou formular a pergunta.

Parece que não ouviram bem, mas eu vou repetir: os Açores não são a última região do estudo do PISA a nível nacional.

Nós iremos participar neste debate com três premissas: a primeira, é que o PISA não avalia um sistema educativo; a segunda, é que nós (nós, o Partido Socialista) valorizamos os alunos no seu todo e está longe de escaloná-los por resultados de uma tabela; e em terceiro lugar, dizer que o PISA tem resultados finais, mas muito para além dos resultados finais há um conjunto de práticas educativas que nós devemos lê-las e implementá-las se assim for possível.

A pergunta, Sr. Secretário, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Já fez vários considerandos!

Deputado André Bradford (PS): Vai ser difícil se o senhor não deixar a Sra. Deputada falar!

A Oradora: ... é a seguinte: numa análise ...

Presidente: Sra. Deputada, faça o favor de continuar.

A Oradora: Muito obrigada.

Eu sei que vos custa ouvir. Custa-vos ouvir, mas a verdade é esta!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Sra. Deputada, penso que estão criadas as condições. Terá mesmo que formular a pergunta, porque o seu tempo já está esgotado.

A Oradora: Muito obrigada, Sra. Presidente.

Eu gostava de ver este ânimo a saudar os alunos que tiveram boas notas no TIMSS e no TIMSS Advanced. Gostava de ver!

Deputado Bruno Belo (PSD): Faça lá a pergunta! O Sr. Deputado Paulo Estevão está ansioso por ouvir a pergunta!

A Oradora: Sr. Secretário Regional, numa análise comparativa dos resultados regionais com os nacionais, face à sobre amostragem, no seu entendimento qual o contributo para o sistema educativo dos estudos internacionais PISA, do TIMSS e do TIMSS Advanced?

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Essa pergunta é uma pergunta em que a cabeça ardeu para fazer essa pergunta!

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses):**
Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De facto, estes estudos internacionais de avaliação de estudantes (o TIMSS, o PISA e o TIMSS Advanced) são apenas uma achega para o

conhecimento do que se passa na educação, são apenas uma achega para a avaliação dos sistemas educativos e também, obviamente, para a avaliação do sistema educativo regional.

Nós efetivamente não estamos no fim. Longe disso! Não estamos no fim nem sequer no PISA, muito menos no TIMSS, ainda menos no TIMSS Advanced. Estes três programas, como eu disse, têm uma dignidade idêntica, já aludi a ela, se voltar a ter tempo, aludirei algo mais.

Mas vamos então por partes e vamos então falar, por exemplo, no PISA.

É certo que no PISA em matéria de resultados ao invés do nosso fundado desejo, ao invés do nosso avultado investimento e apesar de um progresso de mais 22 pontos em leitura, mais 25 pontos em matemática, mais 26 pontos em ciências desde o começo do estudo no ano 2000, ficámos, é certo, aquém da média nacional, porém adiante de unidades com resultados mais fracos, casos do Tâmega e Sousa, do Alto Tâmega, das terras de Trás-os-Montes e eventualmente a par do Baixo Alentejo e do Algarve.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Aleluia, aleluia!

O Orador: De resto, os resultados dos Açores no âmbito de 72 países e economias participantes no PISA 2015 estão acima de 31 países, estão acima em ciências; estão acima de 30 países em leitura; estão acima de 29 países em matemática. Os Açores mesmo no PISA, naquele estudo em que ficámos pior classificados, os Açores estão, por exemplo, ao nível da Islândia que é um país europeu bem considerado no desempenho educativo.

Deputado André Bradford (PS): Venham esses gráficos!

O Orador: Acima dos níveis 1A e 1B, esses sim considerados de baixo desempenho, nós situamo-nos no nível de proficiência 2, tido por

elementar, mesmo por desejável, para que todos, ou quase todos os estudantes o alcancem, isto é, nós ficámos um nível abaixo da média de Portugal que se cifrou, como se sabe, no nível de proficiência 3.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Dois em seis!

O Orador: Essa foi a média de Portugal.

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: O que é que significa o nível de proficiência 2 em que os Açores ficaram colocados?

Em ciências significa o seguinte: “que os alunos são capazes de utilizar conhecimentos do dia a dia sobre conteúdo e conhecimentos elementares sobre procedimentos para identificar uma explicação científica apropriada, interpretar dados e identificar a questão investigada num delineamento experimental simples.

São capazes de utilizar conhecimentos científicos elementares ou do dia a dia para identificar uma conclusão válida retirada de um conjunto simples de dados.

Os alunos cujo desempenho se situa no nível 2 demonstram conhecimento epistemológico elementar ao serem capazes de identificar questões que podem ser investigadas cientificamente.”

E em leitura o nível 2 permite “tarefas de reflexão típicas deste nível que requerem que o leitor estabeleça comparações ou várias relações entre o texto e o conhecimento exterior ao texto baseando-se na experiência pessoal ou nas suas atitudes.”

E finalmente em matemática os alunos do nível de proficiência 2 são alunos capazes ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): A Deputada Sónia Nicolau está radiante com a resposta!

O Orador: ... “de extrair informação relevante de uma única fonte e de utilizar um único modo de representação. Os alunos são ainda capazes de aplicar algoritmos, fórmulas, procedimentos ou convenções elementares para resolver problemas ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: ... envolvendo números inteiros. São capazes de fazer interpretações literais de resultados.”

São estas as competências próprias dos alunos que estão no nível de proficiência 2, caso dos açorianos que fizeram os testes PISA.

Infelizmente não tive tempo de passar ao TIMSS, nem ao TIMSS Advanced ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor já teve foi dois minutos!

O Orador: ... onde os nossos resultados são substancialmente diferentes, mas ficará para mais tarde, Sra. Presidente.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Informo a câmara que está nas galerias um antigo Deputado desta Casa, Lizuarte Machado, a quem saúde em nome desta Assembleia.

(Aplausos da Câmara)

Tem agora a palavra, para uma pergunta, a Sra. Deputada Maria João Carreiro.

(*) **Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Exma. Sra. Presidente, Exmos. Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente do Governo, Exma. Sra. Membro do Governo, Exmos. Srs. Membros do Governo:

Estamos aqui de facto a tratar a educação e quanto a isso parece-me que há pontos aqui que devem ser clarificados entre todos nós.

O mês de dezembro de facto foi um mês de júbilo para alguns. Portugal teve excelentes resultados, esteve acima da média da OCDE.

O Sr. Docente especialista depois poderá tomar a palavra. Agora não interrompi, agradecia ...

Inclusivamente, Portugal foi capa de jornais, mesmo de âmbito internacional. *El País* fala do segredo português; *Economist* caracteriza Portugal como *impressive mover*; os Açores, pelo contrário, também foram capa de jornal, mas por serem das piores regiões do país na classificação do relatório PISA.

Em primeiro lugar, importa aqui esclarecer o seguinte: é que não podemos comparar estudos PISA com estudos TIMSS. São programas diferentes.

TIMSS avalia currículos; PISA não avalia currículos. PISA avalia a extrapolação dos conhecimentos dos alunos de 15 anos para o seu dia a dia.

Portanto, neste sentido importa esclarecer que os resultados PISA permitem avaliar o nível de preparação dos jovens para entrar na vida ativa ou prosseguir estudos após escolaridade obrigatória.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já chega!

A Oradora: Perante a globalização da economia e os desafios que ela representa os indivíduos, sejam açorianos, açorianas, continentais, de qualquer outra região, apesar de virem de sistemas educativos diferentes, quando ingressarem no mercado de trabalho na vida ativa não vão em igualdade de circunstâncias. Perante os resultados dos Açores certamente

nós, os nossos jovens, açorianas e açorianos, não poderão concorrer na mesma igualdade de circunstâncias. Certamente terão que se sujeitar ao emprego precário que permanece na Região.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

A Oradora: Perante tais resultados não se vislumbra crescimento económico, porque os Açores continuam muito abaixo da média nacional e os resultados assim o demonstram.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

A Oradora: O relatório PISA não é nenhum relatório político, o relatório PISA. Se quiserem poderei até divulgar e espelhar.

Nós continuamos nos NUTS III, ou seja, das 25 regiões continuamos nas últimas quatro. Não podemos ignorar estes resultados.

Deputado André Bradford (PS): Antes era a última, agora é das últimas quatro!

A Oradora: Dos últimos!

Parece que não está a ouvir muito bem, pelos vistos!

Os Açores encontram-se abaixo da média nacional, tendo sido ultrapassados pela Madeira.

Presidente: Tem de fazer a pergunta, Sra. Deputada.

A Oradora: Mas eu queria só esclarecer uma questão. Estamos aqui todos a falar do mesmo e parece que não há esse esclarecimento.

Entre 2006 e 2015, que é precisamente o período de referência em que é avaliada a literacia científica e que os Açores estão presentes em ambos os momentos, nós verificamos que os Açores estavam a 11 pontos da média nacional na literacia científica e agora está a 31 pontos.

Portanto, estes resultados fazem-nos questionar o reflexo, nomeadamente as políticas do Partido Socialista.

Para terminar, para querer fazer a pergunta, a verdade é que nós estamos preocupados com estes resultados, sem dúvida, porque ainda por cima estes resultados acompanham os indicadores estatísticos da educação. É que continuamos a liderar as taxas do insucesso da Região.

Presidente: Tem de fazer a pergunta, Sra. Deputada.

A Oradora: Continuamos a liderar a taxa de abandono escolar, pelo que o Grupo Parlamentar está preocupado com estes resultados, tenta investir na educação para garantir o futuro por isso perguntamos o seguinte: o Programa do Governo fala em objetivos e em medidas, mas é omissa quanto às metas.

Quais as metas definidas para este período de governação?

Tenho dito.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** *(Avelino de Meneses):*
Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Sra. Deputada Maria João Carreiro na introdução à pergunta que formulou falou muito de júbilo, júbilo para uns e falta de júbilo para outros. Jubilo para Portugal no seu conjunto, tristeza para os Açores em particular.

Está a insistir em ver uma parte do problema. Está a insistir em ver, portanto, o PISA ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sim, os Açores são uma parte do problema!

O Orador: ... e a diferença relativamente ao TIMSS e ao TIMSS Advanced que efetivamente existe não é uma diferença tão substancial quanto isto. Por isso, eu posso contrapor. Eu diria que efetivamente o PISA trouxe júbilo à comunicação social, eventualmente aos portugueses do continente, ao passo que o TIMSS e o TIMSS Advanced trouxeram maior júbilo aos Açores, aos alunos açorianos, às famílias dos alunos açorianos.

Aliás, já citei aqui alguns exemplos que demonstram que entre o PISA e o TIMSS a dignidade é a mesma.

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Não se avalia o mesmo!

O Orador: Aliás, são coordenados internacionalmente por instituições creditadas e são coordenados nacionalmente pelo mesmo organismo, ou seja, pelo Instituto de Avaliação Educativa.

Agora, fiquei de certa forma boquiaberto com uma parte da sua intervenção, Sra. Deputada. Foi quando disse que estamos efetivamente muito, muito mal e que as políticas do Partido Socialista têm sido um fracasso.

Em 2013, no 15.º Congresso Regional do PS/Açores, a Sra. Deputada escreveu e leu a quem lá estava, por exemplo, o seguinte: “O PS/Açores reconhecendo a educação como pilar fundamental para o desenvolvimento da nossa Região ao longo destes anos requalificou e modernizou os espaços ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Esta é que é!

O Orador: ... das nossas escolas.”

Mas disse mais: “Não só melhorou a rede regional escolar, como também foram criadas as condições efetivas para o sucesso escolar e para a integração plena de crianças e jovens, contribuindo para a sua motivação e garantindo a sua qualificação, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Acho que o Sr. Secretário da Saúde já deve estar cabisbaixo aí atrás de si!

Deputado Duarte Freitas (PSD): O Sr. Ex-reitor foge!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... registando-se uma taxa de pré-escolarização nos cinco anos de 98.7% e taxas de progressão nos três ciclos do ensino básico superiores aos 90%.”

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: É certo que três anos antes, em 2010, no 14.º Congresso do PS, disse que na “educação nem tudo tem sido rosas”, mas logo manifestou a confiança na capacidade permanente de inovação dos socialistas e rematou da seguinte forma: “É por isso que somos PS, é por isso que nos distinguimos daqueles que navegam noutras águas, nas águas turvas do desconhecimento ou nas águas agitadas da ignorância. Nós com convicção e com ambição continuaremos a apresentar as melhores soluções.”

Presidente: O seu tempo está a terminar, Sr. Secretário.

O Orador: Depois de tudo isto e muito mais é tarde, muito tarde, para dar o dito por não dito, até porque não lhe faltaram oportunidades de exercer influência para apresentar propostas.

Relativamente às metas, as nossas metas hoje em dia passam fundamentalmente ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Esteve cinco minutos a falar da Sra. Deputada! Responda!

O Orador: ... pela implementação do ProSucesso – Açores pela Educação – um Plano Integrado de Promoção do Sucesso Escolar que começou inclusivamente a ser implementado ainda antes de termos de conhecimento dos resultados do PISA.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Continuamos no primeiro objeto.

Pergunto se há mais perguntas.

Sra. Deputada Maria João Carreiro, para uma pergunta, tem a palavra.

(*) **Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Exma. Sra. Presidente, Exmos. Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente do Governo, Exma. Sra. Membro do Governo, Exmos. Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de novamente formular a questão, porque a minha questão não foi respondida.

Em segundo lugar, importa aqui esclarecer que se o objeto da questão é (volto aqui a ler) “Análise comparada dos resultados obtidos no PISA 2015 pelos sistemas educativos açoriano e nacional”, foi o enquadramento que foi feito e que foi dito, a análise entre 2006 e 2015,

em nada tem a ver com as declarações que eu proferi num congresso e que as disse e muito bem ditas. Volto aqui a dizer: elogio o Governo Regional pelo parque escolar entretanto obtido, mas não impede os resultados (estão aqui demonstrados resultados PISA e resultados divulgados pelo INE e pelo Portal Regional da Educação) nos quais os Açores lideram as taxas de insucesso e nós estamos em 2016.

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Luís Garcia (PSD): E a resposta é?

Presidente: Sra. Deputada, mas a pergunta em concreto ...

Deputada Maria João Carreiro (PSD): A pergunta é a mesma!

Presidente: Manteve a primeira questão das medidas.

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Parece que não ouviram!

Presidente: Só estava a perguntar para esclarecer.

É a mesma pergunta, Sr. Secretário, para responder.

Tem a palavra.

Sr. Secretário pode usar da palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses):**

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Sra. Deputada Maria João Carreiro compreensivelmente passou a ideia de que o Secretário Regional da Educação e Cultura, na sua resposta, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Qual resposta?

O Orador: ... havia dado um tiro ao lado, ou seja, a pergunta teria sido uma e a resposta teria sido outra.

Uma coisa é certa: os deputados têm o direito de formular perguntas, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E o senhor tem a obrigação de respondê-las!

O Orador: ... mas os deputados têm de ser responsáveis pelas considerações introdutórias que tecem em redor da pergunta que é formulada e não fui eu ...

Deputado António Marinho (PSD): Lições de moral não! Já está a voltar ao seu registo! A arrogância é uma coisa terrível!

O Orador: ... que levantei a questão da maior ou da menor aptidão ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Vamos criar as condições para que o Sr. Secretário Regional possa concluir a sua resposta.

Sras. e Srs. Deputados!

Sr. Secretário Regional pode responder.

O Orador: Muito obrigado.

Creio que está justificada a minha guinada, não sei se à direita, se à esquerda na questão anterior, mas creio que a justificação é efetivamente cabal.

Relativamente às metas que nós temos, relativamente às medidas que nós temos, eu diria o seguinte: perante os resultados mais encorajadores do TIMSS e do TIMSS Advanced é preciso prudência, prudência, muita prudência.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E metas?!

O Orador: Perante os resultados encorajadores do PISA é preciso trabalho, trabalho, muito trabalho.

Eu disse isto, eu repeti isto até à exaustão.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E metas?! O senhor nunca mais chega à meta!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não vão a lado nenhum!

O Orador: Não estou, portanto, a ser original hoje.

Neste contexto, perante a necessidade de prudência, neste contexto, perante a necessidade de muito trabalho, a implementação do ProSucesso – Açores pela Educação – Plano Integrado de Promoção do Sucesso Escolar é convictamente a nossa resposta mais adequada.

Em sintonia, aliás, com a estratégia europeia para a educação e formação, a denominada Europa 20/20.

O plano possui dois objetivos principais. São eles: o aumento do sucesso escolar a todos os níveis e em todos os ciclos de ensino e a redução da taxa de abandono precoce da educação e da formação dos jovens de 18 e de 24 anos que não concluíram o ensino secundário ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso não é uma meta, é um objetivo! Não quantifica nada?

O Orador: ... e que não se encontram a frequentar nenhum tipo de educação ou formação formal ou informal.

Sem olvidar a integração de todas as estratégias herdadas do passado, agora acrescidas por novas medidas de intervenção, o ProSucesso é um plano a prazo, é um plano concretamente a dez anos, porque em educação as transformações e, por consequência, as conquistas são necessariamente lentas.

Contudo, no dia a dia das escolas há indicadores, há alguns indicadores que já são encorajadores.

Presidente: O seu tempo está a terminar, Sr. Secretário.

O Orador: Diria mesmo que demasiado encorajadores o que nos obriga a uma vigilância redobrada para que não regridam.

De facto, o esforço da comunidade educativa na promoção do sucesso escolar já fez com que metas definidas para o meado da implementação do programa 2020 fossem alcançadas em 2016.

Tenho aqui vários exemplos.

O meu tempo não o permite. Ficaré para outra oportunidade.

Obrigado.

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Não responde!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor gasta o tempo todo em conversa!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Dizia um parlamentar da 1.^a República que a palavra mentira só se deve utilizar no Parlamento quando o ato é reiterado.

Eu vou utilizar aqui a palavra mentira, porque o ato é reiterado e, por isso, dizer-lhe o seguinte: o Sr. Secretário está a mentir em relação aos dados com que avançou.

Disse que os Açores estavam à frente da Islândia.

Página n.º 98 do relatório: qual é a média em matemática da Islândia?
488.

Qual é a média dos Açores? 462.

Qual é a média em relação aos resultados de leitura? 482; Açores, 470.

Página n.º 84.

Estou a falar de média, da média do país e da média da Região.

E a mesma coisa em relação a português.

Portanto, nós não estamos à frente da Islândia. Isto é mentira. É ridículo que se diga isto. Ponto número um.

Ponto número dois: eu já estive a ver até ...

Deputado André Bradford (PS): E os gráficos?

O Orador: Já estive a ver a notícia hoje, por exemplo, da *Lusa* e o Sr. Secretário enganou a comunicação social quando se referenciou ao PISA e analisou os dados. Disse o seguinte: “Habitualmente nas listas que eram divulgadas os Açores invariavelmente estavam no último lugar. Desta vez não estamos em último, nem em penúltimo, nem em antepenúltimo, mas um pouco mais acima.”

O que o Sr. Secretário não disse e que enganou propositadamente (propositadamente!) a comunicação social (e os açorianos tentou) ...

Deputado André Bradford (PS): Como é que se pode fazer um debate sério?

O Orador: ... é que os outros estudos PISA, que são realizados, tinham como média, tinham como unidade estatística o NUTS II, que é constituído por sete regiões. Sete! Este pela primeira vez é constituído pelo NUTS III, ou seja, é constituído por 25 regiões. Vinte e cinco regiões!

O que é que nós vamos comparar?

O que é que é sério, o que é que é científico que se compare?

Regiões iguais. Regiões iguais!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Nós vamos comparar as sete regiões que tínhamos em 2006.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A diferença é essa!

O Orador: Isto é que é ser sério! Isto é que é ter seriedade!

Presidente: Sr. Deputado, tenha atenção à adjetivação.

O Orador: Se compararmos os resultados, por exemplo, de matemática

...

Presidente: Sr. Deputado, faltam-lhe 30 segundos. Portanto, terá que elaborar a pergunta.

O Orador: A pergunta faço em cinco segundos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Foi de propósito!

O Orador: Já me fez perder, Sra. Presidente. Estava aqui em grande ...

São técnicas parlamentares que nós conhecemos.

De qualquer das formas o que é importante é aqui referenciar: agregando os resultados destas sub-regiões dos NUTS III e agregando nos NUTS II o que é que nós temos?

Temos aqui, por exemplo, o resultado de matemática.

Temos aqui norte, 487; centro, 501; temos aqui o Alentejo, 497; Algarve, 471; Lisboa, 493; Madeira, 490; Açores, 462; e Portugal, 492.

Onde é que nós estamos?

Estamos aqui no último lugar. No último lugar!

Deputado André Bradford (PS): Essa coluna não pode estar à mesma escala!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, agora em cinco segundos ...

O Orador: Sr. Secretário, esta é que é a verdade e o Sr. Secretário tentou de facto...

Termino só para lhe dizer o seguinte: esta é a evolução dos resultados que devem ser comparados. O próprio relatório diz. Devemos comparar domínio de ciências em 2009, que era o domínio principal, com o domínio principal em 2015 que é novamente ciências.

Então o que é que nós podemos observar: um afastamento da média nacional. Estávamos a 11 pontos e agora estamos a 31. Portanto, estamos cada vez pior e mais afastados da média nacional.

A pergunta é esta: acha que é aceitável ter outro género de interpretações que teve, tentando induzir a comunicação social e os açorianos em erro? Tentando enganar a comunicação social, porque foi exatamente isso que o Sr. Secretário fez ...

Presidente: Sr. Deputado, já lhe pedi para ter em atenção a adjetivação.

O Orador: ... e também o fez em relação ao caso da Islândia?

Deputado André Bradford (PS): Isso não é uma pergunta, é uma acusação!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

Sras. e Srs. Deputados!

Vai usar da palavra o Sr. Secretário Regional. Tem a palavra, Sr. Secretário.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sr. Secretário, foi completamente aniquilado!

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Se quisermos fazer um exercício da procura de países, de regiões, de economias que estejam ao nosso lado, acima de nós, abaixo de nós, há muita possibilidade, por exemplo, passando do PISA para o TIMSS (apenas mais um exemplo), no caso do TIMSS, em matemática os Açores ficaram a um ponto da mítica Finlândia. A um ponto da mítica Finlândia!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Os açorianos não são esteticamente mais burros!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E ao lado da Islândia!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: De resto, a questão dos NUTS é uma questão que nos ultrapassa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ultrapassa, ultrapassa! Dá um jeitão!

O Orador: A questão dos NUTS é uma questão que é definida pela coordenação e findos os estudos. São os responsáveis pelo PISA, pelo TIMSS, pelo TIMSS Advanced que em cada momento determinam a divisão por unidades territoriais com interesse estatístico ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não pode comparar o incomparável!

O Orador: ... e desta vez quer no PISA, quer no TIMSS, dividiram Portugal em 25 regiões, uma das quais a Região Autónoma dos Açores e efetivamente na classificação que nós temos os Açores não estão no último lugar, não estão no penúltimo, não estão no antepenúltimo. Não estão, não senhor!

Mas também não vale a pena repetir aquilo que aqui efetivamente já se disse.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Que vergonha o Secretário Regional da Educação a dar esse tipo de resposta! Devia ser o exemplo da correção!

O Orador: Finalmente, eu creio que o Sr. Deputado ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Belo exemplo!

O Orador: Posso?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Pode!

O Orador: O Sr. Deputado nesta sua última intervenção mais do que querer fazer uma pergunta, quis fazer comentários.

Portanto, em 99% do tempo fez comentários e na ponta final, aguçado pela Sra. Presidente, deixou cair uma pergunta que também não é pergunta alguma.

Portanto, aludiu ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É igual às suas respostas!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados! Desta forma não conseguimos continuar os trabalhos.

Sr. Secretário Regional pode continuar.

O Orador: Aludiu o Sr. Deputado ao facto de a média dos Açores estar afastada da média nacional, não ser efetivamente idêntica. Isso aí nós sabemos. Eu já o disse. Agora o que efetivamente me importa é que de 2000 até 2015 a média dos Açores tenha vindo sempre em acréscimo. Isso é que efetivamente me importa.

Rejeito por completo (rejeito por completo!) a acusação torpe de que ando a enganar quer sejam os jornalistas, quer sejam cidadãos.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias) e vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Tive a oportunidade de dizer no passado dia 7 de dezembro na Escola Antero de Quental, em Ponta Delgada, na sessão de apresentação aos Açores dos resultados do PISA, do TIMSS e do TIMSS Advanced, que os resultados eram os seguintes: eram resultados suficientes no PISA, eram resultados bons no TIMSS, eram resultados muito bons e até excelentes do ponto de vista relativo no TIMSS Advanced.

Esta foi a verdade que eu disse. Perante isto disse que era preciso ter prudência e perante isto acrescento que é preciso ter trabalho.

Vou calar-me porque a matéria da pergunta não dá para mais.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se o Sr. Deputado vai usar do direito à réplica. Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Islândia não era verdade.

As regiões, bem, eu demonstrei aqui com resultados agregados, ...

Deputado Francisco César (PS): Não demonstrou nada!

O Orador: ... comparando as sete regiões de 2006 com as sete regiões de 2015 que os nossos resultados são efetivamente os piores e mais do que isso eu demonstrei que a nossa distância em relação ao todo das outras regiões aumentou quer em relação à média nacional, nas outras regiões a distância dos resultados obtidos pelos Açores aumentou, com exceção do Algarve em que o resultado praticamente se mantém, mas é uma distância significativa apesar de tudo.

Em relação ao sistema educativo madeirense esse está a crescer e a aproximar-se da média nacional, o que demonstra que a insularidade pode ser combatida e que de facto é possível que esses sistemas insulares, com governos que têm um projeto do ponto de vista educativo, obter resultados e estão a aproximar-se da média nacional.

Nós estamos a afastarmo-nos! Nós estamos a afastarmo-nos!

O Sr. Secretário já fez aqui várias alusões a outros estudos. Eu quero aqui fazer um anúncio formal. Até agora só consegui discutir o PISA, penso

que vou conseguir discutir os exames, não há tempo para mais, mas prometo-lhe uma coisa: em fevereiro terá uma interpelação para discutir o que não foi discutido, ou seja, para discutir os estudos que faltam e as análises que faltam fazer e se for necessário em março ... em março não pode ser ...

Deputado Francisco Coelho (PS): É debate de urgência!

O Orador: ... mas em abril (não quero atropelar o Orçamento) o Sr. Secretário terá aqui outra interpelação para discutir o que falta discutir. Sr. Secretário, eu estou disponível para discutir tudo e sabe porquê, Sr. Secretário?

Porque o que é importante, Sr. Secretário, é que estes assuntos sejam discutidos com seriedade e o Sr. Secretário com as ...

Tenho admiração por si como investigador e continuo a ter. Sempre tive! Mas vou dizer-lhe uma coisa: acha que isto é uma afirmação séria?

“Habitualmente nas listas que andam divulgadas os Açores invariavelmente estavam no último lugar. Desta vez não estamos em último, nem em penúltimo.”

Deputado André Bradford (PS): Já disse quatro vezes!

O Orador: Mas porque é que não estamos em último nem em penúltimo? Porque não estamos a falar das mesmas regiões e quando falamos das mesmas regiões ficamos em último e mais do que isso: o nosso posicionamento, a nossa distância em relação a essas regiões acentuou-se enormemente.

Sr. Secretário, e termino para dizer-lhe o seguinte: de todas as regiões dos países ibéricos que têm órgãos de governo próprio, nós somos aqueles que obtemos os piores resultados.

O Tâmega, eles não têm um Parlamento, não têm um governo próprio, não têm um orçamento próprio, não podem alterar. Nós podemos. Conseguimos?

Não conseguimos com as vossas políticas que são um absoluto desastre.

Deputado André Bradford (PS): O critério muda cada vez que o senhor fala!

Deputado José Contente (PS): Qual foi a pergunta? Responder a quê?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Paulo Estêvão, mantendo-se obviamente dentro da matéria que hoje estamos aqui a discutir – estudos para a avaliação do desempenho de alunos –, falou, entretanto, de assuntos mil.

Reportou-se em determinada altura à comparação entre os Açores e a Madeira.

É obviamente verdade que a Madeira está à nossa frente na média do PISA.

Todavia, quer no TIMSS, quer no TIMSS Advanced nós estamos a par e à frente da Madeira. Isso também deve obviamente contar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Porquê?

O Orador: De resto, tem havido aqui a tentação de fazer constantemente comparações, comparações com os dados do PISA. Há comparações que nós podemos fazer, há comparações que nós não podemos fazer.

Por exemplo, o PISA é realizado desde o ano 2000. Para 2000 e para 2003 nós não temos informação. Para 2006, para 2009 e para 2012 nós temos informação.

Aliás, creio que num comunicado o PPM disse que não haveria informação para 2012, mas efetivamente há.

Ou seja, fomos submetidos a amostragens de 173 alunos, 91 alunos, 103 alunos.

Agora, em 2015 optámos por uma sobre amostragem. Os nossos alunos em termos absolutos foram 1.544, os analisados. Em termos relativos representaram 21% do contexto nacional.

Para se fazerem comparações com efetiva seriedade temos de esperar por aquilo que aí vem, esperar eventualmente que no futuro outras sobre amostragens permitam a análise mais segura da evolução dos alunos nos Açores.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Vamos a isso!

O Orador: Além do mais, fazer uma comparação entre 2015 e 2012 não é de todo fiável, Sr. Deputado, e não é fiável fazer 2015/2012 porque em cada ciclo do PISA, como o Sr. Deputado sabe, há uma competência foco.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): 2006!

O Orador: A competência foco em 2015 foi qual?

A competência foco em 2015 foi a literacia científica.

Antes de 2015, só em 2006, é que a competência foco foi também a literacia científica.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É o gráfico que eu tenho aqui! Por isso eu trouxe o gráfico! Exatamente!

O Orador: Aí talvez seja possível fazer algo de comparação e aí subimos, subimos pouco, subimos sete pontos. É verdade!

Mas há outros dados na comparação entre 2015 e 2006 que justificam atenção.

Em primeiro lugar, em 2015, houve uma redução acentuada dos alunos que participaram no PISA estando a frequentar o 7.º e 8.º anos. Em 2015 houve um aumento substancial dos alunos que participaram no PISA estando a frequentar o 9.º e o 10.º anos. Sabe que o 10.º ano era o ano modal. Isto significa o quê?

Que na Região ao longo deste tempo houve um acentuado decréscimo da retenção. Além disso, a pontuação aumentou significativamente o que significa que os alunos de hoje estão mais competentes que os alunos do passado.

Os alunos que frequentam o 7.º ano e participaram no teste 2015 alcançaram mais 20 pontos do que em 2006, de 354 para 374.

Os alunos que em 2015 estavam no 8.º ano alcançaram mais 13 pontos do que em 2006, 393 para 406.

Os alunos que em 2015 participaram estando no 9.º ano ...

Presidente: O seu tempo está a terminar, Sr. Secretário.

O Orador: Termina já, Sra. Presidente.

... alcançaram mais 19 pontos, de 512 para 531.

Os alunos dos ensinos vocacional e profissional inclusivamente aumentaram mais 66 pontos, 345 para 411.

Se isto não é progresso, olhe, eu não sei o que significa a palavra progresso.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isto não é progresso!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Nisso concordamos!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Nós vamos interromper os nossos trabalhos.

Continuamos no âmbito do primeiro objeto.

Regressamos às 15 horas.

(Eram 13 horas e 03 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, peço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 08 minutos)

(Neste momento, a Deputada Graça Silva substituiu a Deputada Bárbara Chaves na Mesa)

Vamos então dar continuidade a esta sessão de perguntas.

Estamos no âmbito do primeiro objeto e a Mesa de momento não tem inscrições.

Sra. Deputada Sónia Nicolau tem a palavra.

(*) Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. Secretária Regional, Srs. Secretários Regionais:

Nós gostaríamos aqui de recentrar efetivamente a questão relativa aos estudos internacionais.

O PISA efetivamente avalia de uma forma global as competências dos alunos e o TIMSS avalia os conteúdos curriculares. Qualquer pesquisa básica sabe-o, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É verdade, Sra. Deputada!

A Oradora: ... não é propriamente uma novidade. A novidade é a forma como nós optamos por nos dirigir a cada um dos estudos.

O Partido Socialista tem um intento de olhar para os estudos valorizando aquilo que melhor os alunos têm.

A oposição opta por valorizar o menor que os alunos têm relativamente ao PISA, ou seja, puxa os Açores para baixo. Esta é uma opção clara.

Gostaríamos aqui também de referenciar relativamente ao NUTS.

Efetivamente, Sr. Secretário, penso que importa aqui algum esclarecimento, os Açores não são a última região de Portugal relativamente ao PISA 2015 e segundo o relatório do PISA esta foi a melhor nomenclatura que o PISA encontrou para melhor espelhar os resultados de cada uma das regiões.

Efetivamente na NUTS III que foi a opção do relatório anterior a forma de distribuição era outra.

Importa esclarecer que, no que diz respeito ao PISA 2012, tendo sido a opção outra, ou seja, a opção por sete regiões onde uma delas era a Norte onde estava incluído Tâmega e Sousa, Douro e Terras de Trás os Montes, que são precisamente as três regiões que estão abaixo dos Açores, não deixa de ser interessante que no debate da Assembleia da República, no dia 17 de dezembro, a Sra. Deputada Ana Rita Bessa tenha dito constantemente que a região de Tâmega e Sousa está sempre na última posição do ranking. Portanto, se dúvidas existissem quem é que sempre esteve nos últimos lugares numa alusão relativamente ao NUTS II ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Queremos nos comparar com os piores em vez de nos quisermos comparar com os melhores!

A Oradora: Queremos comparar com os melhores.

Em segundo lugar, dizer que efetivamente, relativamente às médias das literacias não deixa de ser interessante que o que nos distancia em termos das literacias dos Açores e de Portugal são 6%. É disto que nós estamos aqui a falar.

Gostaria, Sr. Secretário, no âmbito do relatório trazer aqui duas ou três práticas que são práticas de sucesso do relatório PISA. São elas, por exemplo, a referência à taxa de abandono escolar e faz a relação relativamente à taxa de abandono escolar e à propensão para melhor nota por parte dos alunos, assim como também a média dos alunos que já repetiram, pelo menos, uma vez.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas a Sra. Deputada tem esses dados?

A Oradora: Sr. Deputado, eu não sei se posso responder.

Presidente: Não pode.

A Oradora: Não posso.

Posso dizer-lhe, Sr. Deputado, ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: A taxa de abandono escolar foi aqui referida no debate do Programa do Governo, portanto, a taxa de abandono escolar foi referida aqui no Programa do Governo. Estou a reportar-me precisamente à taxa de abandono escolar referida no Programa do Governo.

Presidente: Sra. Deputada, agradeço que formule a pergunta, por favor.

A Oradora: Exatamente.

Há uma relação no relatório do PISA relativamente aos alunos que repetem um ano e os alunos que têm menor propensão para a nota final de ciências. Está no relatório do PISA.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não, não está?

A Oradora: Portanto, Sr. Secretário o que lhe pergunto é: que peso relacional, na sua opinião, pode existir para a diferença dos resultados nacionais e regionais, naquela que é a ligação às variáveis de abandono escolar precoce, às taxas de retenção, às faltas de aula e até à frequência de ensino alternativo?

Todas estas variáveis referenciadas no relatório dois do PISA.

Obrigada.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*):

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Falou aqui a Sra. Deputada Sónia Nicolau, entre outras coisas, de bons indicadores verificáveis no sistema educativo regional, bons indicadores que persistem apesar de reconhecermos que a média nacional é mais elevada, mas bons indicadores que nos conferem alento, tendo em consideração, por exemplo, o futuro.

Esses bons indicadores poderiam ser aqui exemplificados de muita forma, mas entre os bons indicadores que nós temos no sistema educativo regional e que predizem uma evolução favorável dos resultados, eu avançava com alguns.

Poderia exatamente começar pelo abandono escolar tradicional que em 20 anos de 1991 a 2011 registou a descida de 15% na sua taxa quando no

continente essa descida foi de apenas 11%, quando na Madeira essa descida ficou somente pelos 9% ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E porquê?

O Orador: ... e se efetivamente queremos apanhar os que estão à frente temos necessariamente de correr mais do que eles, mas há mais.

No abandono escolar dito precoce, apesar de algum atraso que todos nós reconhecemos, os Açores vêm registando descidas significativas. Diria de outra forma: os Açores vêm registando as descidas mais significativas, por exemplo, 56% para 29% entre 2004 e 2015 e muito significativamente menos 15% só entre os anos de 2011 e 2015.

Mas há mais: a taxa de desistência na última década caiu 79%, cifrando-se no último ano letivo numas escassas sete décimas, a mais baixa taxa do todo nacional.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: A taxa de conclusão do básico entre 2013 e 2015 registou um acréscimo de 73 para 81%, mais 8%, e na melhoria quotidiana dos resultados em 2015/2016 o projeto PROFDEA (Professores Especializados na Superação de Dificuldades de Aprendizagem) experimentado em matemática no primeiro ano, do primeiro ciclo, e incerto no âmbito do ProSucesso, num só ano obteve resultados de todo encorajadores, senão vejamos.

Por exemplo, a diminuição das classificações de insuficiente de 17 para 10%, a diminuição das classificações de suficiente de 26% para 21% e o aumento das classificações mais elevadas, ou seja, no bom de 30 para 33%, no muito bom de 28 para 36%.

Aliás, com um ano de implementação (e isso já foi dito atrás e programado a prazo) o ProSucesso é a arma de combate ao insucesso

escolar tanto no dia a dia das unidades orgânicas, como no âmbito dos estudos internacionais e dos rankings domésticos (que também eles estudos internacionais e rankings domésticos) não são de todo infalíveis, não são bíblias, são apenas indicadores. Aliás, crítica a estes estudos também existe muito na imprensa nacional e inclusivamente internacional.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo: Sr. Secretário, devo dizer que efetivamente e como disse a Sra. Deputada do PS na sua intervenção, os bons desempenhos dos alunos açorianos devem ser aplaudidos. O CDS sempre defendeu que o mérito deve ser premiado.

Infelizmente os bons desempenhos por alguns dos alunos açorianos que participaram no programa PISA ficam diluídos e ensombrados por uma média que nada abona no seu desempenho e daí ser importante que o Sr. Secretário seja capaz de nos dizer dos 1.544 alunos quantos é que efetivamente estavam no 9.º e no 10.º anos, ou seja, alunos que receberam competências referentes àquele ano de escolaridade e que até podem ter tido um excelente desempenho, e alunos que pela via da retenção, ou seja, porque chumbaram, estão no 7.º e no 8.º anos e obviamente não são capazes de ter um desempenho ao nível de alunos que deveriam já ter completado o ensino básico.

Como não respondeu e disse que os dados vinham depois continuo a aguardar que em nome desses alunos que tiveram bom desempenho esses valores nos sejam dados, porque nós só temos os valores médios.

Já agora, o Sr. Secretário há um ano a esta parte, nesta Casa, disse o seguinte e cito: “As escolas abrem aos estudantes as melhores oportunidades contrariando o determinismo socioeconómico propenso à reprodução das desigualdades.”

Neste sentido, Sr. Secretário, e atendendo que, por exemplo, na leitura mais de metade dos alunos que participaram no teste PISA tiveram uma avaliação 2, 1 e menos que 1 (se formos falar na matemática 60% dos alunos tiveram uma classificação de 2, 1 e menos 1 - lembrando que a escala máxima não é de 5, até é de 6), eu gostaria que o Sr. Secretário nos informasse quantos é que desses alunos (no caso da leitura seriam 837 alunos) que tiveram as classificações mais baixas é que pertencem a estratos sociais mais elevados e quantos é que pertencem a estratos sociais mais desfavorecidos.

Porque se efetivamente a Região conseguiu cumprir o desígnio de que ser bom aluno não pode ser o vaticínio da classe social de onde vem, nós gostaríamos de saber (até porque é um dos objetivos do PISA) se os resultados e os desempenhos estão ou não condicionados pelo estrato social destes alunos que tiveram as piores classificações.

Qual a percentagem que vem de estratos sociais mais elevados e qual a percentagem que vem efetivamente de estratos sociais mais desfavorecidos.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*):

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Saúdo o facto da Sra. Deputada Graça Silveira do Grupo Parlamentar do CDS-PP ter aqui dito, ter aqui reconhecido, que os bons desempenho devem ser aplaudidos.

Estou de acordo. Não tenho é visto esse aplauso em relação aos bons desempenhos e tenho praticamente só visto as críticas por vezes exageradas aos desempenhos suficientes dos nossos alunos no PISA.

Eu nem exigiria que houvesse 50% de aplausos para os resultados do TIMSS e do TIMSS Advanced ...

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Responda à pergunta, Sr. Secretário!

O Orador: ... e outros 50% de críticas para os resultados vindos efetivamente do PISA, mas entendo efetivamente o que se passa, porque as regras políticas, o jogo democrático implica exatamente este tipo de abordagem.

Relativamente à questão concreta que me coloca do PISA, de quantos estavam no 9.º ou no 10.º anos e quantos estavam mais para baixo, eu não tenho os números concretos neste momento para lhe fornecer, mas posso-lhe dizer uma coisa: a maioria destes ...

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Não temos números!

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): Então sabe que tem um debate e não traz os números?! Então quem é que tem os números?

O Orador: Posso-lhes fornecer depois se eventualmente quiserem e se não os tiver já em minha posse peço-os obviamente ao IAVE, porque temos a informação que nos disponibilizam.

Nós temos uma maioria de alunos que fizeram estes exames PISA 2015 que pertencem ao 9.º e ao 10.º anos, sendo, como se sabe, o 10.º ano o ano modal.

Os que fizeram os exames PISA e estavam no 7.º e no 8.º anos são menos do que os outros que referi.

Aliás, antes do intervalo eu tive a possibilidade de referir essa questão efetivamente num outro âmbito.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não temos dados necessários!

O Orador: Outra questão que aqui colocou e que é uma questão importante é a seguinte: eu creio que efetivamente a escola é e a escola tem de ser um mecanismo de inversão de hierarquias sociais, tem de ser um mecanismo de redução de assimetrias sociais e as nossas escolas são-no certamente, até porque no PISA há um resultado muito interessante.

Os campeões do PISA são potências orientais (e teríamos muito que falar acerca disso). O ocidente está em relativa desvantagem, mas entre alunos melhor e pior classificados, curiosamente as maiores diferenças encontramos-las precisamente no oriente.

Em Singapura de cerca de 103 pontos entre os que estão em baixo e os que estão em cima.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Ninguém quer saber de Singapura! Queremos saber dos Açores!

O Orador: Na China inclusivamente 117 pontos entre os que estão em baixo e os que estão em cima, muito mais do que os 96 pontos verificados em Portugal e por consequência nos Açores um número certamente semelhante.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sra. Deputada Graça Silveira pede a palavra para?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Uma interpelação.

Presidente: Para uma interpelação, tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo: Só para registar ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Registrar?!

A Oradora: ... que o Sr. Secretário sabendo que ia tendo uma sessão de perguntas sobre os resultados do PISA responde que não tinha ...

Presidente: Sra. Deputada, a interpelação tem de ser à Mesa.

A Oradora: Estou falando à Mesa.

... os dados, quando os resultados do PISA dão estas variáveis todas que nós não temos acesso e que só podemos ter por parte do Sr. Secretário.

Coloquei uma vez a pergunta, coloquei segunda vez a pergunta.

Não respondeu qual a percentagem de alunos que estão efetivamente no 9.º ano.

E mais! Não respondeu qual a percentagem de alunos que têm piores resultados ...

Presidente: Sra. Deputada, mas tem que fazer a interpelação à Mesa.

A Oradora: Eu estou a fazer uma interpelação à Mesa.

Presidente: Mas a interpelação à Mesa requer que seja feita alguma pergunta à Mesa ou entregue algum documento à Mesa.

A Oradora: Sra. Presidente, quando é que nós vamos poder ter as respostas às questões que colocamos?

A Sra. Presidente é que conduz os trabalhos. Têm sido colocadas reiteradamente perguntas claras e diretas, sem dúvida, às quais os deputados desta Casa não têm tido qualquer resposta.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Apoiado!

Presidente: Sra. Deputada, como deverá compreender a Mesa conduz os trabalhos, mas não pode obrigar nem ao teor das perguntas que são formuladas, nem ao teor das respostas. Por isso, como compreenderá, não posso obrigar ninguém nem a perguntar, nem a responder.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O Sr. Secretário sabe os dados de Singapura, mas não sabe os dos Açores!

Presidente: Sr. Secretário Regional pede a palavra para?

Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses): Para responder, senão fica para depois.

Presidente: Responder diretamente à Sra. Deputada não o poderá fazer. Apenas pode interpelar a Mesa se entender que quer dirigir à Mesa alguma consideração.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses): Guardo para depois.

Presidente: Muito bem.

Pergunto se há mais inscrições para este objeto.

Julgo não haver.

Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, devido ao adiantado da hora retiro o objeto número dois e número três.

Presidente: Muito bem, Sr. Deputado.

Sendo assim, o objeto dois e três são retirados por parte do proponente.

Avançamos então para as perguntas referentes ao objeto quatro: “Resultados regionais registados no PISA 2015 – desagregação por ilha”.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Em primeiro lugar, quero fazer uma pequena referência para retirar dois equívocos que se prolongaram ao longo da manhã.

O primeiro tem a ver porque é que eu fiz as perguntas sobre o PISA e não sobre outros testes?

Por uma razão muito simples. Como aqui já foi explicado enquanto nos outros testes estamos a falar de percentagens de amostras de 2, 3%, um tal por cento, aqui estamos a falar por algo que foi pedido pela Região, ou seja, uma sobre amostragem.

A verdade é que dos alunos que realizaram o PISA a nível nacional um em cada cinco (um em cada cinco!) era açoriano em 2015. Por isso, evidentemente estamos a falar do teste mais representativo que foi elaborado nos últimos tempos nos Açores. Por isso, é que eu fiz o PISA. É evidente que o Sr. Secretário tem dito: “Bom, mas eu quero discutir o TIMSS.”

Já lhe disse que vou fazer uma interpelação em fevereiro para discutir o TIMSS. Não há problema nenhum, mas já agora vou dizer algo que é evidente para quem já estudou este assunto: porque é que nós temos uns resultados um pouco menos maus?

Temos resultados um pouco menos maus, porque como se sabe nós no 12.º ano (estou a falar do ensino secundário) os alunos que chegam ao 12.º ano nos Açores são em muito menor número. Portanto, é afunilado, há uma seleção prévia. Por isso, os resultados são um pouco melhores.

Há muitos outros fatores, mas depois de forma pormenorizada poderei desmontar este outro mito que é o TIMSS. Tem uma explicação lógica em relação a essa evolução desses resultados, mas que também são resultados que, como poderão ter oportunidade no âmbito da interpelação, poderei explicar na próxima sessão.

De qualquer das formas, regressando ao PISA, o que é interessante, o que é fundamental é que realizando uma amostra tão grande, ou seja, dos 2.600 alunos que nós tínhamos em 2015, com 15 anos, 1.500 alunos realizaram o PISA, o que nos permite (e esse foi o nosso objetivo quando apresentámos essa proposta) ter uma leitura regional pela primeira vez, uma vez que não estamos a falar de amostragens. Temos a possibilidade de ter uma leitura regional, comparar diversos agrupamentos de ilhas.

Eu sei que foi remetida esta informação. Telefonei para o Ministério da Educação e da parte do Ministério da Educação informaram-me que foram enviados os resultados, agrupados por ilhas, ou seja, São Miguel e Santa Maria, primeiro grupo; segundo grupo, Terceira, Graciosa e São Jorge; e quarto grupo, Faial, Pico, Flores e Corvo.

Portanto, nós neste momento podemos comparar os resultados, até porque temos uma amostra de enorme dimensão, uma sobre amostragem e, portanto, há possibilidade de fazer isto do ponto de vista estatístico, temos a possibilidade de comparar diferentes realidades do nosso arquipélago.

A pergunta que eu faço é a seguinte: quais foram os resultados obtidos por estas ilhas, por estes três grupos de ilhas, nos domínios de ciências, matemática e leitura?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*):

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente o Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Fazendo um recuo muito rápido, a Deputada Graça Silveira perguntou anteriormente o número de alunos de 7.º, 8.º, 9.º, 10.º anos, falou em 1.544, que é efetivamente é o número total dos que fizeram o PISA nos Açores, 21% do contexto nacional.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Devia responder-me a mim!

O Orador: Números absolutos não tenho, agora posso dizer-lhe uma coisa. Eu disse-lhe atrás que a maioria eram do 9.º e do 10.º anos. O 9.º e o 10.º anos significavam cerca de 70% da amostragem.

Mais! A maioria dos estudantes do 9.º ano que fizeram o exame PISA não eram repetentes, o que vem confirmar algo que eu tive oportunidade de referir antes do intervalo e que testemunha que a taxa de retenção está efetivamente em decréscimo nos Açores.

Passando à questão e ao novo objeto colocado pelo Deputado Paulo Estêvão devo dizer o seguinte: com amostragem ou com sobre amostragem persiste um erro padrão que pode inverter a hierarquização de pequenas unidades, fossem elas escolas, ilhas ou inclusivamente NUTS.

O PISA foi criado para comparar países, economias e regiões. O PISA não permite recolher informação ao nível da escola e do aluno.

De resto, os consórcios organizadores destes estudos, mas não apenas do PISA, também do TIMSS, do TIMSS Advanced garantem a confidencialidade dos resultados que são obtidos pelos participantes, um fator que ficaria em risco com a divulgação de resultados de pequenas

escolas que não temos, no caso, por exemplo, do Corvo onde os participantes foram apenas ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Dois!

O Orador: ... dois que tiveram o mesmo tipo de aproveitamento independentemente dele ser mais positivo ou mais negativo.

Ainda muito recentemente o Presidente do IAVE, Dr. Hélder Sousa, em mail trocado com a Direção Regional da Educação no passado dia 12, falava e passo a citar “da inconveniência em apresentar resultados relativos a amostras de alunos muito reduzidas como é o caso de algumas ilhas da Região Autónoma dos Açores.”

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ouviu bem a pergunta? Associações de ilhas!

O Orador: O exemplo mais flagrante que foi de novo avançado pelo Presidente do IAVE foi o exemplo do Corvo, onde o erro padrão é efetivamente altíssimo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não quer responder à pergunta!

O Orador: Em ciências (e sabe-se que as ciências foram o domínio principal do PISA 2015) o erro padrão era de 34.4.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas não foi essa a pergunta que fiz!

O Orador: Isto implicava um resultado que poderia variar em 74 pontos, ou seja, desde um resultado negativo até um resultado positivo, mas no caso do Corvo em matemática e em leitura os erros padrões eram ainda piores, 46.8 no caso da matemática, 58.3 em leitura.

Presidente: Sr. Secretário, o seu tempo está a terminar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está a fazer precisamente aquilo que disse que não ia fazer!

O Orador: Hélder Sousa dizia que em presença de amostras muito diminutas é dar informações que apresentam um erro de tal modo elevado que até poderiam dizer-se que soam a falso.

Relativamente à pergunta que colocou, realmente dar resultados de grupos de ilhas, concretamente dos três ex-distritos dos Açores é mais fiável, o erro padrão varia entre 3 e 4.6%.

Presidente: Tem de terminar, Sr. Secretário.

O Orador: Estou a acabar, vou acabar já.

Não vejo grande conveniência em manifestar estes números quando há mais de 40 anos ...

(Apartes inaudíveis de alguns Deputados da Câmara)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Em democracia isso não é admissível!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Secretário Regional termine a sua intervenção.

Sras. e Srs. Deputados!

Sr. Secretário Regional para terminar.

O Orador: Termino já.

Estou apenas a alertar que a divulgação destes números é fazer ressuscitar uma realidade morta, de uns Açores divididos, contra os quais andamos a lutar há 40 anos de autonomia.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Agora é que vai ter de dizer!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Para a réplica tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Esta questão não é técnica e vou dar-vos um exemplo muito simples: o Alto Tâmega tem 67 alunos. 67 alunos! Está no estudo PISA. Temos aqui outras regiões com 97, 116, 72 ...

Os números dos Açores, em qualquer um destes agrupamentos de ilhas, são oito vezes superiores aos números que são apresentados aqui no relatório. A questão, por isso, não é técnica. Não tem a ver com o facto do universo ser pequeno, porque o tamanho da amostra é muitíssimo superior a grande parte das regiões que aqui estão.

A questão é a seguinte: é política.

É porque do ponto de vista político o senhor demonstrar através dos números as diferenças que existem em relação aos níveis de desenvolvimento e à eficácia do sistema educativo em zonas diferentes do arquipélago tem uma penalização política para esse Governo e que eu posso desde já dizer-lhe qual é e o senhor sabe bem qual é.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor está a esconder!

O Orador: Quais são os resultados na ilha de São Miguel, Sr. Secretário? Diga-me quais são os resultados na ilha de São Miguel, Sr. Secretário?

O senhor tem de libertar esta informação. É o Parlamento que lhe faz esta questão. Eu só tenho esta forma.

Evidentemente o Ministério da Educação não liberta esta informação, diz que tem de ser através do Governo dos Açores, portanto, eu estou a utilizar uma figura regimental e o senhor tem de fornecer essa informação, porque a questão como acabei de demonstrar não é técnica, é política.

Deputados João Bruto da Costa (PSD) e Artur Lima (CDS-PP):

Mesmo que seja inconveniente!

O Orador: Coloca em causa a vossa gestão em diferentes níveis do território: porque é que existem estas desigualdades, porque é que existem estes problemas diferenciados, porque é que existem resultados tão diferentes em diferentes zonas do arquipélago com esta dimensão destas associações de ilhas.

Quero que explique o resultado de São Miguel.

Portanto, faz favor de responder à questão que lhe estou a colocar.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A verdade é inconveniente!

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses):**
Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo: ...

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: O IAVE disse, o IAVE repetiu que não era aconselhável divulgar resultados sobre unidades territoriais muito pequenas, porque dada a associação de um erro padrão podia haver uma inversão de hierarquias.

É verdade também que o IAVE reconheceu que havia alguma segurança em divulgar resultados por conjuntos de ilhas ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Vamos a isso!

O Orador: ... e os resultados a divulgar por conjuntos de ilhas são inevitavelmente os resultados das ilhas que compunham os ex três distritos dos Açores.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): E?!

O Orador: Como político do ano 2017 realmente repugna-me um pouco,

...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Repugna!?

O Orador: ... independentemente dos resultados, que estejamos a recuar mais de 40 anos, num tempo em que as ilhas estavam artificialmente divididas.

Mas há mais! O IAVE também diz que não é aconselhável divulgar resultados de testes que são ao fim e ao cabo diferentes uns dos outros.

O PISA teve 66 formatos diferentes.

Nenhum aluno ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Esse é o problema político! Qual é a sua opinião?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados! Temos que permitir que o Sr. Secretário Regional possa fazer a sua intervenção!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Passamos a mandar as perguntas para o IAVE!

O Orador: Nenhum aluno responde a todos os itens do teste PISA, nem sequer à mesma combinação. Por isso, quando se insiste muito na comparação também se está a fazer de certa forma a comparação daquilo que é incomparável.

Considerando que o IAVE reconheceu alguma segurança na evidência pública de resultados do PISA por conjuntos de ilhas que acabam por somar um número relativamente aceitável de testes, eu tenho obviamente esses resultados.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então, divulgue-os!

O Orador: E se a vontade dos deputados deste Parlamento é a sua divulgação, aqui vão os resultados.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mande em papel!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Quero ouvir!

Presidente: Sr. Secretário, agradeço é que seja célere. O seu tempo está a terminar.

O Orador: São Miguel e Santa Maria (um grupo) regista 846 exames, 54.8% do total dos Açores. Em ciências a média foi 462, em matemática a média foi 453, em leitura a média foi 460.

Segundo grupo. O segundo grupo envolve as ilhas que compunham o ex-distrito de Angra do Heroísmo – Terceira, Graciosa e São Jorge. Neste conjunto de três ilhas foram realizados 397 exames, percentualmente 25.7% dos exames. As médias foram as seguintes: a ciências 480, a matemática 475, a leitura 486.

Finalmente, o terceiro grupo de ilhas é constituído pelas ilhas que formavam o ex ...

Presidente: Srs. Deputados!

O Sr. Secretário, com alguma benevolência da Mesa, já está a ultrapassar em muito o seu tempo, por favor, permitam que ele possa concluir com a divulgação dos números.

O Orador: Estava eu a dizer que o último conjunto é formado pelas ilhas que constituíam o ex-distrito da Horta – Pico, Faial, Flores e Corvo. Neste conjunto de ilhas foram realizados 301 exames, 19.5% do total. Em ciências a média foi 486, em matemática a média foi 478, em leitura a média foi 482.

Para terminar e olhando para o conjunto do arquipélago, tivemos 1.544 alunos a fazer os testes (os 100%, naturalmente) e a média geral do arquipélago foi a ciências 470, a matemática 462 e a leitura 470.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Muito obrigado!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

De momento, a Mesa não tem mais inscrições.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, para a segunda pergunta, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Começo por agradecer ao Sr. Secretário a divulgação dos números.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*): Não há que agradecer nada!

O Orador: Eu penso que estes números demonstram bem a desigualdade que existe do ponto de vista do sistema educativo.

Deputado Francisco César (*PS*): Afinal a coisa funciona!

O Orador: Como eu tinha repetido várias vezes, existia um desinvestimento no âmbito do sistema educativo na ilha de São Miguel.

Os senhores são testemunhas disto. Já disse várias vezes que existia um desinvestimento do ponto de vista do sistema educativo em São Miguel

...

Deputado André Bradford (*PS*): O senhor passa a dizer que é tudo para São Miguel!

O Orador: ... e temos uma realidade social difícil em muitas zonas da ilha de São Miguel.

Vejam bem: 462, 453, 460. Muito abaixo! Mais de 20 pontos que as outras ilhas dos Açores.

Ou seja, há infraestruturas desatualizadas na ilha de São Miguel?

Evidentemente que há.

O parque escolar da ilha de São Miguel é dos mais (desculpem-me a expressão) desleixados?

É e é algo que pela primeira vez é reconhecido, há dados objetivos que temos um problema do ponto de vista do sistema educativo, do ponto de vista de infraestruturas e do ponto de vista social, problemas graves do ponto de vista socioeconómico na ilha de São Miguel. Penso que isto é absolutamente evidente.

Sr. Secretário, a pergunta que lhe faço é: qual é a explicação do Governo para estas discrepâncias de ordem regional?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*):

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Paulo Estêvão está agora aqui a singularizar, não sei também se a estigmatizar, a ilha de São Miguel.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Estigmatizar!?

O Orador: Fundamentalmente falou de um aspeto: das construções escolares.

Se tiver a realidade em consideração chega facilmente à conclusão que hoje é precisamente na ilha de São Miguel onde existe maior investimento em construções escolares. Um dos casos foi anunciado ainda ontem e é hoje largamente noticiado na comunicação social.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E é necessário!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): A petição agora já pode entrar!

(Diálogo entre os Deputados Luís Maurício e Francisco César)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Não vamos fazer um debate paralelo. Vamos permitir ao Sr. Secretário Regional que termine a sua intervenção.

O Orador: Reconheço que entre países, entre regiões, entre comunidades, inclusivamente entre pessoas há sempre diferenças e haverá também essas diferenças num arquipélago como o nosso.

E porquê num arquipélago como o nosso?

Porque o nosso arquipélago é um arquipélago verdadeiro, constituído efetivamente por nove ilhas, um tanto à semelhança do que sucede nas Canárias, do que sucede em Cabo Verde, não tanto à semelhança da Madeira, que é constituída fundamentalmente por uma ilha.

Agora esta sobre amostragem do PISA realizada pela OCDE, coordenada em Portugal pelo IAVE, serve-me fundamentalmente para testar o sistema educativo regional. Serve-me para testar o sistema educativo regional de uma ponta à outra do arquipélago.

Portanto, não lhe vou dar uma resposta a indicar eventuais diferenças e causas dessas diferenças entre cada uma das ilhas do nosso arquipélago.

Agora, em termos gerais direi o seguinte: nos Açores os resultados, eventualmente menos bons, que episódica ou regularmente teimam em persistir decorrem, mas decorrem sem dúvida, de uma velha herança cultural. Decorrem de uma velha herança cultural traduzida hoje no reconhecimento em todas as nossas ilhas de uma população menos escolarizada, quando em confronto com as regiões mais centrais, com as regiões mais urbanas. Decorrem de uma velha herança cultural traduzida

ainda hoje no reconhecimento de uma população naturalmente menos capaz de fazer o acompanhamento escolar dos próprios filhos e de definir a educação como uma inequívoca prioridade.

De facto, em Portugal apenas um quarto dos pais da faixa etária entre os 35 e os 44 anos possui por habilitação a licenciatura.

A percentagem nos Açores estima-se que seja mais baixa.

Aliás, no total da população portuguesa para o ano de 2015, no continente, a percentagem de licenciados era 23%, na Madeira 17% e nos Açores 14%. Há razões históricas que comprovam perfeitamente as razões destes factos.

Enfim, nós nos Açores somos ainda vítimas de um país macrocéfalo, recém-chegado ao mundo da educação, que por anos, que por décadas, que mesmo por séculos deixou as suas periferias para trás, aquelas mesmas periferias que como nós permanecem ainda hoje no sopé de todos os rankings por força dos constrangimentos políticos, económicos, sociais e culturais.

Todavia, no relatório PISA lêem-se recomendações para a melhoria dos resultados, entre elas o acesso à educação pré-escolar, entre elas a substituição de mais retenção por mais apoio, entre elas o adiamento da integração de estudantes em programas não nucleares, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: ... vulgo vocacionais que podem adular muitos destes indicadores.

Em todos estes itens (claro que não os vou desenvolver agora, porque de tempo careço) nós registamos progressos que prognosticam a obtenção dos melhores resultados.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto ao Sr. Deputado Paulo Estêvão se vai usar do direito a réplica.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Prescindindo!

Presidente: Vai prescindir. Muito bem.

Sendo assim, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Reconheço a intenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão quanto à pergunta que foi colocada ao Sr. Secretário, mas penso que não será pela desagregação por grupos de ilhas que conseguiremos alcançar o objetivo aqui iniciado aqui pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Bem sei que o que procuramos é fazer coincidir, se existir essa coincidência, bolsas de pobreza e insucesso escolar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é coincidência, é desinvestimento!

O Orador: Também é verdade que infelizmente continuamos sem conhecer os verdadeiros contornos da pobreza nos Açores. O que sabemos é que ela existe e existe de forma bastante grave e que é verdade que é produto e resultado de políticas inter geracionais e que também por isso faltam políticas de rutura que permitam aos Açores sair desta situação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E vontade política também!

O Orador: Ora, o que se procurava aqui seria identificar se as políticas educativas na Região têm surtido efeito na atenuação ou até mesmo na extinção da reprodução social da pobreza na escola, ou seja, será que estamos a conseguir utilizar a escola como fator de atenuação ou mesmo de extinção da pobreza e da desigualdade social na Região.

Portanto, se os resultados médios obtidos em todos os domínios do PISA na Região são inferiores àqueles verificados a nível nacional, isso quer dizer muito provavelmente, mas não temos a certeza, que nós não estamos a conseguir, através da nossa escola pública, revolucionar a nossa sociedade e revolucionar no sentido de a retirar de uma situação de extrema pobreza e desigualdade.

Ora, o Sr. Secretário assumiu que a Ação Social Escolar não é solidariedade social, como se a escola pública estivesse desligada da comunidade que a envolve. Não é, pois, possível dissociar as políticas de educação das políticas dos restantes setores, nomeadamente de todas as políticas com efeitos no combate ao desemprego, à precariedade, ...

Presidente: Tem de fazer a pergunta, Sr. Deputado.

O Orador: ... aos baixos salários, à pobreza, incluindo a pobreza que grassa todos (e não são poucos) os trabalhadores que auferem de rendimentos de miséria que têm de ser colmatados com o RSI, o qual nos últimos anos, e apesar da crise, veio a ser cortado a muitas destas famílias.

Pergunta a ser colocada ao Sr. Secretário: que leitura faz sobre a relação entre sucesso escolar e políticas ativas de promoção de emprego, de valorização do trabalho através do combate aos baixos salários, à precariedade, enfim, à pobreza e à desigualdade social?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*):
Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Concordo em pleno com o Deputado Paulo Mendes quando diz que não é pela desagregação de resultados entre ilhas que vamos encontrar a solução para os maus resultados nos Açores.

Fiz (isto é uma declaração que faço aqui de honra e de princípio) esta desagregação aqui, nesta Assembleia, porque o organismo que em Portugal tutela a realização do PISA considerou que tecnicamente ela era apresentável, caso contrário não a teria efetivamente feito.

De resto, eu creio que a escola e a escola nos Açores é um fator de nivelamento social. Se é um fator de distinção das diferenças sociais ainda não o foi. Esperemos que um dia o possa efetivamente vir a ser.

Relativamente à Ação Social Escolar julgo que não é o objeto desta discussão de hoje, mas lembrava ao Sr. Deputado que no ano passado estiveram inscritos no plano da Região 9 milhões e 500 mil euros; há dois anos, 9 milhões de euros e vamos o que é que acontece agora para 2017.

Claro que a melhoria das condições de existência das nossas comunidades em princípio terá um impacto positivo nos resultados escolares.

Agora, há uma coisa que pode parecer que não vem na sequência daquilo que estou dizendo, mas vem. Nós também estamos aqui a divinizar coisas que não devem ser divinizadas.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito menos diabolizadas!

O Orador: Nós estamos aqui a assumir como bíblias coisas que são apenas indicadores.

Eu recordo que no dia 6 de maio de 2014 um grupo de 83 académicos de todo o mundo publicou no *Guardian*, um jornal inglês, (acho que é de esquerda, mas é sério) um artigo intitulado ...

(Risos dos Deputados da bancada do CDS-PP e do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Sr. Secretário, faça ao favor.

O Orador: Não volto a meter-me nestes meandros!

Estes 83 académicos publicaram um artigo no *Guardian* intitulado (vejam lá!) “OCDE e os testes PISA prejudicam a educação em todo o mundo” (este era o título). Tais académicos pediram a interrupção do ciclo de exames para invenção de um modelo novo e melhorado. Tais académicos diziam que os testes PISA levavam a que se quisesse fazer muito mal em muito pouco tempo tudo aquilo que leva muitas décadas a mudar com frutos. Tais académicos acrescentavam que a lógica do PISA poderia formar bons técnicos, mas jamais formaria bons cidadãos. Tais académicos ainda diziam que o desprezo por objetivos educacionais imensuráveis conduzia ao estreitamento do objeto da educação com consequências na impreparação dos jovens para a participação no autogoverno democrático.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não vá por aí!

Deputado Bruno Belo (PSD): A tarde não lhe está a correr nada bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Vamos permitir que o Sr. Secretário possa terminar a sua intervenção.

O Orador: Talvez por isso os campeões do PISA sejam democracias musculadas, mesmo ditaduras, caso da China.

Mas muito semelhante à argumentação dos académicos do *Guardian* foi a argumentação de Maria Filomena Mónica, publicada no *Expresso*, no dia 6 de janeiro passado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Uma grande especialista! Essa está sempre contra tudo!

O Orador: Diz ela e passo a citar: “A escola não pode ficar reduzida a formação de autómatos, cujo destino seria o de meter chips em telemóveis.”

Mas diz mais ainda quando acrescenta e passo a citar de novo: “Um bom resultado obtido nestas brincadeiras [o termo é dela, não é meu] não significa que a escola seja boa ou que o aluno domine a matéria.”

Presidente: Sr. Secretário, tem de terminar.

O Orador: Vou terminar.

Realmente dá que pensar, muito que pensar a dianteira do oriente sobre o ocidente nos testes PISA.

No oriente o método é simples, mas eu duvido que a generalidade dos pais dos nossos alunos os quisesse submeter a uma tal metodologia. Antes demais o método consiste numa disciplina férrea, que sufoca a criatividade, asfixia a curiosidade, suprime a individualidade, tudo a gerar angústia nos alunos e nas famílias, eventualmente corrupção nos professores e nos dirigentes.

Depois, o método também inclui professores a debitar constantemente matéria, em salas a abarrotar, inclusivamente aos fins de semana, tudo acrescido por uma infinidade de trabalhos de casa.

Além disso, entre os alunos melhor e pior classificados, por exemplo, em Singapura e na China existe a diferença que eu citei há bocado.

Finalmente e para acabar, voltando aos académicos do *Guardian* também inquiriam sobre os proventos investidos no PISA convencidos que estavam que a utilização mais racional de tais recursos traria melhores resultados para a educação em todo o mundo.

Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo: Para o CDS não interessa se os melhores resultados estão em São Miguel, se estão no Faial, se estão na Terceira.

O único interesse desta desagregação é perceber se esta classificação que foi dada aos Açores de 470 é uma média que efetivamente reflete o desempenho de todos os açorianos, portanto, é uma média em que todos os alunos contribuíram de uma forma muito idêntica para este valor, ou se é uma média que resulta de desempenhos elevados com desempenhos baixos e que obtemos um valor médio.

Já percebemos pelos valores que nos foram apresentados que efetivamente 470 não é um valor médio. Temos efetivamente alunos nos Açores com elevados desempenhos e alunos nos Açores com baixos desempenhos.

Neste sentido, coloquei-lhe uma questão muito concreta em relação à qual o Sr. Secretário preferiu responder com valores de Singapura e que valores dos Açores não tinha, porque eu devo ler (e quem se preparou para este debate sabe) que uma das questões importantes de realizar os testes PISA é obter informação sobre as variáveis do contexto socioeconómico e cultural que influenciam o ensino e a aprendizagem e neste sentido perguntei-lhe, Sr. Secretário: dos mais de 50% dos alunos açorianos que tiveram classificações baixas em leitura, ou seja, 2, 1 e abaixo de 1 e os 60% dos alunos açorianos que tiveram más classificações na matemática, ou seja, 2, 1 e abaixo de 1, qual é que era a percentagem destes alunos que tiveram maus desempenhos que vêm

efetivamente de estratos sociais baixos e os que vêm de estratos sociais elevados?

Deputado André Bradford (PS): Lá vem a senhora com a sua tese elitista!

A Oradora: Porque o que é importante nos resultados PISA não é estigmatizar como estava a dizer o Sr. Secretário, é percebermos quais são as causas que estão na base dos maus desempenhos para poder melhorar.

Aliás, porque outro dos pontos do PISA diz: “O PISA prevê obter resultados que deem orientações para medidas de política educacional e programas de apoio curricular” que é o seu ProSucesso.

Portanto, é importante destes resultados de 2015 nós obtermos informação que nos permita melhorar o estado da educação na Região.

Portanto, é inadmissível que o Sr. Secretário nos venha dizer que não tem os valores. Não me deu os resultados. Disse que era muito interessante ver que na China “assim e assado” e que em Singapura “tal e tal” e nos Açores?

Qual é a percentagem efetivamente destes oitocentos e tal alunos que tiveram mau desempenho, se são de estratos sociais económicos baixos ou não, até porque pode ser que na Região ...

Presidente: Agradeço que formule a pergunta, Sra. Deputada.

A Oradora: ... o estrato social não seja uma variável importante, mas era importante que o Sr. Secretário nos pudesse fornecer estes valores para nós termos uma noção mais acurada do que é que está na génese destes maus desempenhos.

Muito obrigada.

Deputado José Contente (PS): Isso é outro estudo, não é o PISA!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*):

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Efetivamente nós não devemos usar os números que foram avançados para estigmatizar nada, nem ninguém. Nós devemos usar todos os números, todos os indicadores para melhorar o sistema educativo regional no seu conjunto.

Uma coisa que lhe posso dizer certamente é que as diferenças entre os nossos pior e melhor classificados estarão abaixo de diferenças entre piores e melhores que se verificam nos países vencedores como disse atrás.

O IAVE até ao momento, apesar da nossa insistência, não nos disponibilizou, não sei se consegue disponibilizar-nos esses números, nomeadamente o número daqueles (e isso tem um nome técnico que agora me passou) que estão nas classificações mais elevadas, o número daqueles que estão nas classificações menos elevadas. Esses nós efetivamente não temos.

(Aparte inaudível da Deputada Graça Silveira)

O Orador: Exatamente.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Corvelo.

Deputado João Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Um dos meios importantes para detetar e intervir precocemente junto de alunos com dificuldades que podem por isso pôr em risco o seu sucesso escolar é a existência de apoio educativo.

No entanto, na maior parte das nossas escolas, este apoio é irregular, casuístico, bom para dificuldades pontuais, mas insuficiente para superar dificuldades e carências pedagógicas de fundo, que se vão agravando com o tempo, tornando cada vez mais difícil ao aluno recuperar mais tarde o domínio das matérias e dos conteúdos.

Precisamos de reforçar as horas para apoio educativo nas escolas, com docentes afetos, apoios de carácter sistemático, que permitam um trabalho continuado entre professores e alunos, com vista a minorar o insucesso em algumas disciplinas onde ele se verifique em maior grau.

Assim, questiono o Governo Regional, se pretende reforçar a componente do apoio educativo, com docentes afetos em horário letivo, disponibilizando aulas de apoio, de forma mais sistemática e permanente para os alunos que estejam em dificuldades?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Aproveito para informar a Câmara que está nas galerias um antigo deputado desta Casa, Hélio Pombo, a quem saúdo em nome desta Assembleia.

(Aplausos da Câmara)

Muito bem, Sr. Secretário Regional, para responder, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*):

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Governo dos Açores está convicto de que disponibiliza às unidades orgânicas do sistema educativo regional e às escolas delas dependentes o número de professores indispensáveis para garantir que as atividades letivas decorram com normalidade, quer para os alunos que têm a felicidade de não carecer de apoios, de não sofrer de necessidades educativas especiais, quer efetivamente também para aqueles que possuem necessidades educativas especiais.

E mais! Sempre que no decurso do ano letivo se chega comprovadamente à convicção de que é preciso reforçar o apoio numa ou noutra unidade orgânica, numa ou noutra escola, o Governo tem feito isso.

Mais! Nos últimos anos há números que servem para consolidar aquilo que eu acabei de dizer, por exemplo, nos últimos cinco anos.

Em 2011, o nosso sistema educativo regional possuía 5.212 professores para um total de 43.487.

Em 2016, no ano letivo que findou há poucos meses, o nosso sistema educativo regional tem 5.254 professores, cerca de mais 50, para 35.862, ou seja, menos 7 mil e tal alunos.

Nestas circunstâncias, com mais concretamente 42 professores para menos 7.625 alunos, isto significa que nós estamos atentos à necessidade da lecionação, à necessidade dos apoios letivos e sublinho o facto deste acréscimo que acabo aqui de registar nesta Assembleia ter sido muito consequência da implementação do ProSucesso em que no âmbito dos concursos extraordinários então lançados acabámos por meter no primeiro ano de implementação do ProSucesso mais 266 professores nas

escolas e uma percentagem significativa destes eram professores de educação especial.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Sónia Nicolau tem a palavra.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. Secretária e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à questão dos resultados que aqui é objeto desta pergunta penso que o mais importante é nós olharmos para os resultados que nos são dados no seu cômputo geral e olharmos também para aquelas que são as conclusões do relatório PISA, aquelas que são as suas práticas de sucesso e pensarmos, refletirmos e agirmos com essas práticas como é que se pode implementar no sistema educativo, para além do que ou em vez de estarmos a hierarquizar as escolas, ou estes distritos, ou outra nomenclatura qualquer consoante o seu resultado.

Penso que para a educação que todos nós queremos, a educação efetiva numa escola inclusiva e de uma escola de acordo com o desenvolvimento sustentável, devemos ir muito mais além.

Efetivamente o relatório dois do PISA dá-nos todas estas pistas, algumas que já estão a ser implementadas pelo ProSucesso.

Muito mais do que saber (e compreendendo a intervenção do Sr. Deputado proponente e a necessidade do conhecimento), devo-lhe dizer que (e esta é a questão, Sr. Secretário) gostaria de saber da possibilidade de ser dada às escolas a informação, por exemplo, - que me parece que de acordo com o relatório dois do PISA é dada por países e por regiões e prossuponho que nós também a tenhamos – da disponibilidade da

Secretaria Regional de indicar às escolas, por exemplo, porque importa, porque tem uma relação fortemente positiva, quais são os dados relativos à assiduidade dos alunos nas aulas de ciência?

Porque é dito no relatório do PISA efetivamente que os alunos que não frequentam as aulas de ciência têm uma menor pontuação. Este é um dado que me parece importante as escolas perceberem.

A segunda, a qualidade dos laboratórios. É dito claramente no relatório que se eventualmente há laboratórios ou atividades extracurriculares em menores condições, ou em ausência de condições, estas conflituam para o resultado final. Era importante saber qual é o estado dos laboratórios das nossas escolas e esta informação ser dada às nossas escolas.

Por exemplo, os níveis de proficiência que aqui já foram referidos, que nós estamos no nível dois, ou seja, que baliza entre os 407 e os 484, tendo sido a média de 467, era importante perceber com as nossas escolas ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Há laboratórios que não funcionam!

A Oradora: ... concretamente qual é a característica desse nível de proficiência e o que é que nos está a faltar para chegar ao nível de proficiência três.

Devo dizer que, enquanto professora, esta parte para mim é muito mais importante e continuando, Sr. Secretário, por exemplo, quais são os números de horas que são despendidos para a área de ciências?

Existem turnos para as disciplinas de ciências de forma a proporcionar a parte prática da disciplina de ciências.

Por fim, gostava de saber se efetivamente estes dados, entre outros que estão no relatório dois do PISA, serão disponibilizados às escolas muito

mais do que estar a estigmatizar ou a hierarquizar as escolas da nossa Região.

Não é isso que produz sucesso educativo. O que produz sucesso educativo é nós olharmos para as práticas, para as boas práticas e implementá-las e não estigmatizar as escolas da nossa Região.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*):

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A propósito das questões levantadas pela Deputada Sónia Nicolau eu diria, em primeiro lugar, e de uma forma inequívoca que obviamente que a Secretaria Regional da Educação e Cultura, através mais concretamente da Direção Regional da Educação, disponibilizará ao sistema educativo regional, disponibilizará às unidades orgânicas, disponibilizará às escolas os dados que efetivamente possui resultantes da participação dos Açores neste conjunto de estudos de avaliação de alunos que vieram a ser conhecidos entre finais de novembro e o começo de dezembro.

Aliás, é de crer que já no começo do próximo mês fevereiro haja uma reunião entre a tutela e as escolas do sistema educativo regional e de mais agentes relacionados com o nosso sistema educativo regional e esse será certamente o momento importante, o momento oportuno para se discutir esta temática.

Levantou também a Sra. Deputada uma outra questão, a questão do ensino das ciências, a questão do ensino experimental, que leva fundamentalmente a sabermos se as nossas escolas têm ou não têm as

condições indispensáveis para ministrar um ensino de qualidade também nas ciências experimentais.

Eu, muito sinceramente, digo aqui o seguinte: eu gostaria que todas as nossas escolas tivessem condições iguais, porque há algumas que efetivamente têm condições de excelência, outras ainda o não obtiveram. Agora, uma coisa é certa (e isto está nos dados do PISA): no que concerne a trabalho em laboratório, no que concerne à realização de experiências pelos alunos, a média dos Açores está acima da média da OCDE. Isto pode ser visto no relatório, eu escuso de estar aqui efetivamente a ler.

Finalmente, há uma outra questão que pode ser aqui abordada e que já foi: nós estamos confrontados com resultados. Quando alguém se vê confrontado com resultados tem necessariamente uma obrigação: de agir perante esses resultados.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem! É importante!

O Orador: Geralmente o que se faz é anunciar medidas para inverter resultados, para melhorar resultados.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

O Orador: Eu não vou fazer isto hoje aqui porque premonitoriamente ou não o certo é que no ano letivo de 2015/2016, justamente no ano letivo em que a OCDE fazia o teste PISA, no justo ano em que o Boston College avançava com o TIMSS e com o TIMSS Advanced nós depois de um ano de construção implementámos o ProSucesso de que falei.

O ProSucesso obviamente (eu disse da parte da manhã) é um programa a prazo. É um programa a prazo de 10 anos. É um programa até 2025. Nós queremos a meio do programa fazer uma avaliação da sua evolução.

Agora, uma coisa é certa: há indicadores ao cabo de um ano, de um ano e meio de implementação que são efetivamente indicadores positivos.

Não tive a possibilidade de o dizer esta manhã, mas posso dizer agora: por exemplo, nas taxas de transição, no ensino básico, no 1.º ciclo, se para 2020-21, para o meado do programa, previa uma taxa de mais 90%, em 2015/2016 alcançou-se 91%. No ensino básico, no 2.º ciclo, se para 2020-21 se previa uma taxa de mais 86%, em 2015/2016 alcançou-se 90%. No ensino básico para o 3.º ciclo se para 2020-21 se previa uma taxa de mais 80%, em 2015/2016 alcançou-se 85%.

Ainda no ensino básico, quanto à taxa de conclusão, se para 2020-21 se previa mais de 80%, em 2015/2016 alcançou-se 82%.

Voltando de novo à taxa de transição, mas agora no ensino secundário, se para 2020-21 se previa uma taxa de mais de 75%, em 2015/2016 alcançou-se 77%.

Por isso, à luz do entendimento que é da UNESCO de que a educação dos indivíduos e das famílias contribui para a melhoria da qualidade de vida e para o desenvolvimento sustentável das comunidades, o ProSucesso desenvolve-se por três eixos fundamentais de intervenção: primeiro, foco na qualidade das aprendizagens dos alunos que destaca a promoção da literacia de leitura, uma prioridade do PISA; segundo eixo, promoção do desenvolvimento profissional dos docentes que destaca a formação contínua em contexto de sala de aula, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: ... uma prioridade do PISA. Aliás, já fui desafiado a falar sobre este assunto esta manhã pelo Sr. Deputado do PCP, não houve tempo para esclarecê-lo, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não houve tempo!?

O Orador: ... mas se houver tenho todo o gosto em efetivamente fazê-lo. Terceiro e último eixo de intervenção: mobilização da comunidade educativa e parceiros sociais que destaco o maior envolvimento dos pais e dos encarregados de educação.

Por isso, o ProSucesso (termino já) não é um plano da Secretaria Regional da Educação e Cultura. É um plano de todo o Governo. É um plano que dialoga com as instituições, com os parceiros sociais.

Dou apenas um exemplo: um projeto que decorre este ano no concelho da Lagoa intitulado “Escola, comunidade e educação”, um projeto que é da Secretaria Regional da Educação e Cultura, que é também da Secretaria Regional da Solidariedade Social, que é da Câmara Municipal da Lagoa e que abrange todas as instituições do concelho, sejam elas culturais, recreativas ou desportivas.

Não tenho tempo, vou acabar já, mas o ProSucesso já passou as fronteiras do arquipélago tendo visibilidade e reconhecimento nacionais, como aliás o reconhecem o Conselho Nacional da Educação. Se tiver tempo volto ao assunto.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sra. Deputada Maria João Carreiro tem a palavra.

(*) **Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo: Em primeiro lugar, queríamos aqui deixar bem claro que o Grupo Parlamentar do PSD entende que a educação é um setor fundamental e, portanto, um assunto demasiado sério para nos desviarmos para outros caminhos.

Posto isto, entendemos que apostar em educação é garantir o futuro. Portanto, quando em quando assistimos aqui a alguns dados, indicadores da educação em que a taxa de abandono escolar precoce assumiu os 29% e que há de facto um decréscimo é de salutar essa descida, mas também temos que comparar a nível nacional. Somos uma região, mas vivemos num país que é Portugal e esses 29% representam precisamente o dobro da média nacional. Portanto, nós não podemos também é deixar de termos em atenção esse resultado, porque vivemos numa região, numa globalização além fronteiras temos de ter igualdade de oportunidades. Ponto um.

Relativamente ao ponto dois, quando o Sr. Secretário fala no *Guardian* para dizer que o PISA poderá até não ser o melhor instrumento para análise, também então poderemos aqui referenciar o Diretor de Departamento de Educação e Competência da OCDE, que é o conselheiro da OCDE que é considerado uma das pessoas mais influentes no setor da educação, que vários países ...

Deputado André Bradford (PS): Eu não sou, mas gosto de falar!

A Oradora: Já vi que é especialista na matéria. Poderá tomar a palavra a seguir.

... uma quantidade de países promoveram reformas no novo sistema de ensino devido aos fracos resultados alcançados no teste PISA que foi criado desde o ano 2000 e leva-nos de facto a considerar o programa PISA um programa fundamental no sentido de avaliar as competências, daí a pertinência da aplicação do PISA.

O Diretor de Departamento de Educação frisa e muito bem: “O sucesso educativo já não reside maioritariamente na reprodução de conteúdos,

mas na extrapolação daquilo que sabemos e na sua aplicação criativa a situações novas.”

Daí que, Sr. Secretário, ponto assente é que de facto o PISA permite desenhar políticas e definir estratégias que concorram para a melhoria dos sistemas educativos.

Assim sendo, sabemos que o contexto socioeconómico dos alunos é essencial para definir estratégias que conduzam ao sucesso educativo, de modo a promover a igualdade de oportunidades.

Portanto, aqui até já verificamos com satisfação que serão divulgados os dados PISA às várias unidades orgânicas, só gostaríamos de facto é que as unidades orgânicas tivessem maior poder de decisão para adaptar os projetos educativos aos contextos socioeconómicos dos indivíduos.

Perante isso queria novamente, também atendendo às questões que já foram colocadas e que parece-me que precisamos de ser esclarecidos nesse aspeto: é que resultados educativos se comprometem atingir ao fim dos quatro anos de governação?

Novamente, friso: não foram referidas metas, foram referidos objetivos e medidas. Metas são quantificáveis. Portanto, estou a falar de quantificáveis, percentagens, que representam alunos, representam açorianos, açorianas que depositaram em nós a confiança. Estamos aqui em prol dos açorianos, em prol do futuro dos Açores.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*):

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Deputada Maria João Carreiro acabou de evidenciar aqui alguns números que são incontestáveis, nomeadamente a questão da taxa, maior aqui, menor fora, no confronto regional/nacional. Agora, uma coisa é certa: essa taxa está a diminuir mais depressa nos Açores do que no contexto nacional. Isso é o bom indicador que nós efetivamente temos.

Segunda questão: eu fiz aqui algumas críticas, usei críticas de outros e acabei por manifestar aqui algumas críticas à realização destes programas de avaliação de alunos. Não pus em causa o PISA.

Aliás, gostaria de dizer o seguinte: nós estamos aqui numa conjuntura em que dispomos de quatro elementos tidos por elementos de avaliação, quatro elementos de avaliação que foram conhecidos, creio eu, entre o dia 29 de novembro (senão erro!), o TIMSS e o TIMSS Advanced; no dia 6 de dezembro, o PISA e o ranking das escolas cerca de uma semana depois.

Agora o que eu faço aqui é uma destrição muito grande entre estes quatro estudos, se assim os podemos chamar. Os primeiros três (o TIMSS, o PISA e o TIMSS Advanced) apesar das críticas que eu veiculei aqui ao TIMSS, são estudos credíveis. São estudos internacionais, são estudos testados. Isso efetivamente não está em causa. O mesmo não direi de maneira alguma do duvidoso, mais do que duvidoso ranking doméstico das escolas.

Para que esta questão fique efetivamente bem clara eu queria fazer aqui uma espécie de declaração de princípios em favor de uma política de avaliação, porque acho que sem uma política de avaliação nunca há

melhoria de resultados. Portanto, independentemente dos resultados, nós, Governo, não tememos qualquer avaliação. Acreditamos mesmo que se justas e adequadas, como acontece certamente no TIMSS, no PISA e no TIMSS Advanced, as avaliações podem até ser mesmo revolucionárias caso premeiem o trabalho e a inteligência alheias às proveniências sociais e geográficas dos estudantes, contribuindo para a introdução de mais igualdade no universo da desigualdade.

Por outras palavras, procuramos encarar todas as avaliações, também a do TIMSS, as do PISA e as do TIMSS Advanced pela positiva, enquanto instrumentos dotados de uma capacidade de nivelamento de assimetrias sociais, de subversão de hierarquias sociais.

É também por isso que apesar de todas as críticas, muitas delas legítimas, as avaliações, como bem sabe, resistem a tudo e a todos, até diria que à romântica, mas não menos lúcida contestação de maio de 68 nas ruas de Paris.

Ainda a propósito de avaliação, considerando uma tradição questionável e a falta de dimensão, jamais insistiremos na invenção de um modelo de avaliação externa próprio, ou seja, de cariz regional.

Assim, na generalidade, os Açores andarão sempre próximos do modelo de avaliação externa adotado em Portugal, porque em épocas cruciais de prestação de contas impera a paridade com o padrão nacional.

Ficarão também os Açores sempre atentos à inserção em modelos de avaliação internacional para credibilização da nossa ação.

Alheios, inclusivamente alheios, aos exames finais e à dicotomia que existe entre exames finais e provas de aferição, o que importa aqui declarar é que sem avaliação não há cumprimento de objetivos que

incitem à prática da exigência indispensável à superação da dificuldade ditada pela sobreposição da responsabilidade à desresponsabilização.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: Termino já.

Finalmente, em relação ao renovado problema das metas eu já disse que a nossa arma no combate ao insucesso escolar, a nossa arma na promoção do sucesso escolar é obviamente o ProSucesso que foi implementado há um ano. Isto não quer dizer que nós não mudaremos uma vírgula no ProSucesso por via de todo este conjunto de avaliações. Obviamente que o faremos, mas não faremos uma coisa de novo. O ProSucesso tem as suas metas fixadas. Elas estão aqui, não vale a pena lê-las todas, na página cinco do documento do ProSucesso e algumas cruzam-se com os eixos de intervenção que eu já referi e que não vale a pena repetir aqui de novo.

Mais! São metas que também se cruzam com as metas da denominada estratégia 20/20 europeia que tem dois objetivos como eu também já disse de manhã, que passam fundamentalmente pelo combate ao insucesso e ao abandono.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Encerrámos assim o objeto quatro.

Avançamos para o quinto: “Provas finais do 3.º ciclo do ensino básico e exames finais nacionais do ensino secundário referente a 2016.”

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Falou-se aqui em estigmatizar.

Quero que fique claro, penso que todos os açorianos perceberam, que quando se identifica resultados extremamente baixos na ilha de São Miguel não se pretende estigmatizar. Muito pelo contrário!

Eu acho que estou a servir a ilha de São Miguel, porque isto evidencia e é por isto que o PISA existe.

Deputado André Bradford (PS): Acha que está dentro do objeto?

O Orador: O PISA existe para ajudar os decisores políticos do ponto de vista do sistema político.

Portanto, isto demonstra que há aqui um investimento que é necessário fazer, porque reparem bem, se tirarmos os resultados da cidade mesmo de Ponta Delgada, vejam o que é que acontece na periferia na ilha de São Miguel. Nós estamos a falar de um problema real que fica aqui bastante evidente.

Portanto, isto não é estigmatizar. Isto é exatamente chamar a atenção para um problema real que tem de ser resolvido. É exatamente o contrário.

Eu considero, para terminar, o seguinte.

Tenho aqui o meu último gráfico que são os exames nacionais no ensino secundário, a média por distrito em região autónoma.

(Neste momento, o Orador mostrou um gráfico à Câmara)

A fonte é o *Jornal Público*. Evidentemente há outras, como o *Expresso* e tudo isso, mas este é um *Jornal Público* e foi o jornal que foi selecionado exatamente porque dizem que é um jornal de esquerda.

Portanto, meus senhores, aqui novamente a Região Autónoma dos Açores na média que foi calculada no ranking pelo *Público* tem 9,54, ou seja, é o resultado mais baixo em termos de distrito e de região autónoma.

Depois quero também apresentar mais um dado que tem a ver com as médias (isto é do ponto de vista do ensino secundário, isto é em relação ao 9.º ano).

Em relação ao 9.º ano todas as escolas dos Açores têm, de acordo com o *Público*, média negativa com exceção do Colégio Castanheiro (tem 3.14) e da Escola Secundária das Flores que tem 3, exatamente. Todas as outras têm médias negativas. Todas as outras!

Estamos a falar novamente em muitos maus resultados.

A questão que se coloca é a resposta e faço a pergunta: a estes resultados como é que o Sr. Secretário Regional respondeu?

“O Secretário Regional da Educação dos Açores considerou que a Região tem motivo para júbilo.” Repito: “(...) considerou que a Região tem motivo para júbilo face aos resultados dos rankings das escolas.”

E depois diz assim: mas porque é que tem motivos para júbilo?

Porque temos duas escolas que subiram muito.

Meus senhores, mas as duas escolas que subiram muito (há bocadinho falava-se da amostragem, que é perigoso realmente falar em dados com poucos alunos e tudo isso) foram a Calheta, que tem 13 alunos, ...

Presidente: Agradeço que formule a pergunta, Sr. Deputado.

O Orador: ... uma turma que fez e tem 13 alunos (subiu muito), e a da Escola Básica e Secundária das Flores em que 24 alunos realizaram as provas.

Sr. Secretário, e não o preocupa a Escola Manuel de Arriaga em que forma realizadas 311 provas e que teve média negativa?

Não o preocupa a Antero de Quental?

Não o preocupa a Domingos Rebelo que tem 331 provas?

E todo este universo onde nós temos médias negativas?

O senhor está contente?

O senhor está contente porque uma escola em que 13 alunos realizaram a prova e uma outra em que 24 alunos realizaram a prova subiram muito,

...

Presidente: Tem de fazer a pergunta, Sr. Deputado.

O Orador: ... ou seja, o senhor explica um total por números absolutamente residuais e isso, Sr. Secretário, não é correto ou é?

É a pergunta.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, para responder.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*):

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, há uma informação de que eu gostaria imenso de saber, mas não sei se tenho direito a isso: quanto tempo falta para o fim deste debate para eu gerir aqui as minhas respostas?

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Ah! Já está farto?

Presidente: Sr. Secretário Regional, o tempo está a terminar, mas conforme estipula o nosso Regimento mesmo que terminem as três horas todos os partidos têm direito a fazer pelo menos uma pergunta, ou seja, farão todos pelo menos uma pergunta, se assim o desejarem. Por isso, pelo menos para mais cinco perguntas terá que ter as respostas, Sr. Secretário.

O Orador: E uma réplica.

Obrigado.

Eu comecei esta sessão de perguntas dizendo que ao contrário do Sr. Deputado Paulo Estêvão eu rejubilo muito, o senhor rejubila pouco, eu rejubilo às vezes mesmo por poucas coisas. É verdade!

Mas eu rejubilo pela escola das Flores sabe porquê?

Porque a escola das Flores subiu 961 lugares. Ela estava na posição 1.219, passou para a posição 258. Ela tornou-se um *case study* nacional perseguido pela comunicação social toda. Ela foi a campeã nacional na subida dos rankings de escolas. Acho que devemos ter respeito por isto.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): 24 alunos!

O Orador: Isto merece respeito.

Também a escola da Calheta subiu 751 lugares, subiu do lugar 1.135 para a posição 384.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): 13 alunos! 13!

O Orador: Foi a 6.º melhor subida no ranking nacional. Ambas estas escolas são exemplos nacionais de sucesso, embora não constem da generalidade dos rankings, porque não têm o mínimo de 50 provas realizadas, mas as informações que eu tenho é que nas Flores se fizeram 48 provas e na Calheta 26.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O que é que o IAVE diz da amostra?

O Orador: Na base da tabela (passemos agora do topo para o fim) a escola de Rabo de Peixe que sobe 28 lugares, deixando de ser a última e até para alguns a pior do país, também é motivo de júbilo.

Querem ainda um júbilo menor?

Em 2015, havia sete escolas dos Açores nos 50 derradeiros lugares de Portugal; em 2016, há efetivamente menos uma.

Relativamente a melhorias (e é possível procurá-las sempre), as melhorias são mais evidentes no básico, ocorrendo uma subida média de 39 lugares das escolas regionais no ranking nacional, destacando-se novamente nessas subidas, por exemplo, a escola da Graciosa (mais 556 lugares), a escola de Vila Franca (mais 344) e também outras oito escolas tiveram subidas de 100 lugares.

Podia ficar por aqui nesta primeira resposta.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Para a réplica tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Esta é a minha última intervenção neste debate para referir que o meu objetivo foi mostrar as fragilidades do nosso sistema educativo (não que eu fique contente), ...

Deputado André Bradford (PS): A gente percebeu!

O Orador: ... mas para que o Governo tenha consciência de que é necessário introduzir reformas.

Eu quero dizer-lhe o seguinte, Sr. Secretário: o Sr. Secretário sabe muito bem, sabe até melhor do que eu, que não pode fazer uma leitura regional com base numa escola que tem 13 alunos, em que 13 alunos fizeram prova, e noutra em que 24 alunos realizaram prova, quando tem aqui escolas com trezentas e tal provas que foram realizadas (383, 331 ...).

Fazer uma leitura regional a partir de duas escolas que subiram muito e depois dizer, por exemplo, a TVI: “Açores e Madeira satisfeitos com resultados do ranking”.

Um professor perguntou-me (meu amigo de infância): “Vocês estão contentes porquê?”

Deputado Francisco Coelho (PS): Então já podemos fazer uma leitura regional?

O Orador: Tem de perguntar ao Secretário. Vou perguntar no Parlamento: porque é que estamos contentes?

Não sei porque é que estamos contentes se todas as escolas públicas têm média negativa menos a escola que tem 24 alunos ...

Vamos ficar contentes, em júbilo?

Oh, Sr. Secretário!

Há alguma razão, alguma racionalidade nisto?

Deputado André Bradford (PS): O senhor está assim, porque foi uma escola das Flores!

O Orador: Vejam bem e deixe-me dizer-lhe o seguinte: a Escola Jerónimo Emiliano de Andrade, lugar 652; Escola Básica e Integrada Francisco Ferreira, está na posição 1.006; depois a Escola Secundária da Lagoa com 267 provas, teve 2.01 (2.01!), 1.040 e assim sucessivamente. Grandes escolas da nossa Região com médias negativas e com posições absolutamente lamentáveis.

Vejam bem as posições! E essas que o Sr. Secretário refere não estão no ranking sabe porquê?

Como não foi realizado o mínimo de 50 provas nem sequer as metem no ranking, mas são essas escolas com uma dimensão que o Sr. Secretário diz que é fantástico e depois temos notícias na Sic e na TVI “Escolas dos Açores muito em júbilo com estes resultados.” Pelo amor de Deus!

Presidente: Sr. Secretário Regional, para responder.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses):**
Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Creio que de júbilo estamos conversados, agora há uma coisa que eu não posso deixar de dizer neste debate que se está a aproximar do fim.

Nós estivemos aqui em redor, como eu disse atrás, de quatro elementos que serviram para caracterizar em parte o sistema educativo regional: o TIMSS, o PISA, o TIMSS Advanced e agora falamos do ranking das escolas. Este é um fator menor, este é um elemento menor, este é um elemento desprezível e passo a explicar porquê.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Aquilo que o faz rejubilar é desprezível!?

O Orador: Os rankings das escolas elaborados pelos órgãos de comunicação social sobre resultados dos exames nacionais disponibilizados pelo Ministério da Educação são o modelo mais incompleto, mais simplista, mais grosseiro de avaliação das escolas já que considera um único fator os exames nacionais que não é propriamente o mais importante.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): A culpa é dos jornais!

O Orador: De resto, o simples facto dos mesmos dados originarem rankings diferentes consoante os critérios do jornal que os publica diz bem da impossibilidade de poderem ser vistos como uma bíblia, podendo ser somente encarados como um indicador, quiçá, quiçá, como quase uma inutilidade, porque como alguém disse e passo a citar: “O interesse de uma lista ordenada de escolas é nulo.” João Costa, Secretário de Estado da Educação.

Quer tudo isto dizer que da análise dos rankings sobra apenas uma certeza: que as escolas classificadas em primeiro e último lugares não são nem a melhor, nem a pior de Portugal. Além disso, um estudo também recente da Universidade do Porto veio colocar a nu a falácia dos rankings

escolares. Afinal as escolas que pretensamente preparam melhor os alunos para os exames nacionais não coincidem de todo com as escolas cujos alunos obtêm os melhores desempenhos logo no primeiro ano de ensino superior. Por acréscimo é caricato, se não fosse triste, que nos últimos rankings que aí apareceram, nos primeiros 50 lugares se posicionam essencialmente universidades privadas inseridas em contextos socioeconómicos agradáveis ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: ... numa lista entrecortada por três, quatro ou cinco escolas públicas as primeiras das quais surgem quase que na 40.º posição.

Termino já.

O adiantamento das privadas decorre apenas da seleção dos próprios alunos, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é verdade!

O Orador: ... que gera corpos estudantis homogéneos, propício à prática do ensino de maior uniformidade.

O atraso das públicas decorre apenas do exercício da nobre missão de acolhimento de todos, que gera corpos estudantis heterogéneos, a exigir a prática do ensino de maior dificuldade baseado na incessante experimentação de novas estratégias.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra para uma pergunta a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo: O Sr. Secretário repetidamente vem a este plenário dizer que para a oposição tudo está mal na educação, porque faz uso e passo a citar “de

uma análise singela de uns tantos indicadores e de uns tantos exames nacionais à pressa travestidos em rankings de escola” que na sua opinião são “insignificantes, elemento menor e até desprezível”.

Reafirma que muitos progressos têm sido feitos na Região.

Pergunto, Sr. Secretário, como é que pode dizer nesta Casa que ao nível da educação na Região tem havido todos esses progressos quando nós sabemos que nos últimos 20 anos o nível com que os alunos chegam à universidade se tem degradado vergonhosamente?

Eu desafio o Sr. Secretário a negar esta afirmação.

Deputado André Bradford (PS): Isso é a sua opinião!

A Oradora: Mais! Desafio se considera que a oposição tem esta opinião sobre o estado da educação na Região, porque usa uns indicadores que na sua opinião são desprezíveis e singelos, a apresentar aqui a este plenário indicadores menos singelos, menos desprezíveis, mais fidedignos, mais robustos que nos permitam saber qual é que é o verdadeiro estado da educação na Região, porque os indicadores que nós temos dizem-nos, por exemplo, que no ensino secundário apenas três escolas têm pontuação positiva e pasme-se: aquilo que o Sr. Secretário tem prurido em falar, que são os ex-distritos, as únicas três escolas que continuam com pontuação positiva são exatamente as três escolas dos ex-distritos. Portanto, quer dizer que estes 20 anos de governação socialista não mudaram o estado de coisas em relação às escolas dos ex-distritos.

E mais! Em relação ao ensino básico de 27 escolas, apenas três escolas têm pontuação positiva. Esta é a informação que nós temos de rankings a nível nacional. Se na sua opinião são desprezíveis e não são fidedignos apresente-nos indicadores fidedignos, robustos que nós possamos saber o verdadeiro estado da educação na Região.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Deduzo que a pergunta refere-se a esses dados que referiu.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra para responder.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*):

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Já apresentei ao longo desta relativamente longa jornada indicadores que reputei de positivos, vários aqui.

Claro, se gostaria de apresentar mais e cada vez mais robustos, obviamente que gostaria. Se tenho a esperança que isso seja possível fazer a médio prazo, efetivamente tenho.

Quanto à questão deste ranking, custe o que custar a quem está efetivamente a ouvir, eu julgo que este ranking deve ser analisado com muita cautela.

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): Mas é essa análise que nós solicitamos ao Sr. Secretário!

O Orador: Este ranking não tem a credibilidade do PISA, do TIMSS e do TIMSS Advanced.

Alheados da realidade do país, que é um país demasiado assimétrico, demasiado litoralizado, donde brota com naturalidade a dianteira de Lisboa, do Porto, Coimbra, eventualmente de Braga, donde brota com naturalidade o atraso do interior e das regiões autónomas, durante séculos votados ao abandono pelo poder central,...

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): Não foi o que aconteceu nestes últimos resultados!

O Orador: ... e apesar da experimentação de um valor estimado de contexto, nos Açores muito grosseiramente, os rankings (uma coisa é certa) tratam por igual aquilo que efetivamente é diferente. Fazem a comparação daquilo que é incomparável, por exemplo, contextos socioeconómicos diferentes, universos estudantis com dimensão muito variada.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Trate de forma diferente!

O Orador: Mais! É curioso verificar uma coisa: a denúncia da falibilidade, talvez mesmo da invalidade dos rankings chega, por exemplo, pela voz autorizada de Roberto Carneiro, ex-Ministro da Educação, Membro do Conselho Científico do ProSucesso, que no *Jornal Sal*, do dia 17 de dezembro, disse “trocar a inútil hierarquia das escolas pelo acompanhamento de cada escola em particular na comparação consigo próprio ao longo do tempo para que se concluísse da capacidade de superação de ambientes de desfavor a exigir naturalmente o apoio dos governos e das comunidades educativas.”

Mesmo para terminar diria à Sra. Deputada que o estado da educação nos Açores decorre obviamente do que aconteceu no ano passado, há dois anos, há 20 anos, mas também há 40 e há anos muito mais atrasados.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Nós já terminámos as três horas deste debate. Portanto, a Mesa tem mais uma inscrição do Bloco de Esquerda e naturalmente permitirá àqueles que ainda queiram fazer uma pergunta, uma vez que assim o permite o Regimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Governo: Concordo inteiramente com o Sr. Secretário quando assume e afirma que os rankings são o pior instrumento de avaliação que poderá haver atualmente.

Os rankings das escolas induzem de facto a uma lógica simplória e até mesmo perigosa. Porquê?

Porque só refletem a reprodução de uma sociedade pobre e desigual nas escolas públicas, enquanto as escolas privadas reproduzem a realidade socioeconómica das famílias, dos seus alunos que à partida estão em vantagem.

Contudo, e devo lembrar, que na República foi decidido e bem que não seriam criados percursos vocacionais no ensino básico, até porque é totalmente irrealista esperar que crianças e pré-adolescentes tenham um projeto de vida de tal forma formado e consolidado que lhes permita fazer escolhas vocacionais com reflexo no seu futuro profissional.

No entanto, por cá, optou-se pelo contrário e criaram-se programas vocacionais ainda durante o ensino básico, não numa lógica de diversificação curricular, mas para triar alunos com dificuldades de aprendizagem.

Não se trata, como é apanágio do Governo Regional, de não deixar ninguém para trás. É antes uma política de claudicar, desistir e preferir criar guetos curriculares para onde são atirados os alunos com maiores dificuldades. É também uma forma de associar o útil (e aqui refiro-me a útil para o tecido empresarial da Região que na sua generalidade infelizmente ainda é atrasado tecnologicamente e muito dependente de mão de obra pouco qualificada, barata e descartável) ao agradável, neste

caso para o Governo Regional, porque atalha caminho ao desistir dos alunos com maiores dificuldades para fazer de conta que cumpre objetivos.

Considerando também que o absentismo escolar e o abandono escolar precoce é ainda (e de acordo com aquilo que foi também assumido pelo Sr. Secretário) um problema na Região e sintoma de uma sociedade infelizmente ainda pobre e desigual a pergunta que coloco é a seguinte: que medidas pretende a Secretaria Regional da Educação e Cultura implementar para reduzir as taxas de absentismo e abandono escolar e que não passem pela implementação de sistemas de triagem por via de currículos que só servem para separar os alunos com melhor desempenho daqueles com pior desempenho para camuflar o insucesso escolar?

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Mendes apenas para ficar esclarecida a pergunta em concreto. São as medidas?

Deputado Paulo Mendes (BE): Sim, sim!

Presidente: Só para esclarecer.

Obrigada.

Sr. Secretário Regional, para responder.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses):**

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Paulo Mendes fez uma pergunta e fez um enquadramento à pergunta. Creio que andámos aqui um pouco à margem do objeto principal da discussão de hoje, mas de qualquer maneira eu vou comentar, até porque me suscita interesse as questões que levantou, mas

não farei talvez com a desenvoltura que poderia fazer noutras circunstâncias.

Estamos de acordo na questão dos rankings. É verdade. Estamos de acordo. Aliás, não é por demais dizer uma coisa que ainda não foi dita: os rankings existem para atingir alguns objetivos. Os rankings normalmente têm efeitos contraproducentes e têm efeitos contraproducentes porquê?

Porque geram, por exemplo, a guetização das escolas mais frágeis que são espoliados dos seus alunos mais destacados, logo condenadas (essas escolas) à evidência de resultados cada vez mais comprometedores.

É por causa disso que países que foram pioneiros na elaboração de rankings de escolas desistiram e desistiram para sempre de uma tal prática. Um caso na Europa, o caso da Irlanda que é um exemplo de desenvolvimento científico e tecnológico.

A segunda questão que aqui foi colocada é a questão dos percursos vocacionais e o que é um curso vocacional e se estamos a marginalizar alunos ou não. A discussão nacional foi efetivamente muito forte, por exemplo, durante o ano passado. Não sei se levou por completo à extinção de tais cursos no continente. Nós aqui tivemos a preocupação de os ir reduzindo, agora achamos que os cursos vocacionais têm uma utilidade, infelizmente uma utilidade: são às vezes uma solução de fim de linha e só os utilizamos efetivamente nessa perspetiva, não numa perspetiva de arredar alunos eventualmente incómodos em rankings do ensino regular.

Finalmente, quanto à redução do absentismo e do abandono escolar eu diria apenas ao Sr. Deputado que nós vamos continuar a fazer e a fazer com mais força aquele caminho que temos trilhado na última década.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra para uma pergunta o Sr. Deputado João Corvelo.

Deputado João Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Governo:

O Sr. Secretário da Educação e Cultura referiu-se há pouco à Escola Básica e Secundária das Flores, e apontou – e bem, a sua subida nos rankings.

Agora, o que devia ter dito é que essa subida aconteceu APESAR do Governo Regional ter presenteado os seus alunos com obras de fachada, que escondem a degradação de partes da sua escola.

O PCP considera que, com a máxima urgência, devem ser realizadas obras profundas de beneficiação das condições físicas da Escola Básica e Secundária das Flores, bem como deve ser efetuada a substituição de muitos dos seus meios materiais, técnicos e pedagógicos de ensino dentro das salas de aula.

A pergunta é a seguinte: para quando as obras para que os alunos das Flores possam melhorar ainda mais os seus resultados?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu creio que esta pergunta ... “Isto é um pontapé para as pombas” como se diz no futebol, passa muito por cima da barra, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): A Sra. Presidente é que aceitou! Já há bocadinho aceitou!

O Orador: ... mas não me recuso a responder. Não me recuso a aceitar.

(Aparte inaudível)

O Orador: Exatamente! Na Praia da Vitória dizia-se isso.

Sr. Deputado, quando assumia funções de Reitor da Universidade dos Açores e tive necessidade de construir instalações eu tinha um chavão, dizia-o muitas vezes: as instalações não são a essência das instituições. Vezes sem conta, embora tivesse muito à vontade que as instalações se fizessem e fizeram.

Este caso serve perfeitamente para as Flores. As instalações não são a essência das instituições.

Realmente a escola da Flores com a sua dimensão maior ou menor foi campeã nacional na subida deste ranking que há de valer o que vale.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas o Governo Regional passou anos a dizer o contrário!

O Orador: A escola das Flores pelos indicadores, pelos demais indicadores que eu tenho, teve desempenhos interessantes neste último ano.

Eu discordo completamente de si quando diz que foram feitas na escola das Flores, concretamente, em Santa Cruz obras de fachada.

Não! Foram feitas em Santa Cruz as obras principais, aquelas que mais falta efetivamente faziam.

Quanto a mais alguma coisa na escola das Flores falaremos daqui a dias, eventualmente em sede de discussão do Plano e do Orçamento para 2017.

Muito obrigado.

Deputado João Corvelo (PCP): Sem dúvida!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sra. Deputada Maria João Carreiro tem agora a palavra.

(*) **Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo: Quanto à questão dos rankings nacionais e regionais até aí poderemos estar de acordo. Independentemente disso, é instrumento de avaliação, de avaliação externa que mais uma vez está em consonância com os baixos resultados educativos na Região.

Por isso, deverá levar-nos a pensar sobre a eficácia das políticas que estão vigentes, o que é que poderemos melhorar para combater esse insucesso.

Se debruçarmos um pouco a nossa atenção realmente ao jornal que o Sr. Deputado Paulo Estêvão também fez referência, no *Público*, temos vários testemunhos das escolas, de diretores, de alunos, de pais, encarregados de educação das 10 escolas do ranking. Também temos dentro das 10 escolas, escolas públicas em contextos socioeconómicos desfavorecidos. Mais uma vez são exemplos que nos poderão ajudar a refletir sobre se de facto porque é que essas escolas melhoraram, porque é que escolas que não estavam nos 10, nem nos 20 primeiros lugares já estão entre as 10, isso poderá nos ajudar a tentar perceber porque é que nós não temos nem uma escola entre as 100 primeiras, seja a nível de ensino secundário, seja a nível de ensino básico.

Temos ao nível do ensino secundário, como já foi dito, quatro escolas com média positiva e ao nível do ensino básico pouco mais.

Daí a questão que levanto é a seguinte: primeiro, à partida como constatação, nós não temos nem piores professores, nem piores alunos do que o resto país, pelo contrário. Nós temos professores dedicados, professores competentes e que estão envoltos talvez um pouco em

demasiada burocracia e até poderão sentir-se desvalorizados e desmotivados.

Daí a questão que coloco é: porque razão os alunos açorianos não responderam com mestria ao que é questionado nos exames de acordo com o programa?

Tenho dito.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional, para responder.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*):

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Três notas muito rápidas.

A primeira delas para dizer que apesar de tudo aquilo que eu disse acerca dos rankings escolares, e disse-o com convicção, obviamente que não deixarei de olhar para os rankings escolares e não deixarei de ter em consideração os seus resultados, mas atribuir-lhe-ei uma importância bem menor àquela que pode resultar eventualmente da análise dos dados PISA, TIMSS, TIMSS Advanced.

Primeira questão.

Segunda questão. Falou aí em burocracia pelo meio.

Acredito que os nossos professores, alguns dos nossos professores, se possam eventualmente queixar de excesso de burocracia, agora posso garantir-lhe uma coisa (e honro-me disso): nestes dois anos e meio que levo na Secretaria Regional da Educação e Cultura foi feita uma guerra a burocracia.

Acabou com ela toda? Não! Não acabou, mas reduziu algumas coisas que careciam de ser reduzidas.

Porque é que os nossos alunos não responderam bem aos exames?

Claro que eu gostaria de saber isso, em termos gerais e inequívocos. Algumas das razões, na minha opinião, prendem-se com aquelas que eu citei atrás, dos motivos que levaram a que nos Açores os exames fossem mais baixos, nomeadamente uma herança cultural, antiga, pesada, de muitos anos, que passou muitos regimes e que obviamente ainda hoje se faz sentir.

Penso que é isso que está em causa fundamentalmente.

Obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso não colhe! O senhor, como homem da ciência, acredita nisso?

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

E, por fim, tem a palavra a Sra. Deputada Sónia Nicolau.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. Secretária Regional, Srs. Secretários Regionais:

No fim deste debate, no que diz respeito às provas finais, gostaria apenas, para além da questão, fazer aqui também um ligeiro enquadramento.

Efetivamente durante o dia de hoje foi o tema do PISA e não posso deixar aqui de recordar na revisão sobre a aprovação do projeto de resolução as palavras do Sr. Deputado Paulo Estêvão em que dizia de uma forma muito clara que defende a sobre amostragem, sabe que os resultados não serão positivos e não utilizará como arma de arremesso contra o Governo Regional.

Deputado André Bradford (PS): Ele disse isso?

A Oradora: Não isso que se viu durante todo este debate.

Esta era a primeira questão.

A segunda questão relativamente ao abandono escolar precoce. Efetivamente e como já foi dito há um enorme esforço do Governo Regional a reduzir a taxa do abandono escolar precoce.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tinha dito isso logo de manhã, Sra. Deputada, e tinha acabado o debate!

A Oradora: Há um enorme esforço e é estranho que pessoas que assinaram moções, onde dizem que efetivamente o Governo Regional tem feito um esforço de políticas educativas para reduzir o abandono escolar precoce, venha agora dizer que afinal não é bem assim.

No que diz respeito ao projeto educativo.

É estranho. Efetivamente os projetos educativos de escola têm definidos os seus objetivos e as suas metas e quando se vem falar de burocracia também não deixa de ser estranho que o PSD, naquele que é o seu programa, vem definir um plano anual de melhorias, ou seja, transformar o projeto educativo que é de três em três anos num plano anual de melhorias que é de ano a ano. Afinal vem trazer mais burocracia à escola. É isto que o PSD traz no seu programa.

O PS entende sobre a avaliação do terceiro ciclo, muito em particular referenciando-me ao básico, entendemos que os rankings efetivamente retiram os fatores humanistas e os fatores de uma escola inclusiva.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não gostam dos rankings, porque eles são maus!

A Oradora: Os rankings não vêm respeitar aquela que foi uma decisão da Cimeira da ONU para os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Portanto, nós temos uma postura e uma posição relativamente à questão dos rankings: primeiro, os rankings por si só não avaliam o sistema educativo. Como dizia há pouco falta o fator humano e humanista.

Em segundo lugar (e aqui se calhar é uma diferença que nos separa), olhar para os rankings que a comunicação social estipula, misturando português e matemática ...

Vamos olhar para os rankings de português e vamos olhar para os rankings de matemática, porque tem de ser separado. Não se podem misturar disciplinas, fazendo a média das mesmas, como se fizesse uma média de alunos.

Vamos fazer a separação. Se nós olharmos para os rankings da disciplina de português ...

Presidente: Sra. Deputada, agradeço que formule a pergunta.

A Oradora: Formulo já.

... nós conseguimos ver que desde 2003 muitas escolas têm progredido, têm crescido.

Se nós olharmos para os rankings da disciplina de matemática assim já não tem acontecido.

É neste sentido Sr. Secretário que eu pergunto efetivamente no que diz respeito à disciplina de matemática, onde desde 2003 os nossos resultados têm sido de uma forma flutuante e não constante em crescimento como na disciplina de português na esmagadora maioria das escolas, qual o contributo para as melhorias do diagnóstico e experimentação das novas e melhores estratégias, assim como na relação com a formação de base dos professores.

Muito obrigada.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*):
Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Efetivamente a matemática tem sido uma das disciplinas com que temos estabelecido um confronto maior, mas com alguns resultados positivos, nomeadamente no que diz respeito ao ensino secundário, e tomando em consideração os rankings de que temos vindo a falar, este ano em matemática há três escolas dos Açores que estão acima da média nacional. Duas estão na primeira metade do ranking nacional da disciplina, sendo elas duas escolas de Ponta Delgada, concretamente a Antero de Quental e a Domingos Rebelo.

De resto, em matéria de docentes os avanços que o ensino vem conhecendo nos Açores nos últimos anos, quiçá nas últimas décadas, decorrem muito de um esforço incessante de formação de professores e nesse esforço incessante de formação de professores não pode ficar aqui de fora uma instituição fulcral que é a Universidade dos Açores, que é uma das instituições que mais tem contribuído ao longo destes 41 anos de autonomia para transfigurar para muito melhor a face das nossas ilhas.

Por outro lado, nessa criação de um corpo docente estável na matemática, mas também noutras disciplinas, muito tem influído as políticas desenvolvidas pelo Governo Regional, aliás, um tanto à semelhança do que acontece em muitas outras paragens, políticas tendentes à fixação de docentes e à criação de corpos docentes estáveis e é isso que acontece nos nossos dias, nos Açores, quase em absoluto.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Encerrámos assim o ponto um da nossa Agenda.

A Conferência de Líderes deliberou que o ponto dois seria discutido amanhã, pelo que vamos então avançar com os nossos trabalhos.

Sra. Deputada Zuraida Soares pede a palavra para uma interpelação. Tem a palavra.

Deputada Zuraida Soares (BE): Obrigada, Sra. Presidente.

Para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental.

Regressamos então às 17 horas e 45 minutos.

(Eram 17 horas e 18 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, peço que ocupem os vossos lugares.

(Eram 17 horas e 50 minutos)

Srs. Deputados, entramos agora no ponto três da nossa Agenda: **Recurso, para o Plenário do despacho da Presidente em que se informa o adiamento do período legislativo para o dia 17 de janeiro.** Este recurso foi apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Conforme foi deliberado pela Conferência de Líderes cada grupo e representação parlamentar dispõe de cinco minutos para esgrimir os seus argumentos e dou a palavra de imediato ao Sr. Deputado Paulo Estêvão para apresentar o recurso.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Exma. Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores impôs o cancelamento total dos trabalhos do plenário entre os dias 10 a 13 de janeiro de 2017, para o qual existia já uma convocatória e uma agenda definida. Tenha-se em conta que a Presidente do Parlamento refere - no despacho de 8 de janeiro de 2017 - que "informa que o período legislativo foi adiado para o dia 17 de janeiro", e que o adiamento decorre "do falecimento do antigo Presidente da República, Mário Soares" e também do facto de, "por esse motivo, ter sido decretado três dias de luto nacional".

Trata-se de uma decisão que viola claramente o Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores. Em primeiro lugar, tenha-se em conta que não existe nenhuma obrigação legal de interromper os trabalhos do plenário parlamentar durante os dias de luto nacional. Aliás, os dias de luto nacional já coincidiram, ao longo das quatro décadas de existência do Parlamento dos Açores, cinco vezes com a reunião plenária e em nenhuma dessas situações anteriores a reunião foi suspensa ou adiada. Vejam-se, entre outros, os casos do luto nacional decretado devido aos falecimentos de Álvaro Cunhal e do Papa João Paulo II. Não existe nenhum precedente de uma decisão deste tipo na história do Parlamento dos Açores.

Depois, a Presidente do Parlamento não faz nenhuma referência aos mecanismos regimentais que utilizou para "adiar" o período legislativo de janeiro. Não assume a autoria da decisão de adiar o período legislativo em causa, nem atribui essa decisão a qualquer outra instância

parlamentar. Apenas "informa" que se adiou o período legislativo. Por decisão de quem? Ao abrigo de que norma regimental?

Não o fez porque, pura e simplesmente, não existe qualquer norma regimental que lhe permita deliberar nesse sentido. Isto na medida em que não existe nenhuma referência regimental a um hipotético adiamento do período legislativo.

A questão fundamental é precisamente esta: agiu a Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores dentro das suas competências regimentais ao decidir adiar a reunião plenária?

Para responder a esta pergunta o douto parecer pedido pela Presidente começa por confirmar parte da argumentação aduzida pela Representação Parlamentar do PPM no seu recurso.

Assim, “é um facto [cito] que dos dispositivos acabados de citar não consta expressamente uma referência à competência da Presidente da Assembleia para alterar a data de reuniões que tenham sido anteriormente convocadas nos termos regimentais.”

É unanimemente reconhecido que a lei constitui o fundamento e o limite da atuação de qualquer órgão político e administrativo. É isso que estabelece o princípio da legalidade vigente em qualquer estado de direito.

Contudo, para os autores do parecer a falta de previsão legal da competência de adiar, remarcar, reagendar, como lhe queiramos chamar, não significa que a Presidente não a tenha.

Segundo os mesmos tem aplicação a teoria das competências implícitas, nos termos da qual o poder funcional para a prática determinados atos jurídicos pode não resultar de forma expressa da lei, mas do deduzir-se de outras determinações legais que os autores não referem ou dos princípios

gerais de direito.

Pois bem, é aqui que começam as confusões e os problemas em que entram os eminentes juristas.

Vejamos então.

Os autores começam por dizer que há duas formas de chegar à conclusão de que há uma competência implícita de adiar as reuniões plenárias.

A primeira é através do princípio geral do direito de que toda a lei que impõe a prossecução obrigatória de um fim permite o exercício dos poderes minimamente necessários para esse objetivo.

Ora, para os autores na medida em que é atribuída à Presidente a prossecução obrigatória do fim de dirigir e coordenar os trabalhos da Assembleia por forma a assegurar o seu normal funcionamento, o Regimento tem de lhe permitir o exercício dos poderes minimamente necessários para alcançar esse objetivo, entre os quais se inclui não só o de convocar as reuniões plenárias, como o de proceder ao seu adiamento, defendem os autores do parecer.

Assim, temos que, para os autores, o adiamento é uma forma de assegurar o normal funcionamento da Assembleia, o que não deixa de ser acessão totalmente inovadora, no mínimo, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Já termino, Sra. Presidente.

... do conceito normal de funcionamento de um órgão, ainda por cima de um órgão político-legislativo.

Enfim, o funcionamento da Assembleia quer-se periódico e previsível, como tem sido até e é por isso que as normas regimentais se querem proteger.

Convém lembrar aos autores que a Assembleia Legislativa não é uma

assembleia de condóminos, mas sim a casa da democracia açoriana onde se decidem os destinos de uma comunidade.

Para os autores do parecer não se bastam com este itinerário da argumentação. A segunda forma através da qual na visão dos autores se chega à conclusão de que a Presidente da Assembleia tem competência implícita de adiamento das reuniões plenárias é a que passa por um outro princípio geral de direito: quem pode o mais, pode o menos.

Nesta linha, se a Presidente tem a competência de convocar as reuniões plenárias (o mais para os autores), ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Já termino, Sra. Presidente.

... também deve ter o poder de adiar (o menos para os autores na medida em que é um poder secundário).

Pois bem, não sei a que princípios da lógica obedecem os autores, mas não são certamente os mesmos que residem na objetividade, ...

Deputado André Bradford (PS): Os de direito!

O Orador: ... na regionalidade gética da capacidade de somar e de subtrair.

Parece-me claro que o adiamento (como se lhe queira chamar) envolve um *plus* à marcação na medida em que se quiser implica convocar duas vezes. Com a lógica em dia os autores estariam a aplicar um novo princípio geral do direito, o de que quem pode o mais, pode o muito mais.

Deputado Francisco César (PS): Está aí um jurista ... !

O Orador: O mesmo se diga em relação aos poderes de suspensão e encerramento que os autores referem, não são os mais em relação ao adiamento.

O adiamento constitui uma competência muito forte. Infelizmente as

contrariedades não se ficam por aqui.

Vou saltar aqui dois pontos da argumentação para poder concluir, Sra. Presidente.

Presidente: Terá que saltar, Sr. Deputado, que já ultrapassou largamente o seu tempo.

O Orador: Vou terminar.

Pergunto: pode um Presidente de uma Assembleia Legislativa tomar decisões com base numa escolha valorativa própria, orientada por critérios extrajurídicos, extraídos de um programa político, como dizem os autores, ou da experiência pessoal ou coletiva?

Não é suposto ser precisamente o contrário?

Um Presidente de uma Assembleia Legislativa por esse mundo democrático fora não deve estar despido de toda a arbitrariedade e enfeudamento a um programa específico?

Não deve ser um moderador, um árbitro isento e um garante do regular funcionamento da instituição mais importante da democracia?

Estas afirmações dos autores não têm objetividade possível, por isso, concludo, Sra. Presidente.

Este recurso tem como objetivo impedir que esta situação possa constituir um precedente que não foi formalmente contestado. Pretendemos salvaguardar os mecanismos de decisão democrática do nosso Parlamento e impedir o triunfo da ilegalidade e da arbitrariedade. O efeito pretendido é impedir que esta situação possa voltar a ocorrer.

Se este recurso não prosperar passa a sentar-se na Presidência desta Casa um ente soberano, uma espécie de D. José. Ao seu lado esquerdo continuará sentada a verdadeira fonte do poder: uma sombra do Marquês de Pombal.

Presidente: Pergunto se há inscrições sobre esta matéria.

Julgo não haver.

Sr. Deputado André Bradford tem a palavra.

Deputado André Bradford (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em boa verdade e no respeito pelas estritas regras regimentais desta Casa é entendimento do Partido Socialista que este debate não devia estar a acontecer, mas dito isto também é entendimento do Partido Socialista que ainda bem que ele está a acontecer e vai acontecer, porque assim permite-nos clarificar uma situação ...

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

O Orador: ... que tem vindo a ser lavrada ao longo do tempo com desinformação, com umas certas fontes parlamentares não identificadas que alimentam uma determinada opinião pública e publicada. Portanto, temos agora a oportunidade de tornar claro o que de facto se passou.

Ele não deveria estar a acontecer por duas ordens de razões e depois eu explico mais tarde porque é que acho positivo que ele esteja a acontecer.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Esteja à vontade!

O Orador: Primeira razão porque ele não deveria estar a acontecer: por uma razão puramente de bom senso e de respeito pelo contexto em que a decisão foi tomada e pela figura e pela memória de Mário Soares.

Tudo isto começou, não sei se se recordam, os senhores líderes parlamentares, porque a Sra. Presidente tomou uma decisão sensata, ponderada ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Unilateral!

O Orador: ... na sequência do facto de ter sido decretado o luto nacional pelo falecimento do ex-Presidente da República, aliás, o primeiro

Presidente da República eleito a falecer na nossa democracia, portanto, foi na sequência disso que o PPM, na altura e nessa reunião acompanhado pelos partidos da oposição de direita, respondeu à situação que estava criada com uma pura birra político-parlamentar. Respondeu de forma mal explicada, mal fundamentada, incompreensível, nunca me foi possível perceber quais eram as fundamentações e o que dizia o PPM era basicamente que a decisão da Sra. Presidente era inaceitável e era inaceitável porquê?

Porque, em primeiro lugar, o primeiro argumento aduzido foi que a competência de suspender os trabalhos parlamentares era da Conferência de Líderes e não da Sra. Presidente e, portanto, não podia fazer isso.

Na altura foi dito ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso não é verdade! Está a faltar à verdade!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é verdade!

O Orador: É verdade! Estávamos todos lá na reunião.

Depois na altura foi dito que isso não se trata de suspender os trabalhos parlamentares, trata-se de adiar os trabalhos parlamentares.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso não é verdade!

O Orador: O Sr. Deputado do PPM continua a dizer que era inaceitável, mas desta vez já não era por causa de suspender os trabalhos parlamentares, não era aceitável porque dava má imagem do Parlamento, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É que isso não é verdade!

O Orador: ... porque havia um certo impacto sobre a atividade parlamentar, porque tínhamos eventualmente que responder trabalhando, como se o trabalho fosse só quando estamos sentados aqui, quando todos

nós sabemos que o trabalho parlamentar tem outras componentes e todos nós as praticamos ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso também não é verdade!

O Orador: ... e depois (vou resumir) acabámos todo esse debate por considerar, o Sr. Deputado do Partido Popular Monárquico, que a decisão é uma ilegalidade.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é verdade!

O Orador: É inaceitável, porque é uma ilegalidade.

Era ilegal, porque do ponto de vista do Sr. Deputado do PPM o que tinha sido decidido pela Sra. Presidente não era conforme do ponto de vista procedimental, não devia ter sido daquela maneira e a própria decisão não era vantajosa para a Assembleia.

Ora, então vejamos. O que o Sr. Deputado do PPM queria era que nós fizéssemos uma espécie de plenário de bolso, um mini plenário, mais curto, com menos capacidade da própria oposição influenciar a agenda e ter propositura.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já o fizemos!

O Orador: Chegou mesmo ao ponto de admitir prescindir desta sessão de perguntas sobre a educação que nós estivemos as últimas três horas ou cinco horas a fazer nesta Casa, o senhor não se importava de perder essa sessão de perguntas em favor de um mini plenário que fosse feito à pressão, em cima de um calendário condicionado, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Qual é a Agenda que tem?

O Orador: ... e mesmo assim o senhor preferia essa solução à solução da Sra. Presidente da Assembleia ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Qual é a agenda que tem?

O Orador: Mesmo assim o senhor preferia essa solução a uma solução que permitia manter exatamente a mesma agenda, só que ainda com a possibilidade de reforçar com iniciativas do PPM e dos outros partidos da oposição que eram contra a proposta da Sra. Presidente.

Ora veja o povo açoriano se faz algum sentido que os partidos da oposição nesta Casa que estão sempre a clamar por falta de tempo, por falta de direitos, ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Só o PPM! Os outros não!

O Orador: ... por desrespeito da maioria, cheguem a uma reunião da Conferência de Líderes que por sinal existiu, ...

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Ilegal, mas houve!

O Orador: ... ao contrário do que dizem alguns dirigentes e responsáveis de partidos da oposição que disseram publicamente que não houve uma Conferência de Líderes. Houve uma Conferência de Líderes sobre este assunto.

Esses partidos da oposição vão a essa reunião dizer assim: “Não! Essa solução que a Sra. Presidente apresenta não é desejável politicamente. Nós preferimos aquela onde temos menos hipótese de falar, menos hipóteses de levar a cabo as nossas iniciativas, menos hipóteses de fiscalizar o Governo e menos hipóteses de sermos oposição. Essa é que é boa, a outra solução que a senhora propõe, que é podermos fazer tudo isso, nós não queremos.”

Deputado Francisco César (*PS*): Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): O senhor sabe perfeitamente que estava programado acabar na quinta!

O Orador: Agora digam-me assim: “Isto é por razões jurídicas? Isto é porque não há precedente? Isto é por causa das regras formais e regimentais desta Casa?”

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Não é, Srs. Deputados.

Sras. e Srs. Deputados, não é, nunca foi. Foi por razões políticas desde o início.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): São as vossas!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso também não é verdade!

O Orador: Quais são as razões políticas eu não consigo explicar, não consigo perceber quais são as razões políticas que levam os partidos da oposição a preferirem ser menos oposição, a preferirem prescindir de direitos que já tinham entretanto adquiridos. É que não é só o que se perdeu potencialmente, é também o que já estava conseguido.

O senhor já tinha convocada, pedida e marcada uma sessão de perguntas ao Governo sobre um assunto que considerava urgente, candente que era avaliar o sistema educativo dos Açores e o senhor estava na disposição de prescindir disso para que não se fizesse o plenário como se está a fazer.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não pedi urgência, Sr. Deputado!

O Orador: Depois há um absurdo (e eu termino já, Sra. Presidente) absoluto neste recurso.

O recurso tem como finalidade principal repor, reverter a decisão e repor a situação prévia à decisão.

Ora vejamos o absurdo deste recurso que é dizer assim: ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Então não é assim?

O Orador: ... este plenário que aqui está a decorrer não pode decorrer porque a decisão de o convocar adiando o que havia anteriormente é uma

decisão ilegal, logo, como é ilegal, este plenário não está a acontecer e como é ilegal temos que fazer o plenário na semana passada.

Deputado Luís Maurício (PSD): Por isso é que devia ter sido discutido logo no início!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sabe que isso é falso!

O Orador: Quer dizer, o Sr. Deputado vem a esta Casa dizer: “Não, não! Este plenário, onde nós estamos a discutir aquilo que o senhor nos trouxe ...”

Deputado Luís Maurício (PSD): Devia ser o primeiro ponto!

O Orador: O absurdo é tal que nós devíamos estar a fazer este plenário na semana passada, Sra. Presidente.

Portanto, agora vamos imaginar por absurdo que o PS tinha um lapso de razão e um lapso de consciência e votava favoravelmente o recurso do Sr. Deputado ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, já está a falar há 7 minutos! Não há advertência!? Para aquele Sr. Deputado não há limite de tempo?

Presidente: O Sr. Deputado não falou cinco minutos. A Mesa está a dar a mesma tolerância.

O Orador: Está incomodado com a argumentação!?

Já termino. Já termino, Sr. Deputado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Estava mesmo a concluir, Sra. Presidente, mas não consigo.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Sr. Deputado Paulo Estêvão, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não há advertência! Já está a falar há dois minutos!

Presidente: ... só para esclarecer que eu adverti o Sr. Deputado André Bradford. O senhor é que estava distraído e não ouviu. Lamento.

Adverti o Sr. Deputado André Bradford que tinha de terminar, como fiz consigo e o Sr. Deputado André Bradford ainda não utilizou o mesmo tempo que o Sr. Deputado Paulo Estêvão utilizou na sua intervenção.

O Orador: Dá-me licença, Sr. Deputado?

Eu disse que concluía e vou concluir.

Vamos admitir que por absurdo e porque nos passava aqui um lapso de razão, nós aprovaríamos o seu recurso.

Deputada Zuraída Soares (BE): Interpelação à Mesa sobre este assunto!

O Orador: Consequência dessa aprovação: este plenário não existe ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Leu o recurso?

O Orador: ... e, portanto, como este plenário não existe nós vamos fazer o plenário da semana passada, a semana passada.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: As consequências de um recurso desta ordem são impossíveis de pôr em prática e todo este caso é, como ficou claro, julgo eu, na minha exposição, um caso meramente político ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não leu o recurso!

O Orador: ... que não tem qualquer fundamento do ponto de vista formal e regimental.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O que não tem fundamento é a sua argumentação!

O Orador: Foi uma birra do PPM e de alguma oposição que entretanto desapareceu da fotografia (também é bom que fique claro). A oposição que ouvi na reunião de domingo (e nós fizemos uma Conferência de Líderes num domingo, isto é só para que se saiba) que na altura falou ao

seu lado, se reparou bem, desapareceu gradualmente. Está cá o Sr. Deputado para defender e continuar a defender esta posição absolutamente insustentável.

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não leu o recurso!

O Orador: A Sra. Presidente merece, por isso, da nossa parte toda a confiança. A sua decisão está correta. O absurdo aqui é o recurso do PPM.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma interpelação à Mesa tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, tendo sido acordado em Conferência de Líderes que cada grupo e representação parlamentar tinha direito a cinco minutos de intervenção sobre o recurso e tendo nós percebido todos que quer o Sr. Deputado Paulo Estêvão, quer o Sr. Deputado André Bradford, ultrapassaram com a sua permissão e generosidade esse tempo, o Bloco de Esquerda pretende saber a quanto tempo tem direito para além dos cinco minutos.

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem perguntado!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa naturalmente adverte sempre que se aproxima ou que se ultrapassa o tempo, nem sempre infelizmente são respeitadas essas instruções. O tempo que foi permitido ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, que falou mais de sete minutos, foi o mesmo que foi permitido ao Sr. Deputado André Bradford que também falou mais de sete minutos. Portanto, teremos isso em consideração ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não foram sete, foram nove!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, com as interrupções e com os esclarecimentos que eu prestei à Mesa uma vez que o Sr. Secretário não para o cronómetro o tempo que cada um utilizou foi mais de sete minutos e nestas coisas a Mesa também tem sempre o cuidado de perceber se estão a terminar o raciocínio e em que contexto é que estão a prestar o esclarecimento. Nem sempre é claro que todos têm direito a utilizar a mais o mesmo tempo, mas teremos naturalmente isso em consideração para todos os grupos e representações que faltam intervir neste debate.

Sr. Deputado Artur Lima, tem então agora a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Acho que a primeira pergunta que se tem de fazer aqui, Sra. Presidente, é porque é que pediu este parecer se chegou à Conferência de Líderes absolutamente convencida que estava a tomar uma decisão correta, irrefutável e que, portanto, quando chegou apenas nos transmitiu que não valia a pena estarmos ali, porque já tínhamos conversado telefonicamente e que estava certa que a sua decisão era a correta?

Daí, em primeiro lugar, estranho porque é que pediu este parecer que não deve ter sido nenhuma pechincha muito barata.

Em segundo lugar, o parecer que o Sr. Deputado André Bradford não leu ...

Deputado André Bradford (PS): Não, não! Li!

O Orador: ... fala em competências implícitas e em competências explícitas.

Ora, a competência implícita, se a usar, deve ser amplamente fundamentada, o que não é o caso aqui. Portanto, aqui trata-se de uma decisão absolutamente política e não jurídica.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Essa é que é essa!

O Orador: A sua decisão foi política e não jurídica.

Até me atrevia a dizer que V. Exa. tinha poder para propor à Comissão Permanente, por exemplo, o adiamento ou a suspensão dos trabalhos, mas não tem o poder autocrático de determinar a suspensão dos trabalhos ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... e é disso que se está a tratar, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: ... de uma decisão baseada na autocracia e não na democracia que deve imperar neste Parlamento, Sra. Presidente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Em terceiro lugar, “estando em causa [vou citar aqui o que diz o parecer, o que cita o parecer ... posso continuar? Estou a citar o parecer] um ato de natureza política praticado por um órgão do poder político ...” Outro erro do parecer, deste douto constitucionalista que me

custa a acreditar, porque o Presidente da Assembleia ainda não é um órgão, órgão é esta Casa; tem competências próprias, mas não é um órgão; pode ser equiparado mas não é.

“Tal ato pressupõe evidentemente uma escolha valorativa própria orientada por critérios extrajurídicos”, Sra. Presidente, ou seja, este parecer foi encomendado à medida para justificar uma decisão política e não uma decisão jurídica.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: É um parecer feito por medida e por pedido.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

O Orador: Mais!

“Extraídos de um programa político ou da experiência pessoal ou coletiva.” Isto é de bradar aos céus! Isto é de bradar aos céus!

Eu acho que o Prof. Rui Medeiros não sabe que assinou isto. Eu acho que ele não sabe.

“Aquilo que se exige é que tal escolha política [escolha política, não jurídica, como V. Exa. bem disse] não se afigure manifestamente inadmissível ou desrazoável em face do quadro constitucional e legal aplicável.”

Olhe, face ao quadro constitucional e legal aplicável ela é manifestamente excessiva e é o contrário do que diz neste parecer. Não é quem pode o mais, pode o menos. V. Exa. usou a regra invertida: quem pode o menos, pode o mais. Foi isso que usou e não deve ser assim.

Sra. Presidente, efetivamente o Regimento da nossa Casa não lhe atribui especificamente esse poder por uma razão simples, porque o legislador não queria atribuir esse poder ao Presidente da Assembleia, tem de ser à

Comissão Permanente ou esta Casa reunir o plenário, aliás, como se fez noutras áreas e noutros paralelos.

Deputado André Bradford (PS): Isso está escrito onde?

O Orador: Eu propus, o CDS propôs na Conferência de Líderes, aliás, realizada ao domingo que não se pode realizar como V. Exa. sabe, ...

Deputado Francisco Coelho (PS): É dia santo!

O Orador: ... (ao abrigo do artigo 54.º não se pode realizar ao sábado e ao domingo as reuniões parlamentares, na Madeira fez-se na segunda-feira, portanto, essa é absolutamente ilegal) que à semelhança da Assembleia da República (para que os açorianos fiquem absolutamente esclarecidos) em vez do Dr. Mário Soares ter um voto de pesar feito de manhã aqui, na ordem de trabalhos, na quarta-feira podíamos ter feito uma sessão evocativa como se fez na Assembleia da República ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): E depois tínhamos dois dias de plenários, e vocês estavam aqui a criticar!

O Orador: ... e trabalhávamos na quinta e na sexta.

É preciso lembrar aos açorianos que tinha dois diplomas e duas petições na ordem de trabalhos.

Todos nós sabemos quanto tempo isto demora. Todos nós sabemos quanto tempo isto demora!

Para terminar, fica bem claro que a Sra. Presidente sabe que não tinha poder legal para adiar o plenário, pediu um parecer que se escudava nas competências políticas, numa decisão política, num programa político de quem? Da Sra. Presidente?

A Sra. Presidente tem um programa político?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tem! É o do PS!

O Orador: Mas ela não é a Presidente do Parlamento dos Açores e o Parlamento são todos do Partido Socialista?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

O Orador: Não são! Não pode ter o órgão aqui intitulado um programa político. Portanto, cai por terra o parecer.

Deputado Francisco Coelho (PS): Mas o que é que o programa político tem a ver com isto?

Deputado André Bradford (PS): O senhor já disse isso quatro vezes!

O Orador: De resto, diz o parecer, os senhores não leram o parecer, portanto, não sabem do que é que estão a falar, porque não leram o parecer. O parecer é claro. É só citá-lo.

Deputado André Bradford (PS): Eu já li o parecer!

O Orador: Oh, Sr. Deputado, o parecer está aqui. Portanto, é só ler, eu citei o parecer.

Agora, é preciso ainda ver uma coisa. Deixo uma última pergunta: de todos quantos aqui estão, menos os mais novos, que é o primeiro plenário que têm ou o segundo, quantos plenários é que nós já fizemos de terça e quarta e de ir embora na quinta à tarde?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

O Orador: Quantos? Quantos?

E mais! Já agora Sr. Deputado Bradford ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Vou terminar, Sra. Presidente.

... quantas vezes se andou aqui a pedir para se pedir intervalos para o plenário não acabar na quinta-feira?

Vamos ser todos sérios aqui dentro, vamos ser todos corretos.

Quantas vezes se andou aqui a pedir intervalos para o plenário não acabar na quarta-feira para passar pelo menos para a quinta?

Portanto, isso é verdade, aconteceu aqui várias vezes e tem que ser dito e os açorianos em casa têm de saber o que se passa.

Tratou-se de uma decisão política, unilateral e autocrática.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP) e Deputado Paulo Estêvão (PPM):

Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu como não estou nervosa gostaria de levar a minha intervenção até ao fim com a maior calma possível.

A Representação Parlamentar do Partido Popular Monárquico solicita ao plenário da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que considere irregular e sem cabimento regimental o despacho da Presidente da Assembleia Legislativa dos Açores em que a mesma informa o adiamento do período legislativo de janeiro de 2017.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda não encontra nem irregularidade, nem qualquer subversão do Regimento desta Casa com esta decisão.

Considera mesmo que este recurso é “uma tempestade num copo de água” e com menos generosidade verbal, diria mesmo, um aproveitamento político.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: Socorrendo-me de afirmações constantes do corpo deste recurso apresentado pelo Partido Popular Monárquico diria mesmo que e

cito “este é o tipo de homenagem que Mário Soares dispensaria como grande democrata que sempre foi”...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: ... e continuando a citar o corpo do recurso “a memória de Mário Soares não merecia este episódio, a todos os títulos lamentável que nada tem a ver com o brilhante percurso político do homem que se pretende homenagear.”

Deputada Isabel Quinto e Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Sras. e Srs. Deputados, para o Bloco de Esquerda é normal que seja decretado o luto nacional atendendo à dimensão nacional e internacional da figura de Mário Soares. É normal que os diferentes parlamentos da República, da Madeira e neste caso dos Açores se associem a este luto nacional e, portanto, é normal que as condicionantes do nosso calendário de plenários (quatro dias por mês) tenham obrigado ao adiamento por uma semana do plenário deste mês.

O Bloco de Esquerda não compreende onde está o magno problema deste adiamento e considera mesmo que a não ter acontecido isso, sim, geraria uma estranheza para a qual muito dificilmente esta Casa teria uma explicação.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Há momentos singulares e muito díspares na vida das pessoas, na vida das instituições e até mesmo na vida de um país.

Ora, o Bloco de Esquerda considera que a morte de Mário Soares é exatamente um desses momentos.

Confundir as diferentes formas de homenagem a esta personalidade, entre as quais o adiamento por uma semana do plenário da Assembleia

Legislativa da Região Autónoma dos Açores, (confundir isto, dizia eu) com qualquer lógica administrativa, ou burocrática, ou ritualista, ou mesmo praxista deste ou de qualquer outro Parlamento é lamentável.

Olhar para uma figura como Mário Soares numa perspetiva mesquinha e pautada por agendas ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Protesto!

A Oradora: ... é de facto não perceber a dimensão de valores como a liberdade, a democracia e o estado de direito.

Para o Bloco de Esquerda estes valores merecem respeito e merecem também ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mesquinha, Sra. Presidente!

A Oradora: ... uma pausa para refletir no ataque a que estes valores (a liberdade, a democracia e o estado de direito) estão a ser sujeitos um pouco por todo o mundo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Até aqui!

A Oradora: Sras. e Srs. Deputados, parar para pensar também pode ser (e neste caso foi) uma forma de homenagem.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Para um protesto, dado o adjetivo utilizado pela Sra. Deputada Zuraida Soares no âmbito da sua intervenção.

Que eu pretendi em relação ao Dr. Mário Soares ... Utilizou a expressão de “mesquinha”, “visão mesquinha”. Sinto-me ofendido, obviamente.

Presidente: Então pede a palavra para um protesto ou para defesa da honra?

O Sr. Deputado diz que se sente ofendido na sua honra. Eu só lhe perguntei se pede a palavra para um protesto se é para defesa da honra. É uma pergunta.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Defesa da honra.

Presidente: Defesa da honra.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraida Soares, lamento profundamente (já nos conhecemos há muito tempo) que utilize esse género de linguagem e esse género de adjetivação.

É esse tipo de discurso que desprestigia a Assembleia.

Deputado André Bradford (PS): Olha quem fala!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Sim, sim!

(Risos do Deputado Francisco César)

O Orador: Devo dizer-lhe, Sra. Deputada Zuraida Soares, a Sra. Deputada gostava de ter aqui um inimigo da direita e o Bloco de Esquerda gosta de ver tudo, claro e escuro, e a Sra. Deputada tem um mundo mais simples. O negro e o branco é muito mais simples para si, mas a verdade é que no recurso o PPM valoriza a figura do Dr. Mário Soares.

Deputada Zuraída Soares (BE): Mas isto é a defesa da honra?

O Orador: Mais do que isso, Sra. Deputada.

A sua visão, a adjetivação que utilizou em relação à visão mesquinha é algo que eu, Sra. Deputada, não lhe admito. A história do PPM não lhe admite, ...

Deputado Miguel Costa (PS): Veja no dicionário a definição de mesquinha!

O Orador: ... porque os nossos fundadores do partido estiveram ao lado do Dr. Mário Soares nas grandes lutas pela democracia antes do 25 de Abril, Sra. Deputada.

Nós estivemos, os fundadores do partido estiveram nas candidaturas da oposição, ...

Deputado Francisco César (PS): O senhor era do CDS na altura!

O Orador: ... foram presos também, Sra. Deputada.

Nós reconhecemos a grandeza e a importância da figura do Dr. Mário Soares, Sra. Deputada.

A senhora tem aqui uma visão maniqueísta. Dá-lhe jeito este mundo mais simples, mas eu vou dizer-lhe que nós não colocámos em causa a figura do Dr. Mário Soares. O que colocámos em causa foi o adiamento decidido pela Sra. Presidente. Ponto final. Não há nenhuma questão ideológica, não há nenhuma questão do ponto de vista político.

Presidente: Tem que se cingir à questão da defesa da honra, Sr. Deputado.

O Orador: Há uma questão que tem a ver, Sra. Deputada, com a utilização irregular por parte das competências da Sra. Presidente.

É tão somente isso. O resto, Sra. Deputada, lamento a adjetivação que utilizou.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares para prestar então os devidos esclarecimentos dispõem de três minutos.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço algum silêncio.

A Oradora: Apenas para dizer o seguinte: se o Sr. Deputado Paulo Estêvão se sente ofendido com o termo “mesquinho” eu acho que faz bem.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigada, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: Em primeiro lugar, eu gostaria de deixar aqui a nossa rejeição relativamente a alguns tiques de demagogia que aqui foram exercitados durante sete, oito ou nove minutos e rejeitamos também quaisquer lições de moral e muito menos de avaliações do respeito que nutrimos pelo Dr. Mário Soares, porque isso aqui ficou perfeitamente expresso naquilo que dissemos hoje de manhã. Portanto, não admitimos essas lições de moral. Da parte do Grupo Parlamentar PSD/Açores relativamente a este ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Está a falar para quem? Está a falar para mim? É debate?

O Orador: Oh, Sra. Deputada, eu não vou entrar em tricas, peço desculpa.

Da parte do Grupo Parlamentar PSD/Açores e no momento em que votaremos este recurso não vamos ter em conta os aspetos de natureza jurídica que são invocados.

O nosso voto não vai ser em função das questões de natureza jurídica.

São, sim, por uma questão de natureza comportamental, eu diria, e de atitude em termos políticos que esteve subjacente a esta decisão ...

Deputado Francisco César (PS): Os senhores tinham o congresso!

O Orador: ... e o que nós temos é que a decisão que foi tomada, foi tomada exclusivamente pela Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e foi uma decisão exclusivamente de natureza política. Foi uma decisão política e a nós cabe fazer a avaliação política das decisões que são tomadas e não exatamente as questões de natureza jurídica, são as questões de natureza política. É isso que nos cabe enquanto parlamentares.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: É sabido que efetivamente não concordámos com a decisão tomada pela Sra. Presidente e não fugimos, Sr. Deputado André Bradford.

Deputado André Bradford (PS): Desapareceram do mapa!

O Orador: Estamos aqui para assumir.

Não alimentamos algo que outros gostam de alimentar e, por isso, tivemos uma postura equilibrada, julgo eu, ou tentámos mantê-la.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: Aquilo que é sabido é que não concordámos efetivamente com a decisão e também deixe-me dizer-lhe, até porque a partir do momento em que digo que não é a questão jurídica que nos compete avaliar, não é qualquer parecer jurídico urgente que nos faz mudar de decisão ou que nos faz mudar de posição relativamente a esta matéria.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas isto não é um parecer jurídico, é um parecer político!

O Orador: Politicamente entendemos que a decisão não foi adequada, não foi efetivamente a decisão adequada e a abertura para que fosse eventualmente uma outra decisão que fosse tomada em função dos acontecimentos não existiu por parte da Sra. Presidente. A Sra. Presidente não mostrou essa abertura. Trouxe uma decisão e apresentou-a na tal Conferência de Líderes do domingo.

Deputado André Bradford (PS): Que houve!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Nós entendemos que era possível ter sido ou ter existido uma outra decisão. Era perfeitamente possível e até eventualmente com vantagens. Arrisco dizer (veja-se por exemplo esta evocação que foi aqui feita esta manhã de um político de grande dimensão, aliás, foi relevada pela generalidade dos grupos parlamentares e nós próprios também tentámos relevar na nossa intervenção) que o momento adequado não teria sido hoje, teria sido outro com vantagens e houve uma proposta nesse sentido apresentada...

Deputado André Bradford (PS): Mas qual? Nunca disse!

O Orador: ... pelo líder parlamentar do CDS (à qual nós nos associámos) em que podia ter sido feita uma evocação no momento em que no terreno parlamentar nacional se estava a verificar também uma evocação da figura do Dr. Mário Soares e se ao mesmo tempo estivesse a ocorrer na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, achamos nós que se ocorresse em simultâneo, o significado poderia inclusivamente ser maior e teria vantagens relativamente àquilo que se passou hoje.

Deputado André Bradford (PS): Isso é novo!

O Orador: Ainda ocorreria, inclusivamente, no último dia do luto nacional que tinha sido decretado e depois teríamos prosseguido como é normal os trabalhos parlamentares na quinta e na sexta-feira da semana passada ...

Deputado André Bradford (PS): Porque?

O Orador: ... cumprindo aquilo que era possível da Agenda que estava definida.

Deputado André Bradford (PS): Aquilo que era possível, não!

O Orador: Aquilo que era possível como sempre acontece. Se chega à sexta-feira e não cumpre toda a Agenda como é que faz?

Volta para cá na segunda-feira?

É uma possibilidade. Portanto, não venha com demagogias que não vale a pena.

Teríamos prosseguido o trabalho parlamentar nos dias seguintes.

Deputado André Bradford (PS): E os diplomas do Bloco de Esquerda como é que apreciava!?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: O ruído não o faz ter razão. Tenha respeito. Agradeço que tenha respeito, porque teve o mesmo respeito da nossa parte quando fez o exercício de demagogia há pouco.

Deputado André Bradford (PS): Olhe o respeito! Veja lá! Nota-se em cada palavra!

O Orador: No entanto, assim não o quis a Sra. Presidente.

Estamos aqui sempre a falar de uma decisão da Sra. Presidente. Não houve a decisão da Conferência de Líderes. Foi uma decisão da Sra. Presidente e, por isso, (aliás, isso foi referido na altura) da minha parte a

Sra. Presidente tomou uma decisão, arca naturalmente com as consequências da decisão que tomou e muito bem.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O problema é que não há consequências!

O Orador: Mas desculpe-me a franqueza, não revelou, por exemplo, as boas características que ainda hoje de manhã aqui aponte acerca de um político de grande dimensão como é o Dr. Mário Soares, em que disse que assumia convictamente as suas opiniões, mas tinha uma postura assente na tolerância, no espírito aberto e na procura de entendimentos e de consensos.

Foi isso que a Sra. Presidente não conseguiu fazer. A Sra. Presidente não os procurou, não procurou os entendimentos, não procurou os consensos, ...

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: ... porque tinha uma opção que já tinha definido perfeitamente e nem com os telefonemas antes da Conferência de Líderes, nem na Conferência de Líderes tentou arranjar uma solução consensual, não manifestou essa disponibilidade.

Nós, obviamente só podemos discordar dessa atitude, que é uma atitude em termos políticos que não nos parece ser nada conveniente e que pode efetivamente, como já foi referido, constituir um precedente do qual vamos ter consequências em termos futuros que são perfeitamente indesejáveis.

Portanto, destacando mais uma vez que aquilo que vamos votar não o fazemos em função das questões de natureza jurídica, mas de uma tomada de posição política por parte da Presidente da Assembleia que

consideramos ter sido incorreta, naturalmente daremos o nosso voto favorável ao recurso apresentado pelo PPM.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Corvelo tem a palavra.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós na Conferência de Líderes fomos de acordo com a Sra. Presidente.

Neste momento, somos e reafirmamos que estamos de acordo com a Sra. Presidente.

Portanto, nós vamos votar contra o recurso do Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Antes de colocar à votação naturalmente que cabe-me prestar alguns esclarecimentos à câmara não sem antes lamentar a dimensão que este assunto tomou e que na minha opinião em nada dignifica o nosso Parlamento. Cabe-me esclarecer hoje e aqui e daí a admissibilidade deste recurso que foi admitido apenas para que pudéssemos esclarecer hoje e aqui, porque na minha também opinião deve ser neste plenário, na Conferência de Líderes ou na Mesa que estes assuntos devem ser debatidos e da minha parte podem ter a certeza que só no plenário, na Conferência de Líderes ou na Mesa é que eu prestarei este tipo de esclarecimentos. Não me presto a debates na praça pública.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

A Oradora: Queria dizer-vos que de facto o período legislativo de janeiro foi marcado para o dia 10, conforme a convocatória que saiu ainda em novembro e foi remetida a todos os Deputados com base naquilo que estipula o artigo 22.º do nosso Regimento e que dá à Presidente a competência de convocar as reuniões plenárias. Logo após a notícia do falecimento do Dr. Mário Soares, ou seja, no próprio sábado, e ao contrário do que aqui foi dito, eu iniciei uma série de contactos que começaram por volta das quatro e tal da tarde e terminaram às onze e meia da noite, contactos com todos os líderes parlamentares no sentido de alcançar uma solução que fosse possível todos concordarem.

Não tendo existido este consenso, convoquei, sim, a Conferência de Líderes para um domingo e sinceramente ela até pode ser ilegal, mas perante situações urgentes eu penso que o bom senso nos diz que devemos tomar medidas urgentes e, por isso, convoquei de facto uma Conferência de Líderes para as onze e meia do domingo para que todos pudessem dizer presencialmente ou por vídeo conferência aquilo que me tinham transmitido na véspera, que eram as suas opiniões, tentando ainda assim alcançar o consenso que eu sei que é a solução mais fácil.

Ouvida a Conferência tomei uma decisão e dela assumo total responsabilidade que foi adiar o plenário para o dia 17 de janeiro e ao contrário do que refere o recurso apresentado pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, os trabalhos do período legislativo de janeiro não foram cancelados, eles apenas foram adiados, nem esta decisão foi imposta, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está a faltar à verdade!

A Oradora: ... porque o Sr. Deputado Paulo Estêvão sabe, porque esteve presente nessa Conferência de Líderes, que houve uma concordância

sobre esta decisão por parte de três partidos: o PS, o Bloco de Esquerda e o PCP e houve três partidos que não concordaram.

Penso que esta circunstância, de certa forma, consubstancia a legitimidade e a imparcialidade deste adiamento. Não foi uma decisão imposta. Foi uma decisão ouvida a Conferência e perante duas posições tão distintas eu tive de tomar uma decisão ...

Deputados Paulo Estêvão (PPM) e Artur Lima (CDS-PP): Não, não!

A Oradora: ... e a decisão foi tomada ouvidos todos os líderes parlamentares, ...

Deputado António Marinho (PSD): Já tinha a decisão tomada!

A Oradora: ... depois de um debate na Conferência de Líderes, foi apresentada esta decisão.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso não é verdade!

A Oradora: Não pode ser de forma alguma posta em causa a estabilidade da Agenda também como refere o recurso do Sr. Deputado Paulo Estêvão, porque a Agenda que saiu com a convocatória do próprio dia oito era exatamente igual à do dia dez.

A ajudar à minha decisão também contou o facto (aliás, foi um dos argumentos que eu utilizei) de que quer a Assembleia da República e a Assembleia Legislativa da Madeira terem adiado também os seus trabalhos. Aliás, cancelaram inclusivamente todo o seu trabalho parlamentar, não só ao nível de plenário, mas também ao nível das comissões.

Também não colhe o argumento do Sr. Deputado Paulo Estêvão que diz que já houve outras reuniões plenárias que coincidiram com o luto nacional. É verdade. Mas também como bem sabe o Sr. Deputado Paulo

Estêvão o funeral do Dr. Mário Soares, um antigo Presidente da República, é o primeiro desde o 25 de Abril com honras de estado.

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

A Oradora: Portanto, historicamente é o primeiro, logo é impossível existirem precedentes ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Nem sequer refere esse facto!

A Oradora: Srs. Deputados, se querem ser esclarecidos têm de ouvir.

Portanto, não havendo precedentes, o que se pode aqui inferir é que esta foi a primeira vez que isto aconteceu nestes exatos termos.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão refere ainda que eu apenas informei.

Eu informei porque também tem sido meu hábito não colocar as questões pondo o ónus da decisão em cima de ninguém.

Eu sabia que estes assuntos iam ser discutidos na comunicação social e, portanto, informei, assumindo desde o início a responsabilidade da minha decisão, mas para não pôr em causa a imagem de nenhum partido da não concordância ou da concordância dessa mesma decisão.

É certo que o parecer que já foi bastas vezes referenciado refere clara e explicitamente de que o órgão da Assembleia que tem o poder de convocar também tem o poder de adiar e a Presidente da Assembleia é um órgão, porque a par da Mesa e do Conselho Administrativo são órgãos desta Assembleia, conforme define o artigo 6.º da nossa Orgânica. Portanto, o que o Sr. Deputado Paulo Estêvão também vem dizer é que não foram cumpridos os prazos. Isto também não é verdade, porque a convocatória saiu no domingo, dia 8, por todas as vias. Saiu pela GD, foi enviado um email e ainda uma SMS a informar todas as Sras. e Srs. Deputados ...

Deputado André Bradford (PS): É verdade!

A Oradora: ... para dar conta da nova convocatória para que o plenário pudesse acontecer no dia 17. Portanto, foi cumprido totalmente.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão vem dizer também que esta decisão de adiamento consagra a mais absoluta arbitrariedade.

Esta afirmação, Sr. Deputado Paulo Estêvão, na minha opinião, é totalmente desprovida de razão, porque tal como referi há um facto claríssimo que consubstancia a decisão, que é o falecimento de um antigo Presidente da República, foram consultados todos os líderes parlamentares, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não há nada na lei que obrigue!

A Oradora: ... seguiu os trâmites dos outros parlamentos portugueses e foi comunicado o adiamento do plenário com a mesma Agenda aos Srs. Deputados no dia 8 de janeiro.

Aliás, os efeitos práticos deste adiamento, em bom rigor, são nenhuns, como são aliás os efeitos práticos deste recurso.

O período legislativo de janeiro decorrerá e decorre com determinada Agenda, a mesma que estava prevista para o plenário começar no dia 10 de janeiro. Os pressupostos são os mesmos. Não há a violação de nenhuma norma legal, estatutária ou regimental, sendo esta a única decisão que, na minha opinião, não afeta de forma nenhuma o decorrer dos trabalhos parlamentares.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A senhora aceitou o recurso para estar aí a falar meia hora!

A Oradora: Aliás, isso é referido no parecer e quero deixar isto bem claro. O parecer foi pedido não porque eu tenha a mínima dúvida da legitimidade da minha decisão. Eu não posso é permitir que esta decisão crie um clima de suspeição de que as deliberações tomadas por este

plenário não são regulares ou até mesmo ilegais e para que não houvesse a mínima dúvida sobre a suspeição que foi lançada, porque sobre a minha decisão eu não tenho nenhuma dúvida, o parecer foi pedido apenas por este aspeto.

E porque no fundo, Sras. e Srs. Deputados, aquilo que eu propus em contactos informais e decidi após ouvir todos os líderes parlamentares com base no bom senso e na razoabilidade daquilo que eu achei que seria esta decisão é tão simples quanto isto: ao invés de trabalharmos dois dias em janeiro, estrangulando a Agenda, impedindo, por exemplo, que os partidos pudessem fazer aquilo que fizeram para esta Agenda que foi interpor novas figuras regimentais, sem podermos fazer o PTAP, não permitindo a entrada de pedidos de urgência, propus (dizia eu) que adiássemos o período legislativo de janeiro, uma semana, porque temos tempo, porque ainda decorrerão mais três semanas até ao final do mês, de forma a não comprometer o normal funcionamento desta Assembleia e, aí sim, na minha opinião, a dar a estes trabalhos desta semana a dignidade que este Parlamento merece e acima de tudo a apresentarmos o nosso trabalho àqueles que nos elegeram, que devem estar sempre em primeiro lugar e acima das nossas diferenças.

Feito este esclarecimento, vou colocar à votação o recurso apresentado pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O recurso apresentado foi rejeitado com 30 votos contra do PS, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Para uma declaração de voto, presumo, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Serve a declaração de voto para explicar as razões que me levaram a votar favoravelmente este recurso.

Deputado André Bradford (PS): O seu recurso!

O Orador: A primeira razão é óbvia e, portanto, passo para a segunda.

A segunda razão tem a ver com o facto de eu considerar que esta decisão, este poder arbitrário que a Sra. Presidente considera ter em relação à capacidade de adiar os trabalhos constitui um precedente gravíssimo para o funcionamento da democracia parlamentar açoriana.

A questão fundamental aqui (e temos que ter o especial cuidado e eu sempre esperei que da parte do Partido Socialista existisse este cuidado) é para um partido que no final desta legislatura governa há 24 anos (há 24 anos!) e desde 2000 com maioria absoluta a questão fundamental é a desvalorização ...

Deputado André Bradford (PS): 24 anos?

O Orador: No final desta legislatura, Sr. Deputado. Faça as contas! No final desta legislatura!

Governará no final desta legislatura 24 anos.

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: Vinte mais quatro, 24. Penso que estamos corretos.

A questão fundamental é esta: para um partido que governa durante este período tão longo é fundamental além do conteúdo também salvar as aparências, que este Parlamento é de facto um órgão independente, plural, ...

Deputado André Bradford (PS): E é!

O Orador: ... em que o Partido Socialista não trata o Parlamento como se fosse uma seção partidária do Partido Socialista.

Esta perceção é muito importante, é da maior importância para a opinião pública e para os eleitores. Esta perceção é fundamental.

O desgaste da instituição parlamentar, ...

Deputado Francisco César (PS): O desgaste é seu!

O Orador: ... o aumento da abstenção tem muito a ver com o facto das pessoas considerarem que o Parlamento está diminuído, que o Parlamento está instrumentalizado, que o Parlamento está asfixiado, que não existe independência ...

Deputado André Bradford (PS): Não é verdade! Não apoiado!

O Orador: ... em relação ao partido que tem a maioria absoluta.

Por isso, quando a Sra. Presidente vai para uma reunião ...

A verdade é esta. A Sra. Presidente comunicou na Conferência de Líderes que tinha a decisão tomada. Independentemente do posicionamento de qualquer partido e antes de qualquer partido dizer qual era o seu posicionamento a Sra. Presidente disse claramente que a sua posição estava tomada. Houve até quem disse-se o que é que eu estou aqui a fazer se a Sra. Presidente já tomou a sua posição.

A questão verdadeiramente fundamental é que esta não é uma questão de menor importância, uma politiquice. Não!

Morreu muita gente, foram feitos esforços tremendos desde o século XVIII para que existissem instituições parlamentares livres de um poder arbitrário. Isso é absolutamente fundamental. Ao longo de todos estes séculos o que se combateu foi para que existisse um parlamento independente, que não estivesse dependente do poder arbitrário.

O que é que nos diz ...

Deputado André Bradford (PS): E o senhor acha que não!

O Orador: A Sra. Presidente diz: “Eu acho que esta situação de um funeral com honras de estado eu, (eu, eu!) que pertença ao partido do fundador que faleceu, acho que é uma razão suficiente.”

A Sra. Presidente pode vir a achar outra coisa baseada na sua experiência como diz o parecer e baseado, como diz o parecer também, no seu programa político.

Deputado André Bradford (PS): Mas isto é uma declaração de voto?

O Orador: Ora, eu considero, por isso é que votei favoravelmente a minha ... É muito importante referenciar constantemente.

A questão fundamental é esta: nada impede que com um poder arbitrário destes se estivermos a dois ou a três dias de discutir uma moção de censura pode acontecer que a Presidente diga assim: ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... “Não, não! Há aqui um acontecimento muito importante e adia-se a sessão” e isto significa que as instituições não funcionam a partir do momento em que se desconvoca e a Presidente do Parlamento tem a prerrogativa de a dois da realização de uma sessão plenária desconvocar uma reunião plenária.

Oh, meus senhores, porque é que será que em nenhum Parlamento (e termino, Sra. Presidente) do mundo (e consultei vários, desafio-vos a

encontrarei um caso) a Presidente do Parlamento não tem a capacidade de decidir da forma como decidiu a Sra. Presidente, pelos motivos que decidiu a Sra. Presidente, motivos absolutamente arbitrários. Nada na lei (torno a repetir) obriga a que os trabalhos sejam adiados.

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Portanto, meus senhores, isto é um triunfo da arbitrariedade.

Deputado Francisco César (PS): Mas não há arbitrariedade!

O Orador: Por isso, termino Sra. Presidente, dizendo: qual era questão fundamental? Porque é que eu apresentei este recurso?

Sra. Presidente, para lhe dizer o seguinte: para ficar registado na história democrática deste Parlamento que existiu um recurso em relação a esta decisão. Primeiro ponto.

Segundo ponto: para que esta situação não voltasse a ocorrer. Para que não voltasse a ocorrer.

Sra. Presidente, eu considero que a decisão que aqui foi tomada é muito grave, porque lhe concede essa arbitrariedade.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então tentar para dignificar este Parlamento começar por cumprir os tempos, porque serão fundamentais para uma boa gestão dos nossos trabalhos.

Pergunto, Sr. Deputado André Bradford, inscreveu-se?

Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado André Bradford (PS): Obrigada, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para, ao abrigo da declaração de voto, poder reafirmar que o Partido Socialista se revê na forma como este assunto foi gerido e decidido por V. Exa., Sra. Presidente, revê-se do ponto de vista do

enquadramento regimental, revê-se do ponto de vista da leitura que foi feita, da circunstância política em que era preciso tomar a decisão e revê-se também tendo em consideração que, apesar da decisão ter sido por si tomada, foi ouvida a Conferência de Líderes, foi formada uma maioria mais que suficiente na Conferência de Líderes, essa maioria é plural, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso não é verdade!

O Orador: ... não é só partido que governa há 20 anos a Região, foi uma maioria que se formou espontaneamente, ...

Deputado António Marinho (PSD): Qual maioria?

O Orador: ... juntando partidos que governam e partidos que não governam e, portanto, por essa via fica absolutamente clara a forma como o processo decorreu, fica depois deste debate aos olhos e aos ouvidos dos açorianos absolutamente líquido como é que as coisas se processaram e qual foi no fundo a verdadeira motivação do incidente que se procurou causar e que agora teve o seu episódio final.

O Partido Socialista está por isso convicto daquilo que decidiu e votou e também está plenamente consciente de que a autonomia tem sido capaz de sobreviver aos gritos “aqui del rei” que o Sr. Deputado Paulo Estêvão dá de mês a mês.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, penso que também se tinha inscrito, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O CDS votou favoravelmente a destempo este recurso do PPM por considerar que ele faz todo o sentido e que a decisão da Sra. Presidente não tem qualquer fundamento, nem esteira política, nem esteira jurídica. Portanto, foi uma decisão absolutamente política esta que a Sra. Presidente tomou. Aliás, o parecer até serve paradoxalmente para dar razão aos argumentos da oposição. Sempre dissemos que isto era uma decisão política da Sra. Presidente.

É preciso ficar bem vincado que não houve nenhuma votação na Conferência de Líderes.

A Sra. Presidente chegou ...

Deputado Francisco César (PS): Ninguém disse que tinha havido votação!

O Orador: Disseram, disseram, disseram!

Posso acabar? Não interrompi V. Exa..

Não houve nenhuma votação na Conferência de Líderes.

A Sra. Presidente entrou (e eu vou repetir) e disse que “já falei convosco todos, já sei a opinião de cada um e, portanto, não vale a pena estarmos aqui com grandes demoras. A minha decisão está tomada.”

Eu perguntei à Sra. Presidente “então o que é que eu vim aqui fazer se a sua decisão está tomada.”

Isto foi absolutamente factual. Absolutamente factual!

Deputado André Bradford (PS): Quanto tempo durou? O que é que o senhor disse mais?

O Orador: Eu disse mais.

Gerou-se a discussão a seguir, mas aquilo que eu propus que pusesse à votação não foi votado, nem foi votada sequer a decisão da Sra. Presidente.

Não vou também, para respeitar o Parlamento e dignificar o Parlamento, alongar-me na minha discussão, mas sempre direi à Sra. Presidente, se me permite e com todo o respeito, que o artigo 6.º da nossa Orgânica refere-se aos órgãos de administração desta Casa, que é a Sra. Presidente, o Conselho Administrativo e a Mesa. Qualquer dia temos aqui a Sra. Secretária Geral a tomar decisões políticas, porque é um órgão desta Casa. *Mutatis mutandis*.

Isto é como o parecer do reputado constitucionalista. Se a Sra. Presidente por ser um órgão de administração pode invocar que é órgão ao abrigo desse artigo, quer dizer que o douto constitucionalista vai dizer que a Secretária Geral também é um órgão, que preside ao Conselho Administrativo, e que, portanto, também pode tomar decisões políticas.

Sra. Presidente, eu acho que esse argumento não colhe e o nosso Estatuto é claro, a Constituição é clara. Portanto, a Presidente da Assembleia tem o seu papel de dignificar esta Casa, tem as suas competências próprias atribuídas por esta Casa, mas não é um órgão.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não vou, obviamente, repetir os argumentos já apresentados pelo Bloco de Esquerda para votar contra o recurso apresentado pelo PPM, mas queria esclarecer duas ou três coisas, aproveitando esta declaração de voto.

A primeira é que seguramente, e posso afirmá-lo sobre compromisso de honra, que o Bloco de Esquerda não é uma seção partidária Partido Socialista.

Deputado Francisco César (PS): E o PS pode confirmar!

A Oradora: Nem aqui, nem em nenhum lado.

Portanto, está à vontade para concordar e discordar do Partido Socialista quando a isso obrigue a sua opção ideológica e a sua opção política.

Depois, não sendo uma seção partidária do Partido Socialista somos um partido que é capaz de reconhecer coisas absolutamente “*tchan*”, absolutamente tão reais e tão naturais que são inegáveis. Primeira delas, ninguém é responsável pela data do calendário da morte do Dr. Mário Soares.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Que demagogia, meu Deus!

A Oradora: Segunda evidência “*tchan*”, clara e simples: ninguém é responsável que no sábado se tenha posto uma urgência de decisão à Presidente desta Casa e ela se sinta obrigada a convocar uma reunião urgente no domingo por uma razão simples, é que ao sábado segue-se o domingo.

É uma coisa que não deu jeito nenhum. Não deu jeito nenhum, mas é assim que está no calendário.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Que demagogia, Sra. Deputada!

A Oradora: Somos também um partido capaz de reconhecer que não é responsabilidade de ninguém que haja uma norma regimental no nosso Parlamento que diz que nós temos quatro dias de plenário uma vez por semana. Ponto final.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Onde é que diz isso?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é uma vez por semana, mas uma vez por mês!

A Oradora: Ora, havendo esta possibilidade de ter estes quatro dias e não apenas dois ou um e meio, Sras. e Srs. Deputados, eu acho que a decisão óbvia, mais uma vez natural e “*tchan*” é decidir que adiando uma semana se tenha um plenário na sua plena excelência, em toda a sua plenitude.

Esta normalidade a que o Sr. Deputado chama demagogia ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Pura!

A Oradora: ... é difícil de entender. O calendário é difícil de entender, que ao sábado se segue o domingo, que as pessoas não escolhem o dia da morte, que o Regimento é o que é e não pode ser alterado de um dia para o outro.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Demagogia cínica!

A Oradora: Isto é tão natural que custa a muitos perceber, mas é a vida, Sras. e Srs. Deputados, e a Sra. Presidente decidiu de acordo com a sua responsabilidade e o Bloco de Esquerda sempre considerou desde o primeiro momento e continua a considerar que decidiu muito bem.

No dia em que a Sra. Presidente e o Bloco de Esquerda consideram que a senhora decidiu muito mal ou arbitrariamente, ou sem nenhum tipo de justificação plausível, nós aqui estaremos para lhe dizer como é costume, a si, à Mesa e a todas as Sras. e Srs. Deputados, que não estamos de acordo com a Sra. Presidente.

Não é este o caso, pelo amor de Deus.

Muito obrigada.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições. Julgo não haver.

Está então encerrado o ponto três da nossa Agenda.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Passamos agora ao ponto quatro: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 1/XI – “Aprova o Plano de Gestão Hidrográfica dos Açores 2016/2021”**.

Os tempos foram definidos pela Conferência de Líderes, são aqueles que foram aprovados.

Para apresentação do diploma tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo.

Tem a palavra Sra. Secretária.

Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (*Marta Guerreiro*): Sra. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito boa tarde a todos!

Os Açores são hoje reconhecidos, nacional e internacionalmente, pelo elevado nível de qualidade ambiental e pelo potencial dos seus recursos naturais.

A água é um desses recursos, sendo a sua preservação essencial. Essencial aos ecossistemas, ao desenvolvimento socioeconómico e à qualidade de vida dos Açorianos.

É com esta perspetiva, de componente preventiva e protetora, que o Governo dos Açores apresenta, hoje, uma proposta de relevante importância estratégica no planeamento e na gestão sustentável deste recurso – trata-se do Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores para o período de 2016/2021, através da presente proposta de decreto legislativo regional.

O PGRH – Açores, enquanto instrumento de planeamento, assenta na relação entre a avaliação do estado das massas de água, a identificação de pressões e a elaboração de programas de medidas que permitam mitigá-las.

Este Plano foi elaborado em conformidade com a Diretiva Quadro da Água, transposta para a ordem jurídica nacional através da Lei da Água, e mostra a preocupação do Governo dos Açores no planeamento estratégico dos recursos hídricos na Região.

Sugere ainda a articulação com outras políticas de desenvolvimento estratégico relevantes para o setor da água, tanto a nível regional (caso do Plano de Ordenamento da Orla Costeira ou dos Planos de Ordenamento de Bacias Hidrográficas de Lagoas), como de âmbito nacional (a Lei da Água e o Plano Nacional da Água), quer ainda de âmbito comunitário, para assegurar e dar resposta à realidade e especificidades territoriais e setoriais da Região.

Os Planos de Gestão de Região Hidrográfica são elaborados após ampla participação, uma vez que são os únicos instrumentos de planeamento cuja consulta pública tem uma duração mínima de seis meses.

Decorreram duas consultas – uma em 2013 e outra em 2015 – sendo que, enquanto plano setorial, foi ainda submetido a um outro período de consulta pública de 22 dias úteis.

Os objetivos estratégicos e os objetivos ambientais pretendem responder às disposições constantes na Diretiva Quadro da Água, com o propósito último de alcançar o bom estado das águas para cada ilha.

Deste modo, serve de base ao estabelecimento de medidas relativas às massas de água superficiais e subterrâneas abrangidas pela referida Diretiva.

Estes objetivos perspetivam responder às necessidades levantadas ao longo de todo o processo de avaliação, caracterização e planeamento, tendo em conta as especificidades da realidade insular do nosso arquipélago.

O objetivo ambiental prioritário para as 63 massas de água superficiais, 54 subterrâneas e zonas protegidas concentra-se na melhoria da qualidade, através da implementação de medidas que permitam atingir um bom estado das mesmas.

Assim, e dentro dos 16 objetivos estratégicos, temos como prioridade:

- Proteger as massas de águas subterrâneas e superficiais no que respeita à sua qualidade para garantir a respetiva conservação e melhoria;
- Garantir a proteção das origens da água e dos ecossistemas associados;
- Assegurar o fornecimento em quantidade suficiente de água de origem superficial e subterrânea de boa qualidade, conforme necessário para uma utilização sustentável, equilibrada e equitativa;
- Implementar e otimizar uma rede de monitorização, construindo um sistema de informação e vigilância relativo ao estado e utilizações do domínio hídrico.

O PGRH - Açores caracteriza nove sub-bacias hidrográficas (correspondendo a cada uma das nossas nove ilhas), numa área de 10.045km². Compreende 63 massas de água superficiais (das quais 10 são da categoria ribeiras, 23 da categoria de lagoas, 27 águas costeiras e três de transição) e 54 massas de água subterrâneas.

De referir que não foram identificadas massas de água artificiais, nem massas de água fortemente modificadas.

Importante também é a caracterização das zonas protegidas destas massas para uma maior proteção de recursos e conservação da natureza.

Assim, foram identificadas diversas zonas protegidas, maioritariamente integradas nos Parques Naturais de Ilha, com destaque para:

- 22 zonas de especial conservação;
- 15 zonas de proteção especial;
- 48 áreas protegidas de gestão de habitats ou espécies;
- 30 áreas protegidas de gestão de recursos;
- 7 zonas vulneráveis
- 192 zonas de proteção de água para consumo humano;
- 34 reservas integrais das lapas;
- 52 zonas balneares;

O programa é composto por 47 medidas, 18 de base e 29 suplementares.

O custo associado ascende a cerca de 79 milhões de euros (40 milhões para as medidas de base e 39 milhões para as medidas suplementares).

Foi ainda atribuída prioridade elevada a 34 medidas, prioridade intermédia a 10 e prioridade reduzida a três. Doze medidas são específicas para algumas massas de água e 35 são gerais.

Relativamente ao nosso dito balanço hídrico, verifica-se uma situação muito positiva, já que as necessidades se mostram bastante reduzidas face às disponibilidades hídricas presentes.

As necessidades de água para a Rede Hidrográfica dos Açores rondam os 22,9 hectómetros cúbicos por ano. De acordo com os resultados estimados, esta Rede Hidrográfica apresenta disponibilidades hídricas totais na ordem dos 2.228 hectómetros cúbicos, revelando-se suficientes para comportar as necessidades estimadas. Esta realidade que é global, é também aplicável a cada uma das ilhas, estamos a falar quer em termos gerais, quer em termos particulares em percentagens na ordem entre 1 a 2% das necessidades face às disponibilidades.

Os objetivos deste Plano encontram-se em plena consonância com a Diretiva Quadro da Água, que prevê que as massas de água superficiais atinjam em 2027 o estado “bom”.

E é com satisfação que podemos referir que não existem massas de águas superficiais em mau estado: cerca de 29% estão em bom estado e cerca de 41% estão classificadas como excelentes. No caso das massas de água subterrâneas, 94% encontram-se em bom estado.

Os resultados são encorajadores e permitem concluir que estamos no caminho certo! E é nesta linha preventiva que pretendemos atuar.

Ao propor a esta Assembleia a aprovação do PGRH - Açores, que estamos hoje a apresentar e discutir, o Governo Regional pretende fornecer uma abordagem integrada para a gestão dos recursos hídricos, dando coerência à informação para a ação e sistematização dos recursos necessários para cumprir os seus objetivos.

Sabemos que existem ainda alguns desafios do PGRH - Açores que têm a ver com a relação causa-efeito entre pressões e estado das massas de água, a eficácia das medidas sobre as pressões para cumprir o bom estado e o envolvimento e a concertação das entidades responsáveis pela execução das mesmas.

Mas é por isso que a monitorização qualitativa e quantitativa assume também um papel importante no conhecimento do estado destas massas, bem como a integração do planeamento com o licenciamento, para uma melhor gestão das pressões, e o envolvimento dos setores, de forma a permitir a utilização sustentável deste importante recurso.

Neste contexto, têm sido implementadas políticas públicas que asseguram a coesão regional e garantem procedimentos de uma gestão sustentável da preservação do ambiente.

Exemplo disso são os Planos de Ordenamento das Bacias Hidrográficas, através dos quais já foi possível desencadear processos de recuperação do estado das lagoas dos Açores.

Sabendo que são elementos marcantes da nossa paisagem, o trabalho continuará no sentido de monitorizar e fiscalizar regularmente o seu estado, bem como nas necessárias intervenções.

O presente projeto de Decreto Legislativo Regional prossegue os fins visados no Programa do XII Governo Regional dos Açores, onde se preconiza a implementação do Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores 2016 - 2021, enquanto instrumento de planeamento de recursos hídricos, mas também como instrumento de gestão territorial, adotando a figura de plano setorial de ordenamento do território.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A evolução positiva da qualidade das massas de água na Região, ao ponto de terem atingido o seu melhor estado nos últimos anos, é, de facto, encorajadora. Mas o nosso propósito é uma gestão sustentável dos recursos naturais com a finalidade de salvaguarda do ambiente.

É na concretização de medidas que promovem a boa utilização e a preservação qualitativa e quantitativa dos recursos naturais que este Governo está, e continuará, empenhado.

O sucesso de medidas como esta só será possível com o envolvimento de todos: governo, autarquias, cidadãos.

A nossa missão é a concretização das mesmas para garantir a sustentabilidade. É nela que estamos focados!

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

A Mesa já tem uma inscrição, mas agradeço que continuem a inscrever-se.

Tem a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

(*) Deputada Bárbara Chaves (PS): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: Estamos aqui hoje nesta Casa a analisar uma Proposta de Decreto Legislativo Regional que pretende, através dela, fazer aprovar o Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores.

Sem querer repetir aqui as considerações já apresentadas por parte da Sra. Secretária Regional, gostaria de dizer que considera o Grupo Parlamentar do PS que este é um documento essencialmente técnico, complexo, extenso, se tivermos em conta todas as peças que compõem este Plano de Gestão, um instrumento de gestão territorial de natureza setorial e que decorre, tal como já referido, através da Diretiva Quadro da Água, posteriormente transposto para o direito interno através da Lei da Água.

Refira-se que neste âmbito são definidas as grandes opções estratégicas da política de gestão da água, que deverão constar do plano de gestão das respetivas bacias hidrográficas ou das respetivas regiões hidrográficas para o período, neste caso em concreto, 2016/2021 e demais programas de medidas, assim como as grandes orientações a ter em conta no período 2022/2027 e que corresponde ao terceiro ciclo de planeamento nos termos definidos na Diretiva Quadro da Água.

É igualmente definido que a gestão da água deverá ter em conta três objetivos fundamentais que gostaria aqui de realçar: a proteção e a requalificação do estado dos ecossistemas aquáticos e terrestres, assim como as respetivas zonas húmidas no que respeita às suas necessidades de água; a promoção do uso sustentável, equilibrado e equitativo da água de boa qualidade, com a definição dos vários tipos e usos, tendo em conta o seu valor económico baseado numa proteção a longo prazo dos recursos hídricos disponíveis (e este é outro objetivo definido); e o terceiro, gostaria de realçar, o aumento da resiliência relativamente aos efeitos das inundações e das secas e outros fenómenos meteorológicos extremos que decorrem dos processos associados às alterações climáticas.

A região hidrográfica é assim uma unidade principal do planeamento e gestão da água onde são definidos objetivos ambientais ao nível das águas superficiais, das águas subterrâneas e das zonas protegidas.

A referida lei define a necessidade de elaboração e implementação de planos de gestão das respetivas bacias hidrográficas que têm que ser revistos de seis em seis anos e onde são definidos objetivos estratégicos e ambientais para esse período.

Ora, o plano que estamos aqui a analisar constitui assim o 2.º ciclo da gestão da região hidrográfica dos Açores, isto porque existe já um plano de gestão em vigor, ainda que no limite da sua vigência, vigorando de 2009 a 2015, pelo que passadas que estão todas as fases legalmente definidas para a elaboração deste plano, onde se inclui aqui realçar a vasta fase de consulta pública e de participação pública que decorreu por um período superior a seis meses e encontramos-nos agora, dizia eu, em condições de analisarmos, discutirmos e aprovarmos por parte desta

Assembleia, o Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores, para o período 2016/2021.

Para o Grupo Parlamentar do PS este plano setorial é de extrema importância para os Açores, permitirá continuar a gerir bem a água existente e disponível nas nossas ilhas, de forma a permitir uma utilização cada vez mais segura, quer ao nível das águas de abastecimento público destinadas a consumo humano, quer para a poluição como a gestão das nossas águas balneares ou mesmo como forma de potenciar o nosso turismo de natureza se falarmos, por exemplo, ao nível da gestão das massas de água das lagoas ou dos cursos de água que culminam em cascata.

Este é, pois, um plano importante para os Açores, tal como disse e que o PS quer aqui realçar e enaltecer.

Tal como assumimos em Comissão o PS subscreve assim o teor e a forma de elaboração deste plano, realçando o tempo que lhe foi dedicado para a realização do mesmo, deste plano setorial; a sistematização da informação; a abrangência do mesmo; a importância que é dada às questões associadas à monitorização, monitorização essa necessária para se verificar se as ações inscritas no plano estão a ser devidamente implementadas, estão a ter os resultados que se pretende e uma forma de sabermos se os objetivos definidos estão a ser atingidos de um modo pleno.

Esta monitorização é por exemplo conseguida através das redes de medição já instaladas em muitos cursos de água da Região, distribuído por todas as ilhas, bem como a sistematização dos resultados em bases de dados específicas para os recursos hídricos e que nos dão respostas ao

nível de eventuais problemas ou lacunas que possam estar a ser cometidas ao nível da gestão das massas de água.

Gostaria de dizer também que considera o Grupo Parlamentar do PS que a integração dos municípios na elaboração deste documento, quer na sua comissão de acompanhamento, como através dos pedidos de parecer realizados a essas autarquias, é sim

uma mais valia na conceção deste plano de gestão, isto porque a ação destas entidades, todo o empenho e a canalização de investimentos para a área da gestão correta da água, constituem fatores determinantes par o sucesso na implementação deste plano.

A gestão das águas de consumo é, aliás, uma competência estritamente municipal e por isso integrar as autarquias na definição destas políticas de gestão da água faz todo o sentido, no entender do Grupo Parlamentar do PS.

Este é assim um plano que vai no seguimento de outras boas práticas que os governos do PS estão a implementar nos Açores ao nível da qualidade da água constituindo-se também como um contributo para a qualidade de vida dos açorianos de um modo geral e o Governo dos Açores tem feito muito nesta matéria.

Não querendo ser muito exaustiva lembro por exemplo do plano elaborado em 2000, relativamente à requalificação das massas de água associado ao programa SOS Lagoas; do Plano Regional da Água; o Plano de Gestão de Riscos de Inundação dos Açores; os inúmeros Planos de Ordenamento do Território da Orla Costeira; os Planos de Ordenamento das Bacias Hidrográficas e de Lagoas; dos Planos de Gestão de Recursos Hídricos por ilha ou mesmo das iniciativas aprovadas aqui nesta Assembleia ao nível da proteção dos perímetros das nascentes e dos furos

de água, já para não falar dos inúmeros workshops que ao longo dos anos se têm realizado em todas as ilhas dos Açores.

Tal como tive oportunidade já referi noutras instâncias, todos os investimentos que o Governo Regional dos Açores canalize e realize de forma a potenciar a qualidade ambiental, são para nós investimentos reprodutivos, com ganhos efetivos ao nível da qualidade de vida, com efeitos claros ao nível do bem-estar das populações, assim como uma forma de potenciar a nossa atividade económica associada ao setor do turismo quando falamos ao nível das águas balneares ou na gestão das lagoas dos Açores.

Gostaria, em síntese, de referir que com a aprovação deste plano o objetivo ao nível da definição da relação entre a identificação de pressões, avaliação do estado das massas de água e a definição de programas de programa de medidas que permitam mitigar os impactos das pressões será de facto implementado, configurando-se uma inegável mais valia para a Região.

Para finalizar esta minha intervenção, a primeira intervenção, gostaria de dizer que a água é um bem precioso e esta é uma expressão já há muito conhecida e interiorizada por muitos, mas para que seja totalmente valorizada há que continuar a trabalhar com toda a convicção, com todas as nossas forças para que os Açores continuem a ter os padrões de qualidade ambiental reconhecidos por todos, padrões esses que queremos manter e superar a bem dos Açores, a bem dos açorianos, a bem da Região Autónoma dos Açores!

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Secretários:

Este plano aparentemente está investido num rigor exemplar, contudo a nós, BE, ocorrem-nos algumas dúvidas expressas naquilo que nós consideramos serem algumas incoerências que identificamos a longo quer, se calhar mais do plano, mas também do plano e o respetivo articulado.

Para já, e nem vou relevar, a primeira incoerência, um plano que já deveria ter sido apresentado e entrado em vigor em 2015, o mais tardar em 2016, só agora é que é apresentado, mas vou relevar como um detalhe.

Para nós, BE, há outras incoerências que nos parecem se calhar mais graves e se a Sra. Secretária conseguir explicar-nos se são de facto incoerências, nós teremos todo o prazer em ouvir as suas explicações, até porque daí pode depender o nosso voto favorável, desfavorável ou então uma abstenção, mas por agora convém abstermo-nos.

Primeira incoerência: é preconizado um plano intercalar de dois em dois anos no articulado, no n.º 5, do art.º 8.º, no entanto no anexo do relatório, no ponto 3.2 é defendida a apresentação de um relatório anual. Em que ficamos? Com um relatório anual ou com um relatório, ou um plano intercalar?

Segunda incoerência: na página 19 do anexo, mais precisamente na tabela 2, de entre as massas de água referidas, não estão incluídas as massas de água subterrâneas, no entanto e ainda bem são consideradas na tabela 6.

Ora, como nós sabemos as massas de água subterrâneas incluem, como é óbvio, aquíferos. Como isso acontece, como é que é possível os aquíferos não serem tidos nem achados? É por isso se calhar que não são considerados como suscetíveis a elementos de pressão, tais como: contaminação ou risco de contaminação.

Terceira incoerência: é público e com bastante impacto mediático que os aquíferos da Praia da Vitória estão poluídos ou contaminados, na melhor das hipóteses, por isso mesmo desenvolveram-se trabalhos de descontaminação.

Portanto, não é de estranhar que de acordo com a tabela 5 e 6, na Ilha Terceira, já em 2010 se tivessem atingido a totalidade dos objetivos e que tais objetivos se manterão até 2027, ou seja as águas estão imaculadas nos aquíferos da Ilha Terceira desde 2010 e tal situação se prevê que estarão imaculadas até 2027.

No entanto, e aqui é que está a incoerência maior, e ainda bem que no mesmo documento na página 31, encontram-se previstos trabalhos de monitorização das águas subterrâneas na Praia da vitória. Ainda bem que assim é!

Mas então como é que na fase de diagnóstico não é tido o risco de contaminação, ou real contaminação dos aquíferos da Praia da Vitória (não é isso que está gora em causa, o que está em causa, ou melhor podemos ter a certeza é que há um risco pelo menos de contaminação, para não dizer que estão de facto contaminados) e, no entanto, prevê-se a monitorização dos aquíferos da Praia da Vitória?

Em suma, o relatório, ora omite qualquer contaminação dos aquíferos na Praia da Vitória, ora admite porque monitoriza, e bem, os aquíferos da Praia da Vitória.

Quarta incoerência: na tabela 2, não é mencionado qualquer tipo de pressão sobre as águas subterrâneas em Santa Maria.

No entanto, mais à frente, é assumido e mais concretamente na página 31, que há um foco de contaminação por hidrocarbonetos. Porquê? Porque existe uma medida, e ainda bem que existe, para que se proceda à descontaminação.

Quinta incoerência: não se percebe o porquê dos portos não se encontrarem contemplados quando são um dos maiores focos de poluição das águas costeiras e não são tidos como sujeitos a qualquer tipo de pressão, no entanto estão contempladas medidas de prevenção para a contaminação ou poluição a partir da atividade portuária.

Deputada Zuraida Soares (BE): Incoerente!

O Orador: Portanto, são essas incoerências que nós gostaríamos que a Sra. Secretária pudesse explicar como é que podem ocorrer ao longo do relatório e também nalguns casos, como nós vimos, no articulado relativamente ao relatório.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: Este diploma, que no fundo aprova a implementação da segunda fase do Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores, tal como estipulado pela Diretiva Quadro da Água e pela Lei da Água, assume para nós uma grande importância e com uma grande importância vem também uma grande responsabilidade, não fosse este o objetivo último deste plano, a salvaguarda e a recuperação das nossas massas de água.

E para que se tenha noção da importância e também da responsabilidade de um plano de gestão desta natureza, basta nós termos em atenção a evolução prevista para o estado de qualidade das massas de água nos três cenários desenvolvimento sócio económico que foram modelados para os Açores, já que na ausência da aplicação de um conjunto de medidas corretivas o que nós teríamos era que a esmagadora maioria das massas de água superficiais interiores estariam degradadas, apresentariam uma degradação e em 2027, no final do âmbito da aplicação deste plano, apenas uma ribeira e uma lagoa se encontraria em bom estado de qualidade.

Portanto, é disto que se trata e é esta a importância e a responsabilidade deste plano.

Já agora, aproveito para perguntar, Sra. Secretária, por que razão apenas foram feitas estimativas para quinze das vinte e três lagoas que são contempladas e por que razão é que foram deixadas de fora oito lagoas, seis das quais de S. Miguel, uma do Pico e uma das Flores?

No que diz respeito ao diploma em si e ao relatório técnico que dele faz parte integrante, nós temos algumas questões a colocar porque parece-nos que em alguns aspetos faz com que ele esteja mal concebido.

Desde logo há uma incompreensível falta de qualidade na apresentação das figuras e das tabelas que são apresentadas, o que torna, obviamente, a interpretação muito difícil. Basta olhar para a figura 2 para percebermos o desafio que seria interpretá-la corretamente.

Depois em alguns aspetos há também alguma falta de rigor. Tomo por exemplo na tabela 7, a massa de água correspondente à Ribeira Grande que pertence à Ilha das Flores e que está colocada indevidamente na seção pertencente à Ilha do Faial.

Depois, as três massas de água partilhadas em vez de estarem nas seções correspondentes que são indicadas na tabela 1, estão colocadas abaixo da seção destinada à Ilha do Corvo, sem qualquer tipo de distinção ou de divisão, o que dá aqui a ideia de que o Corvo tem mais massas de água contempladas daquilo que efetivamente tem.

Por outro lado, em relação às definições utilizadas, definições e conceitos utilizados para efeitos da aplicação deste diploma, mesmo admitindo que muitas delas são retiradas de documentos de referência como a Lei da Água, o que nós verificamos é que em muitos casos revelam uma simplificação excessiva, ou então uma falta de adequação à nossa realidade ou ainda uma falta de correspondência àquilo que depois é preconizado pelo Plano.

Eu dou alguns exemplos começando pelas águas de transição que são definidas, e cito “como massas de água de superfície na proximidade da foz dos rios, que têm um caráter parcialmente salgado em resultado da proximidade de águas costeiras, mas que são significativamente influenciadas por cursos de água doce”.

Ora, por que é que há de ser esta a definição se depois o Plano é claro em esclarecer que “as massas de água de transição que ocorrem na Região dos Açores, referem-se a massas de água salobra que não constituem sistemas de proximidade à foz dos rios, nem são significativamente influenciadas por cursos de água doce, sendo que pela sua situação de fronteira entre o ambiente terrestre e o ambiente marinho, apresentam características intermédias, nomeadamente ao nível da salinidade”?

Portanto, a pergunta é por que é que não é feita uma adaptação desta definição à nossa realidade?

Depois, se nos fixássemos nas definições de bacia hidrográfica e de sub-bacia hidrográfica que aqui são propostas, nós o que veríamos era que as ribeiras não seriam contempladas, porque na verdade a palavra ribeira não aparece nessas definições.

Portanto, bastaria aqui ou substituir a palavra ribeiro por ribeira, ou então utilizá-las como sinónimos na definição da ribeira como é feito, aliás, para o caso de lago ou lagoa.

No caso da definição de massas de água superficiais é pior ainda, já que a mesma exclui tanto as ribeiras como as lagoas.

Portanto, eu dou ainda mais dois exemplos: o caso de lago ou lagoa, a definição sugere que seriam consideradas todas as lagoas existentes na Região e que segundo o Plano Regional da Água são mais de 90, quando na realidade só são consideradas lagoas com uma área de plano de água superior a 0,01 quilómetros quadrados, qualquer coisa como um hectare ou 10 000 metros quadrados.

No caso da ribeira é pura e simplesmente utilizada a definição que está na Lei da Água para “rio”.

Bom, eu julgo que um rio e uma ribeira não são exatamente a mesma coisa, mais que não seja ao nível das suas dimensões e da extensão do percurso.

Portanto, por que razão não são refletidos os critérios utilizados na designação de ribeira, de modo a complementar esta definição, bastaria considerar um caudal permanente e uma área de drenagem superior a dez quilómetros quadrados?

Todas estas questões, no fundo são importantes, Sra. Secretária, por que o que é submetido à votação e o que é entregue para deliberação é o diploma e como tal o conteúdo e as respetivas definições deveriam estar

adotadas de uma forma mais rigorosa e mais adequadas, para que em última instância pudesse só a partir do diploma ter uma boa noção da matéria em causa.

Como tal, eu informo também que dará entrada na Mesa uma proposta de alteração a algumas das definições que aqui são propostas, de forma a tentar adequá-las um pouco mais à realidade do nosso arquipélago.

Em relação ao Plano propriamente dito, para já, deixo a seguinte questão Sra. Secretária: das noventa lagoas existentes nos Açores apenas são contempladas por este Plano, 23, no entanto, muitas das lagoas que existem nos Açores têm grande importância ao nível ecológico, ao nível da biodiversidade e até do ponto de vista financeiro, atendendo a que muitos são pontos de interesse turístico.

Portanto a pergunta é: por que razão não se optou por um critério mais amplo que permitisse incluir mais lagoas no âmbito deste Plano e que permitisse que essas lagoas de menor dimensão, com um plano de água menor, pudessem também ser alvo do acompanhamento deste Plano, permitindo assim também a sua monitorização?

Muito obrigado, Sra. Secretária.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Excelente, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Corvelo, pede a palavra para?

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, para pedir um intervalo regimental.

Presidente: Peço aos Líderes e ao Sr. Secretário Regional, o favor de se aproximarem da Mesa.

(Pausa)

O Sr. Deputado João Corvelo fez uma interpelação à Mesa, solicitando um intervalo regimental.

É regimental, será concedido e considerando o nosso horário vamos também interromper os trabalhos por hoje.

Regressamos amanhã às 10 horas com o debate de urgência.

Eram 19 horas e 36 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Isabel Maria Rodrigues Almeida **Correia**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

Manuel José da Silva **Ramos**

Partido Social Democrata (PSD)

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**

Documentos entrados

1- Projetos de Lei:

Assunto: Alterações ao Estatuto do Gestor Público e aos regimes jurídicos do setor empresarial do Estado e do setor empresarial local – n.º 3/XI-AR - n.º 341/XIII/2.^a (PSD)

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 11 – 04

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2016 – 11 – 24;

Assunto: Impõe deveres de transparência aos administradores da Caixa Geral de Depósitos e altera o Estatuto do Gestor Público – n.º 4/XI-AR - n.º 342/XIII/2.^a (PSD)

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 11 – 04

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2016 – 11 – 24;

Assunto: Reforça a proteção das trabalhadoras grávidas, puérperas e lactentes e de trabalhadores no gozo de licença parental e procede à alteração do Código do Trabalho e da Lei do Trabalho em Funções Públicas – n.º 9/XI-AR - n.º 354/XIII/2.^a (PCP)

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 12 – 14

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2017 – 01 – 04;

Assunto: Procede à primeira alteração ao Código Cooperativo assegurando o efetivo respeito pelos princípios cooperativos da Aliança Cooperativa Internacional – n.º 12/XI-AR - n.º 356/XIII/2.ª (PCP)

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 12 – 19

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2017 – 01 – 09;

Assunto: Cria um Programa de Cooperação entre o Estado e as Autarquias Locais para o Aproveitamento do Património Imobiliário Público – n.º 15/XI-AR – n.º 362/XIII/2.ª (PSD)

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 12 – 23

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2017 – 01 – 12;

Assunto: Gestão democrática dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário – n.º 16/XI-AR – n.º 363/XIII/2.ª (PCP)

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 12 – 23

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2017 – 01 – 12;

Assunto: Procede à primeira alteração da Lei n.º 68/2014, de 29 de agosto, que aprovou o regime jurídico aplicável ao nadador-salvador em

todo o território nacional, no que respeita à supervisão de atividades em piscinas de uso público – n.º 17/XI-AR – n.º 366/XIII/2.^a (PS)

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 01 – 04

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2017 – 01 – 24;

Assunto: Altera o Código do Trabalho, consagrando a Terça-Feira de Carnaval como feriado nacional obrigatório – n.º 18/XI-AR – n.º 369/XIII/2.^a (PAN)

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 01 – 10

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2017 – 01 – 18;

Assunto: Reposição do direito a um mínimo de 25 dias de férias na função pública majorado, em função da idade, até aos 28 dias – n.º 20/XI-AR – n.º 370/XIII/2.^a (BE)

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 01 – 10

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2017 – 01 – 26.

2 - Propostas de Lei:

Assunto: Cria e regula o registo oncológico nacional, prevendo-se designadamente as suas finalidades, os dados que são recolhidos, as formas de acesso, a entidade responsável pela sua administração e tratamento de base de dados – n.º 5/XI-AR - n.º 33/XIII/2.ª (GOV)

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 11 – 22

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2016 – 12 – 12;

Assunto: Procede à definição e à regulação dos atos do biólogo, do enfermeiro, do farmacêutico, do médico, do médico dentista, do nutricionista e do psicólogo – n.º 6/XI-AR - n.º 34/XIII/2.ª (GOV)

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 11 – 22

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2016 – 12 – 12;

Assunto: Procede à 13.ª alteração ao Código do Trabalho e à 4.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril, na sua redação atual, no sentido do reforço do regime de proteção na parentalidade – n.º 7/XI-AR - n.º 39/XIII/2.ª (ALRAM)

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 12 – 06

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2016 – 12 – 26;

Assunto: Aprova medidas para aplicação uniforme e execução prática do direito de livre circulação dos trabalhadores, transpondo a Diretiva n.º 2014/54/UE – n.º 10/XI-AR - n.º 45/XIII/2.^a (GOV)

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 12 – 14

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2017 – 01 – 03;

Assunto: Altera o Código Cooperativo – n.º 11/XI-AR - n.º 44/XIII/2.^a (GOV)

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 12 – 19

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2017 – 01 – 09;

Assunto: Aprova o regime da valorização profissional dos trabalhadores em funções públicas – n.º 13/XI-AR - n.º 43/XIII/2.^a (GOV)

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 12 – 19

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2017 – 01 – 16;

Assunto: Aprova a Lei da Saúde Pública – n.º 21/XI-AR - n.º 49/XIII/2.^a (GOV)

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 01 – 13

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2017 – 02 – 01.

3 - Projetos de Resolução:

Assunto: Recomenda ao Governo que crie uma Lei Orgânica da Polícia Marítima, de acordo com a sua missão, competências e a sua natureza civil – n.º 1/XI-AR - n.º 531/XIII/2.^a (BE)

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 11 – 04

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2016 – 11 – 24;

Assunto: Programa Especial de Apoio Social para a ilha Terceira – n.º 2/XI-AR - n.º 533/XIII/2.^a (PSD)

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 11 – 04

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2016 – 11 – 24;

Assunto: Inclusão da RTP-Madeira e da RTP-Açores na grelha nacional da Televisão Digital Terrestre (TDT) - n.º 14/XI-AR - n.º 588/XIII/2.^a (PSD)

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 12 – 23

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2017 – 01 – 12;

Assunto: Negociação em sede de Concertação Social de princípios orientadores para uma legislação específica, por forma a definir quais os feriados obrigatórios a serem observados na segunda-feira da semana subsequente - n.º 19/XI-AR - n.º 604/XIII/2.ª (PSD)

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 01 – 10

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2017 – 01 – 18.

4 – Projetos de Decreto-Lei:

Assunto: Institui um regime comunitário de controlo a fim de assegurar o cumprimento das regras da Política Comum das Pescas - MM - (Reg. DL 486/2016) - n.º 4/XI-OGP

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2016 – 11 – 30

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2016 – 12 – 10;

Assunto: Define o regime da formação profissional na Administração Pública - MF - (Reg- DL 465/2016) – n.º 5/XI-OGP

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2016 – 11 – 30

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2016 – 12 – 10;

Assunto: Estabelece a composição e modo de funcionamento do Conselho Nacional para as Políticas de Solidariedade, Voluntariado, Família, Reabilitação e Segurança Social, criado pelo Decreto-Lei n.º 167-C/2013, de 31 de dezembro - MTSSS - (Reg. DL 434/2016) - n.º 6/XI-OGP

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2016 – 12 – 06

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2016 – 12 – 26;

Assunto: Procede à primeira alteração à Lei n.º 26/2013 de 11 de abril, que regula as atividades de distribuição, venda e aplicação de produtos fitofarmacêuticos para uso profissional e define os procedimentos de monitorização à utilização dos produtos fitofarmacêuticos, transpondo a Diretiva n.º 2009/128/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro, que estabelece um quadro de ação a nível comunitário para uma utilização sustentável dos pesticidas - MAFDR - (Reg. DL 307/2016) - n.º 7/XI-OGP

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2016 – 12 – 06

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2016 – 12 – 26;

Assunto: Altera o Sistema Nacional de Informação e Registo Animal e o Regime da Atividade Pecuária, para implementação da medida SIMPLEX - Registo de Animais de Uma Só Vez - MAFDR - (Reg. DL 466/2016) - n.º 8/XI-OGP

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2016 – 12 – 06

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2016 – 12 – 26;

Assunto: Altera o regime jurídico do Sistema Nacional de Qualificações e define as estruturas que asseguram o seu funcionamento – MTSSS - (Reg. DL 496/2016) - n.º 9/XI-OGP

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2016 – 12 – 12

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2016 – 12 – 20;

Assunto: Altera o regime de seleção, recrutamento e mobilidade do pessoal docente para os estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básicos e secundário na dependência do Ministério da Educação - MEDU - (Reg. DL 489/2016) - n.º 10/XI-OGP

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2017 – 01 – 05

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2017 – 01 – 23;

Assunto: Altera o regime e avaliação e gestão da qualidade do ar ambiente, transpondo a Diretiva (UE) 2015/1480 - MA - (Reg. DL 475/2016) - n.º 11/XI-OGP

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2017 – 01 – 05

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2017 – 01 – 23;

Assunto: Altera o regime económico e financeiro dos recursos hídricos - MA - (Reg. DL 495/2016) - n.º 12/XI-OGP

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2017 – 01 – 05

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2017 – 01 – 23.

5 – Propostas de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: Aprova o Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores 2016/2021 – n.º 1/XI

Proveniência: Governo Regional

Data de Entrada: 2016 – 12 – 19

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2017 – 01 – 06.

6 – Projetos de Resolução:

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional a realização de um estudo sobre a problemática da toxicodependência – 3/XI](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2016 – 11 – 30

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2017 – 01 – 05;

Assunto: [Ampliação da placa de estacionamento destinada à aviação civil \(placa C\) adjacente à Aerogare das Lajes – 4/XI](#)

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2016 – 12 – 02

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2017 – 01 – 05;

Assunto: [Antiga Fábrica de Álcool da Lagoa – n.º 5/XI](#)

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2016 – 12 – 13

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2017 – 01 – 20;

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional o pagamento dos valores em atraso do Complemento para aquisição de Medicamentos pelos Idosos \(Compamid\) – n.º 6/XI](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2017 – 01 – 06

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão;

Assunto: [Funcionamento do Serviço de Suporte Imediato de Vida – n.º 7/XI](#)

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2016 – 12 – 12

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2017 – 02 – 10;

Assunto: [Apoio financeiro a pescadores e armadores durante a cessação temporária de atividades de pesca - captura de goraz \(Pagellus bogaraveo\) - em vigor de 15 de janeiro a 29 de fevereiro de 2017 – n.º 8/XI](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2017 – 01 – 12

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

7 – Petições:

Assunto: Recuperação e Preservação do Forte de São João Baptista, na ilha de Santa Maria – 1/XI

Proveniência: Ângela dos Santos Loura

Data de Entrada: 2016 – 12 – 09

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2017 – 02 – 14.

8 – Requerimentos:

Assunto: [Criação da estrutura orgânica do Ecomuseu do Corvo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 11 – 17

Referência: 54.07.09 – N.º 6/XI;

Assunto: [A ilha do Corvo continua a não contar com um serviço permanente na área de medicina veterinária](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 11 – 17

Referência: 54.07.09 – N.º 7/XI;

Assunto: [Equipamento raio-x da Aerogare da ilha do Corvo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 11 – 17

Referência: 54.07.09 – N.º 8/XI;

Assunto: [Frota automóvel da Região Autónoma dos Açores](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 11 – 22

Referência: 54.07.00 – N.º 9/XI;

Assunto: [Património Imóvel da Região Autónoma dos Açores](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 11 – 22

Referência: 54.07.00 – N.º 10/XI;

Assunto: [Estudo que evidencie as vantagens competitivas de uma estratégia comercial que associe a produção em pastagem de carne de bovino na Graciosa, Flores e Corvo com a classificação Reserva da Biosfera atribuída pela UNESCO a estas ilhas](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 11 – 22

Referência: 54.07.00 – N.º 11/XI;

Assunto: [Forte de São João Baptista, na ilha de Santa Maria](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 11 – 25

Referência: 54.07.01 – N.º 12/XI;

Assunto: [Voos da SATA para ilha das Flores](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2016 – 11 – 30

Referência: 54.04.08 – N.º 13/XI;

Assunto: [Resultados de Ações Inspetivas](#)

Autora: Zuraída Soares (BE)

Data de Entrada: 2016 – 11 – 30

Referência: 54.06.02 – N.º 14/XI;

Assunto: [Aplicação de taxa aos turistas em espaços e Parques Naturais da Região](#)

Autores: Catarina Chamacame Furtado, Paulo Parece, Jaime Vieira, Luís Rendeiro, António Vasco Viveiros e António Pedroso (PSD)

Data de Entrada: 2016 – 11 – 30

Referência: 54.03.00 – N.º 15/XI;

Assunto: [Ramal do Mosteiro na ilha das Flores](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2016 – 11 – 30

Referência: 54.04.08 – N.º 16/XI;

Assunto: [Lixeira de Santa Cruz das Flores](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2016 – 12 – 05

Referência: 54.04.08 – N.º 17/XI;

Assunto: [Fossas da Escola das Lajes das Flores](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2016 – 12 – 06

Referência: 54.04.08 – N.º 18/XI;

Assunto: [Praga de ratos na ilha das Flores](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2016 – 12 – 07

Referência: 54.04.08 – N.º 19/XI;

Assunto: [Estação Geodésica das Flores](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2016 – 12 – 09

Referência: 54.04.08 – N.º 20/XI;

Assunto: [Irregularidades no funcionamento do Centro de Processamento de Resíduos de Santa Maria](#)

Autores: Paulo Parece, Catarina Chamacame Furtado, Jaime Vieira e Luís Rendeiro (PSD)

Data de Entrada: 2016 – 12 – 09

Referência: 54.03.01 – N.º 21/XI;

Assunto: [Entrada em funcionamento do Conselho Consultivo da Unidade de Saúde de Ilha do Corvo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 12 – 12

Referência: 54.07.09 – N.º 22/XI;

Assunto: [O gravíssimo precedente que representa o não exercício de funções, de forma permanente, da médica veterinária na ilha do Corvo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 12 – 12

Referência: 54.07.09 – N.º 23/XI;

Assunto: [Listas de espera dos voos da SATA com origem na ilha do Corvo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 12 – 12

Referência: 54.07.09 – N.º 24/XI;

Assunto: [As balanças da Lota do Corvo estão avariadas](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 12 – 12

Referência: 54.07.09 – N.º 25/XI;

Assunto: [A grua que serve as embarcações de pesca da ilha do Corvo está novamente avariada](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 12 – 12

Referência: 54.07.09 – N.º 26/XI;

Assunto: [Presença da bactéria de Legionella no Hospital da Horta](#)

Autor: Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2016 – 12 – 12

Referência: 54.06.07 – N.º 27/XI;

Assunto: [Funcionários Públicos Requisitados](#)

Autor: Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2016 – 12 – 12

Referência: 54.06.00 – N.º 28/XI;

Assunto: [Escola Básica Integrada das Capelas](#)

Autor: Zuraida Soares (BE)

Data de Entrada: 2016 – 12 – 13

Referência: 54.06.02 – N.º 29/XI;

Assunto: [Subsídios da Associação de Bombeiros Voluntários da Madalena](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2016 – 12 – 13

Referência: 54.04.06 – N.º 30/XI;

Assunto: [Imóvel da Região por recuperar na ilha do Corvo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 12 – 13

Referência: 54.07.09 – N.º 31/XI;

Assunto: [Solicitação de cópia de abaixo-assinado](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 12 – 14

Referência: 54.07.09 – N.º 32/XI;

Assunto: [Exemplo de precariedade em empresa privada beneficiada com apoios públicos](#)

Autor: Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2016 – 12 – 15

Referência: 54.04.00 – N.º 33/XI;

Assunto: [Lista de edifícios públicos com amianto](#)

Autor: Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2016 – 12 – 15

Referência: 54.07.00 – N.º 34/XI;

Assunto: [Relatórios da auditoria realizada pela Inspeção Regional de Saúde ao Hospital de Santo Espírito](#)

Autor: Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2016 – 12 – 15

Referência: 54.06.03 – N.º 35/XI;

Assunto: [Valor de pH das carcaças abatidas na Região](#)

Autores: Graça Silveira, Artur Lima, Catarina Cabeceiras, Alonso Miguel (CDS-PP)

Data de Entrada: 2016 – 12 – 16

Referência: 54.01.00 – N.º 36/XI;

Assunto: [Atraso no pagamento do Complemento para Aquisição de Medicamentos pelos Idosos \(Compamid\)](#)

Autor: Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2016 – 12 – 16

Referência: 54.06.00 – N.º 37/XI;

Assunto: [Transporte Escolar na ilha do Pico](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2016 – 12 – 19

Referência: 54.04.06 – N.º 38/XI;

Assunto: [Sinalização das Estradas do lado Norte e Topo da Ilha de São Jorge](#)

Autores: Catarina Cabeceiras, Artur Lima, Graça Silveira, Alonso Miguel (CDS-PP)

Data de Entrada: 2016 – 12 – 19

Referência: 54.01.05 – N.º 39/XI;

Assunto: [Laboratório Europeu de Recursos Biológicos Marinhos](#)

Autores: Graça Silveira, Artur Lima, Catarina Cabeceiras, Alonso Miguel (CDS-PP)

Data de Entrada: 2016 – 12 – 20

Referência: 54.01.07 – N.º 40/XI;

Assunto: [Sinalização horizontal nas estradas regionais da ilha do Pico](#)

Autores: Marco Costa, Jorge Jorge (PSD)

Data de Entrada: 2016 – 12 – 20

Referência: 54.03.06 – N.º 41/XI;

Assunto: [Programas Ocupacionais no Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2016 – 12 – 20

Referência: 54.04.02 – N.º 42/XI;

Assunto: [Carga aérea de e para a ilha das Flores](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2016 – 12 – 21

Referência: 54.04.08 – N.º 43/XI;

Assunto: [Resultados das rotas operadas pela Azores Airlines](#)

Autores: Carlos Ferreira, Luís Garcia, Catarina Chamacame Furtado (PSD)

Data de Entrada: 2016 – 12 – 21

Referência: 54.03.00 – N.º 44/XI;

Assunto: [Transporte escolar Calheta do Nesquim](#)

Autor: Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2016 – 12 – 21

Referência: 54.06.06 – N.º 45/XI;

Assunto: [Relatórios das ações inspetivas realizadas aos serviços dos CTT, nos concelhos de Ponta Delgada e Ribeira Grande](#)

Autor: Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2016 – 12 – 22

Referência: 54.06.02 – N.º 46/XI;

Assunto: [Dados estatísticos do sector da Educação](#)

Autora: Maria João Carreira (PSD)

Data de Entrada: 2016 – 12 – 22

Referência: 54.03.00 – N.º 47/XI;

Assunto: [Pessoal docente e não docente](#)

Autora: Maria João Carreira (PSD)

Data de Entrada: 2016 – 12 – 22

Referência: 54.03.00 – N.º 48/XI;

Assunto: [Escola Básica e Secundária das Flores](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2016 – 12 – 27

Referência: 54.04.08 – N.º 49/XI;

Assunto: [Danos causados por araucária da Biblioteca Pública e Arquivo Regional da Horta – assunção de responsabilidades](#)

Autores: Carlos Ferreira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2016 – 12 – 30

Referência: 54.03.07 – N.º 50/XI;

Assunto: [Avaria de equipamento na RIAC da Calheta](#)

Autor: António Pedroso (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 01 – 04

Referência: 54.03.05 – N.º 51/XI;

Assunto: [Falta de resposta a crianças com necessidades educativas especiais](#)

Autor: Maria João Carreiro (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 01 – 04

Referência: 54.03.00 – N.º 52/XI;

Assunto: [Qualidade das refeições escolares servidas na Escola Básica e Secundária da Calheta de São Jorge](#)

Autor: Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2017 – 01 – 06

Referência: 54.06.05 – N.º 53/XI;

Assunto: [Cancelamento de cirurgias por alegada falta de "material"](#)

Autores: Artur Lima, Graça Silveira, Catarina Cabeceiras e Alonso Miguel (CDS-PP)

Data de Entrada: 2017 – 01 – 11

Referência: 54.01.03 – N.º 54/XI.;

Assunto: [Projeto de arquitetura para remodelação e beneficiação da Casa do Médico do Corvo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 01 – 11

Referência: 54.07.09 – N.º 55/XI;

Assunto: [Cumprimento da Resolução da Região Autónoma dos Açores n.º 176/2014, de 26 de dezembro e dos trâmites da concessão do jogo de fortuna e azar na Região](#)

Autores: Paulo Mendes e Zuraida Soares (BE)

Data de Entrada: 2017 – 01 – 11

Referência: 54.06.00 – N.º 56/XI;

Assunto: [Investimentos no Hospital do Divino Espírito Santo - Remodelação e ampliação das obras no Serviço de Urgência](#)

Autores: Luís Maurício e António Vasco Viveiros (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 01 – 12

Referência: 54.03.02 – N.º 57/XI;

Assunto: [Segurança Social - Trabalhadores Independentes e pequenos produtores agrícolas das Flores](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2017 – 01 – 12

Referência: 54.04.08 – N.º 58/XI;

Assunto: [Aumento do Porto Comercial de São Jorge e construção da Gare de Passageiros](#)

Autores: Catarina Cabeceiras, Artur Lima; Graça Silveira e Alonso Miguel (CDS-PP)

Data de Entrada: 2017 – 01 – 12

Referência: 54.01.05 – N.º 59/XI;

Assunto: [Encerramento da representação \(loja\) comercial da TAP em Angra do Heroísmo](#)

Autores: Alonso Miguel, Artur Lima, Graça Silveira e Catarina Cabeceiras (CDS-PP)

Data de Entrada: 2017 – 01 – 13

Referência: 54.01.03 – N.º 60/XI.

9 – Resposta a Requerimentos:

Assunto: [Criação da estrutura orgânica do Ecomuseu do Corvo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 11 – 29

Referência: 54.07.09 – N.º 6/XI;

Assunto: [A ilha do Corvo continua a não contar com um serviço permanente na área de medicina veterinária](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 12 – 07

Referência: 54.07.09 – N.º 7/XI;

Assunto: [Atrasos no transporte de pescado do Corvo para o exterior](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 12 – 22

Referência: 54.07.09 – N.º 3/XI;

Assunto: [Transporte de colmeias para a ilha do Corvo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 12 – 22

Referência: 54.07.09 – N.º 4/XI;

Assunto: [Equipamento Raio-X da aerogare da ilha do Corvo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 12 – 22

Referência: 54.07.09 – N.º 8/XI;

Assunto: [Resultados de ações inspetivas](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 12 – 22

Referência: 54.06.02 – N.º 14/XI;

Assunto: [Estação Geodésica na ilha das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 12 – 22

Referência: 54.04.08 – N.º 20/XI;

Assunto: [As balanças da Lota do Corvo estão avariadas](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 12 – 22

Referência: 54.07.09 – N.º 25/XI;

Assunto: [A grua que serve as embarcações de pesca da ilha do Corvo está novamente avariada](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 12 – 22

Referência: 54.07.09 – N.º 26/XI;

Assunto: [Fossas da Escola das Lajes das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 12 – 26

Referência: 54.04.08 – N.º 18/XI;

Assunto: [Entrada em funcionamento do Conselho Consultivo da Unidade de Saúde de ilha do Corvo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 12 – 27

Referência: 54.07.09 – N.º 22/XI;

Assunto: [Subsídios da Associação de Bombeiros Voluntários da Madalena](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 12 – 27

Referência: 54.04.06 – N.º 30/XI;

Assunto: [Listas de espera dos voos da SATA com origem na ilha do Corvo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 12 – 29

Referência: 54.07.09 – N.º 24/XI;

Assunto: [Solicitação de cópia de abaixo-assinado](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 12 – 27

Referência: 54.07.09 – N.º 32/XI;

Assunto: [Pragas de ratos na ilha das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 12 – 30

Referência: 54.04.08 – N.º 19/XI;

Assunto: [Transporte escolar na ilha do Pico](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 12 – 30

Referência: 54.04.06 – N.º 38/XI;

Assunto: [Sinalização das Estradas do lado Norte e Topo da Ilha de São Jorge](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 12 – 30

Referência: 54.01.05 – N.º 39/XI;

Assunto: [Estudo que evidencie as vantagens competitivas de uma estratégia comercial que associe a produção em pastagem de carne de bovino na Graciosa, Flores e Corvo com a classificação Reserva da Biosfera atribuída pela UNESCO a estas ilhas](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 01 – 02

Referência: 54.07.00 – N.º 11/XI;

Assunto: [Voos da SATA para as Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 01 – 02

Referência: 54.04.08 – N.º 13/XI;

Assunto: [O gravíssimo precedente que representa o não exercício de funções, de forma permanente, da médica veterinária na ilha do Corvo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 01 – 02

Referência: 54.07.09 – N.º 23/XI;

Assunto: [Sinalização horizontal nas estradas regionais da ilha do Pico](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 01 – 02

Referência: 54.03.06 – N.º 41/XI;

Assunto: [Forte de São João Baptista, na ilha de Santa Maria](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 01 – 03

Referência: 54.07.01 – N.º 12/XI;

Assunto: [Projeto de intervenção no Porto Novo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 01 – 04

Referência: 54.07.09 – N.º 1/XI;

Assunto: [Funcionamento da medicina dentária na Unidade de Saúde da Ilha do Corvo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 01 – 04

Referência: 54.07.09 – N.º 2/XI;

Assunto: [Imóvel da Região por recuperar na ilha do Corvo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 01 – 04

Referência: 54.06.09 – N.º 31/XI;

Assunto: [Presença da bactéria de Legionella no Hospital da Horta](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 01 – 05

Referência: 54.06.07 – N.º 27/XI;

Assunto: [Relatórios das ações inspetivas realizadas aos serviços dos CTT, nos concelhos de Ponta Delgada e Ribeira Grande](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 01 – 10

Referência: 54.06.02 – N.º 46/XI;

Assunto: [Atraso no pagamento do complemento para aquisição de medicamentos pelos idosos \(COMPAMID\)](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 01 – 11

Referência: 54.07.00 – N.º 37/XI;

Assunto: [Aplicação de taxa aos turistas em espaços e parques naturais da Região](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 01 – 12

Referência: 54.03.00 – N.º 15/XI;

Assunto: [Valor de pH das carcaças abatidas na Região](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 01 – 13

Referência: 54.01.00 – N.º 36/XI;

Assunto: [Carga aérea de e para a ilha das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 01 – 16

Referência: 54.04.08 – N.º 43/XI.

10 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a provocar uma Interpelação ao Governo Regional a respeito do Sistema Regional de Saúde

Proveniência: Paulo Estêvão, Deputado do PPM

Data de Entrada: 2016 – 11 – 21;

Assunto: Ofício a retirar o Projeto de Resolução – “Cria a Comissão Eventual para a Revisão da Lei Eleitoral da ALRAA”

Proveniência: Paulo Estêvão, Deputado do PPM

Data de Entrada: 2016 – 11 – 21;

Assunto: Ofício a comunicar a suspensão de mandato, com efeitos a partir de 21 de novembro de 2016, inclusive

Proveniência: Marta Cristina Moniz Couto, Deputada do PS

Data de Entrada: 2016 – 11 – 22;

Assunto: Ofício a comunicar a substituição do sr. Deputado Lúcio Rodrigues (PS) pela sra. Deputada Isabel Correia (PS) na Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, com efeitos a partir de 21 de novembro de 2016, inclusive

Proveniência: André Bradford, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2016 – 11 – 23;

Assunto: Ofício a comunicar a substituição da sra. Deputada Marta Couto (PS) pelo sr. Deputado Arnaldo Amaral (PS) na Comissão de Assuntos Sociais, com efeitos a partir de 21 de novembro de 2016, inclusive

Proveniência: André Bradford, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2016 – 11 – 23;

Assunto: Ofício a comunicar a substituição do sr. Deputado Lúcio Rodrigues (PS) pelo sr. Deputado Domingos Cunha (PS) na Comissão Permanente, com efeitos a partir de 21 de novembro de 2016, inclusive

Proveniência: André Bradford, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2016 – 11 – 23;

Assunto: Ofício a comunicar a suspensão de mandato

Proveniência: Bruno Miguel Correia Pacheco, Deputado do PS

Data de Entrada: 2016 – 11 – 23;

Assunto: Ofício a comunicar a substituição de mandato da sra. Deputada Marta Couto (PS) pelo sr. Deputado Arnaldo Amaral (PS), com efeitos a partir de 21 de novembro de 2016

Proveniência: André Bradford, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2016 – 11 – 23;

Assunto: Ofício a comunicar a suspensão de mandato

Proveniência: Lúcio Manuel da Silva Rodrigues, Deputado do PS

Data de Entrada: 2016 – 11 – 23;

Assunto: Ofício a comunicar a suspensão de mandato

Proveniência: Alexandra Isabel Neves Lopes Garcia, Deputada do PS

Data de Entrada: 2016 – 11 – 23;

Assunto: Ofício a comunicar a substituição de mandato da sr. Deputado Lúcio Rodrigues (PS) pela sra. Deputada Isabel Correia (PS), com efeitos a partir de 21 de novembro de 2016

Proveniência: André Bradford, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2016 – 11 – 23;

Assunto: Ofício a remeter o documento de Inventariação dos Processos e Técnicas de Construção do Bote Baleiro Açoriano e respetivos anexos

Proveniência: Lina Freitas, Chefe de Gabinete do Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares

Data de Entrada: 2016 – 11 – 24;

Assunto: Email sobre OE 2017 – pedidos de parecer – propostas de alteração apresentadas em sede de especialidade

Proveniência: Vasco Cipriano, Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 11 – 24;

Assunto: Ofício a remeter um Voto de Congratulação referente à atribuição do Prémio Experiência na Natureza ao Parque Natural do Faial

Proveniência: José Leonardo Goulart da Silva, Presidente da Câmara Municipal da Horta

Data de Entrada: 2016 – 11 – 29;

Assunto: Ofício a informar a Reposição dos Indicativos de Chamada CU1 a CU9 dos Radioamadores da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: José Gabriel do Álamo Meneses, Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo

Data de Entrada: 2016 – 11 – 30;

Assunto: Ofício a remeter os relatórios de verificações internas de contas de gerência aprovados pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Proveniência: António Francisco Martins, Juiz Conselheiro do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2016 – 12 – 06;

Assunto: Ofício a remeter um Voto de Recomendação e de Moção referentes à redução de ligações aéreas Horta/Lisboa, no “Verão IATA”

Proveniência: Fernando Manuel Machado Menezes, Presidente da Assembleia Municipal da Horta

Data de Entrada: 2016 – 12 – 06;

Assunto: Ofício a solicitar a formulação oral de perguntas ao Governo Regional sobre os resultados obtidos pelos alunos açorianos no PISA 2015

Proveniência: Paulo Estêvão, Deputado do PPM

Data de Entrada: 2016 – 12 – 07;

Assunto: Ofício a remeter a Decisão n.º 17/2016-SRATC, proferida em 30 de novembro

Proveniência: António Francisco Martins, Juiz Conselheiro do Tribunal de Contas – Secção Regional dos Açores

Data de Entrada: 2016 – 12 – 13;

Assunto: Ofício a cancelar a sessão de perguntas ao Governo Regional com resposta oral sobre os resultados obtidos pelos alunos açorianos no PISA 2015

Proveniência: Paulo Estêvão, Deputado do PPM

Data de Entrada: 2016 – 12 – 19;

Assunto: Ofício a solicitar a formulação oral de perguntas ao Governo Regional sobre os resultados obtidos pelo sistema educativo açoriano no âmbito do PISA (2015) e nos rankings das escolas do ensino básico e secundário referentes ao ano letivo 2015/2016

Proveniência: Paulo Estêvão, Deputado do PPM

Data de Entrada: 2016 – 12 – 19;

Assunto: Ofício a remeter um exemplar do parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores relativa ao ano económico de 2015

Proveniência: Vítor Caldeira, Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2016 – 12 – 20;

Assunto: Ofício a remeter um exemplar do parecer sobre a Conta da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores relativa ao ano económico de 2015

Proveniência: Vítor Caldeira, Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2016 – 12 – 20;

Assunto: Ofício a cancelar a interpelação ao Governo Regional sobre o Sistema Regional de Saúde

Proveniência: Paulo Estêvão, Deputado do PPM

Data de Entrada: 2017 – 01 – 03;

Assunto: Ofício a indicar o objeto das perguntas a formular ao Governo Regional com resposta oral

Proveniência: Paulo Estêvão, Deputado do PPM

Data de Entrada: 2017 – 01 – 04;

Assunto: Ofício a comunicar a substituição do sr. Deputado Arnaldo Amaral (PS) pela sra. Deputada Susana Costa (PS) na Comissão Permanente de Assuntos Sociais, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017

Proveniência: Luís Rosa, Secretário do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2017 – 01 – 05;

Assunto: Ofício a remeter a atividade da Estação Costeira Porto de Abrigo durante o ano de 2016

Proveniência: Estação Costeira Porto de Abrigo

Data de Entrada: 2017 – 01 – 06;

Assunto: Ofício a remeter os relatórios de auditoria e verificação interna de conta de gerência aprovados pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Proveniência: António Francisco Martins, Juiz Conselheiro do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2017 – 01 – 10;

Assunto: Ofício a requerer o agendamento de um Debate de Urgência sobre Saúde

Proveniência: Artur Lima, Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP

Data de Entrada: 2017 – 01 – 11.

11- Relatórios:

Assunto: [Ante-Período Legislativo de janeiro de 2017](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 01 – 16;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 39/XIII/2.ª \(ALRAM\) – “Procede à 13.ª alteração ao Código do Trabalho e à 4.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril, na sua redação atual, no sentido do reforço do regime de proteção na parentalidade” - n.º 7/XI-AR](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2016 – 11 – 27;

Assunto: [Pedido de levantamento de imunidade parlamentar do Deputado Luís Miguel Forjaz Rendeiro, a fim de ser constituído e interrogado na qualidade de arguido no âmbito do processo de inquérito n.º 508/13.8TAAGH](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2016 – 12 – 21;

Assunto: [Sobre o pedido de autorização para que o Deputado Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito do processo de Inibição e Limitação](#)

[ao Exercício das Responsabilidades Parentais \(Processo n.º 1752/13.3TMLSB-C\)](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2016 – 12 – 21;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 45/XIII/2.ª \(GOV\) – “Aprova medidas para aplicação uniforme e execução prática do direito de livre circulação dos trabalhadores, transpondo a Diretiva n.º 2014/54/UE” - n.º 10/XI-AR](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 01 – 03;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 354/XIII/2.ª \(PCP\) – “Reforça a proteção das trabalhadoras grávidas, puérperas e lactentes e de trabalhadores no gozo de licença parental e procede à alteração do Código do Trabalho e da Lei do Trabalho em Funções Públicas” - n.º 9/XI-AR](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 01 – 04;

Assunto: [Verificação de poderes dos candidatos à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores Isabel Maria Rodrigues Almeida Correia e Arnaldo Branco Raposo Amaral](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 01 – 06;

Assunto: [Pedido de autorização para que o Deputado José António Vieira da Silva Contente possa prestar depoimento na qualidade de testemunha, no âmbito do processo 56.05/2015/1, que decorre na Inspeção Regional da Administração Pública](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 01 – 06;

Assunto: [Pedido de autorização para exercício de funções de docência, apresentado pela deputada Maria da Graça Amaral da Silveira](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 01 – 12;

Assunto: [Proposta de Resolução n.º 15/X relativa à Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2015](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 01 – 12;

Assunto: [Verificação de impedimentos e incompatibilidades da Deputada Mónica Reis Simões Seidi](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 01 – 12;

Assunto: [Verificação de impedimentos e incompatibilidades da Deputada Mónica Reis Simões Seidi](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 01 – 12;

Assunto: [Verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Alonso Teixeira Miguel](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 01 – 12;

Assunto: [Verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Paulo Henrique Parece Baptista](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 01 – 12;

Assunto: [Verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 01 – 12;

Assunto: [Verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Carlos Manuel da Silveira Ferreira](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 01 – 12;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 1/XI que aprova o Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores 2016/2021](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 01 – 12;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 588/XIII/2.ª \(PSD\) – “Inclusão da RTP-Madeira e da RTP-Açores na grelha nacional da Televisão Digital Terrestre \(TDT\)” – n.º 14/XI-AR](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 01 – 13;

Assunto: [Ante-Período Legislativo de janeiro de 2017](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2017 – 01 – 06;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 341/XIII/2.ª \(PSD\) – “Alterações ao Estatuto do Gestor Público e aos regimes jurídicos do setor empresarial do Estado e do setor empresarial local” - n.º 3/XI-AR](#)

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2016 – 11 – 24;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 342/XIII/2.ª \(PSD\) – “Impõe deveres de transparência aos administradores da Caixa Geral de Depósitos e altera o Estatuto do Gestor Público” - n.º 4/XI-AR](#)

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2016 – 11 – 24;

Assunto: [Propostas de Aditamento e Alteração à Proposta de Lei n.º 37/XIII/2.ª \(GOV\) – “Aprova o Orçamento do Estado para 2017”](#)

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2016 – 11 – 28;

Assunto: [Ante-Período Legislativo de janeiro de 2017](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2017 – 01 – 06;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 362/XIII/2.ª \(PSD\) – “Cria um Programa de Cooperação entre o Estado e as Autarquias Locais para o Aproveitamento do Património Imobiliário Público” – 15/XI-AR](#)

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2017 – 01 – 12;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 533/XIII/2.ª \(PSD\) – “Programa Especial de Apoio Social para a ilha Terceira” - n.º 2/XI-AR](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2016 – 11 – 24;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 33/XIII/2.ª \(GOV\) – “Cria e regula o registo oncológico nacional, prevendo-se designadamente as suas finalidades, os dados que são recolhidos, as formas de acesso, a entidade responsável pela sua administração e tratamento de base de dados” – n.º 5/XI-AR](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2016 – 12 – 12;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 34/XIII/2.ª \(GOV\) – “Procede à definição e à regulação dos atos do biólogo, do enfermeiro, do farmacêutico, do médico, do médico dentista, do nutricionista e do psicólogo” – n.º 6/XI-AR](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2016 – 12 – 12;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei - Altera o regime jurídico do Sistema Nacional de Qualificações e define as estruturas que asseguram o seu funcionamento - MTSSS - \(Reg. DL 496/2016\) – n.º 9/XI-OGP](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2016 – 12 – 20;

Assunto: [Projeto-Lei – “Estabelece a composição e modo de funcionamento do Conselho Nacional para as políticas de solidariedade, voluntariado, família, reabilitação e segurança social, criado pelo](#)

[Decreto-Lei n.º 167-C/2013, de 31 de dezembro” – MTSSS - \(Reg. DL 434/2016\) – n.º 6/XI -OGP](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2016 – 12 – 27;

Assunto: [Audição do Gestor Público Indigitado para a Presidência do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, E.P.E.R.](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2016 – 12 – 30;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 3/XI – “Recomenda ao Governo Regional a realização de um estudo sobre a problemática da Toxicodependência”](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2017 – 01 – 04;

Assunto: [Proposta de Resolução n.º 18/2016 – “Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano económico de 2015” \(parecer sectorial\)](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2017 – 01 – 04;

Assunto: [Ante-Período Legislativo de janeiro de 2017](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 01 – 13.

Assunto: [Proposta de Lei n.º 36/XIII/2ª \(GOV\) – “Aprova as Grandes Opções do Plano para 2017” - n.º 319/X-AR](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2016 – 11 – 22;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 37/XIII/2ª \(GOV\) – “Aprova o Orçamento do Estado para 2017” - n.º 320/X-AR](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2016 – 11 – 22;

Assunto: [Audição do Gestor Público Indigitado para a Presidência do Conselho de Administração da Atlânticoline, S. A.](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2016 – 12 – 02;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei – “Institui um regime comunitário de controlo a fim de assegurar o cumprimento das regras da Política Comum das Pescas - MM - \(Reg. DL 486/2016\)” – n.º 4/XI-OGP](#)

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2016 – 12 – 14;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que procede à primeira alteração à Lei n.º 26/2013 de 11 de abril, que regula as atividades de distribuição, venda e aplicação de produtos fitofarmacêuticos para uso profissional e define os procedimentos de monitorização à utilização dos produtos fitofarmacêuticos, transpondo a Diretiva n.º 2009/128/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro, que estabelece um quadro de](#)

[ação a nível comunitário para uma utilização sustentável dos pesticidas - MAFDR - \(Reg. DL 307/2016\) - n.º 7/XI-OGP](#)

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2016 – 12 – 26;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei – “Altera o Sistema Nacional de Informação e Registo Animal e o Regime da Atividade Pecuária, para implementação da medida SIMPLEX - Registo de Animais de Uma Só Vez” - MAFDR - \(Reg. DL 466/2016\) – n.º 8/XI-OGP](#)

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2016 – 12 – 27;

Assunto: [Audição do Gestor Público indigitado para a recondução na Presidência do Conselho de Administração da SDEA – Sociedade para o desenvolvimento empresarial dos Açores EPER](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2016 – 12 – 30;

12- Diários:

Consideram-se aprovados nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 147, 148, 149, 150, 151,152, 1 e 2.

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 3, 4 e 5.

A redatora, Ana Machado

P’la redatora, Noélia Escobar